



Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS
Departamento de Geografia - DEGEO
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEQG
Linha de Pesquisa: Espaço, Território e Cultura na Amazônia

FRANCISCO FERREIRA DE LIMA

MANAUS, A METRÓPOLE SOBRE AS ÁGUAS

OS IGARAPÉS E CACIMBAS COMO ELEMENTOS IDENTITÁRIOS

MANAUS – AM
2021

FRANCISCO FERREIRA DE LIMA

MANAUS, A METRÓPOLE SOBRE AS ÁGUAS

OS IGARAPÉS E CACIMBAS COMO ELEMENTOS IDENTITÁRIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Castro de Lima
PPGEOG-UFAM

MANAUS – AM
2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732m	Lima, Francisco Ferreira de Manaus a metrópole sobre as águas : os igarapés e cacimbas como elementos identitários / Francisco Ferreira de Lima . 2021 170 f.: il. color; 31 cm. Orientador: Marcos Castro de Lima Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas. 1. Manaus. 2. Igarapé. 3. Lavadeiras. 4. Cacimbas. 5. Prosamim. I. Lima, Marcos Castro de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
-------	---

FRANCISCO FERREIRA DE LIMA

MANAUS, A METRÓPOLE SOBRE AS ÁGUAS
OS IGARAPÉS E CACIMBAS COMO ELEMENTOS IDENTITÁRIOS

Aprovada em 26 de outubro 2021.

BANCA JULGADORA



Prof. Dr. Marcos Castro de Lima
Orientador/Presidente (UFAM)



Profa. Dra. Selma Paula Maciel Batista
Membro (ESAT. UEA)



Profa. Dra. Adorea Rebello da Cunha Albuquerque
Membro (PPGEOG/UFAM)

DEDICATÓRIA

A todos que contribuíram com seu tempo e disposição no processo de construção ao longo destes dois anos na academia. Em especial aos moradores do local de pesquisa que resistem ao processo de segregação e invisibilidade imposto pelo Estado e Sociedade. À minha esposa Elisandra Ribeiro de Oliveira e ao meu filho Gabriel Oliveira de Lima pela paciência e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Sou muito agradecido a Deus pela condução deste desafio, pelas soluções quando tudo parecia insolúvel, dando direção e mostrando os caminhos a serem seguidos na hora e lugares certos. Obrigado pela sua infalível contribuição ao iluminar meus passos.

São tantas as pessoas que devo agradecimento, reconhecimento e gratidão pela ajuda neste trabalho, que não foi e nem poderia ser construído solitariamente. Correndo risco de esquecer alguém, já informo que todos, que se sintam agradecidos pela contribuição para que chegássemos a esse resultado. O ato de agradecimento torna-se reconhecimento pela ajuda que recebemos nos momentos difíceis e felizes de nossas vidas, nesse sentido, ao avançar este degrau reconheço as dificuldades e os momentos de euforia que a intelectualidade nos acomete pela soberba durante a jornada acadêmica.

À minha mãe Odazia Ferreira de M. Lima, pela guerreira que é por nos criar e não deixar, nem um que seja, perder-se na “cidade grande”. Aos meus irmãos: Rosa Maria, Marivalda, Marlene, Maria Vilani e José Carlos, que representam a capacidade de si reinventar na cidade com sacrifício e honestidade, herdados das dificuldades no interior e dos exemplos e conselhos de nossa mãe, meus agradecimentos pelos cuidados, carinho e preocupações que dedicaram para que seguissem sempre os caminhos corretos.

À minha esposa Elisandra Ribeiro de Oliveira, uma companheira inseparável, mais que isso, uma verdadeira incentivadora de um sonho perseguido e que causava uma profunda inquietação nas nossas vidas. É um privilégio sua presença na minha vida.

Ao meu filho Gabriel Oliveira de Lima, pelas conversas durante o trajeto à UFAM e a paciência para participar nos trabalhos de campo. Desses momentos, te repasso-te a labuta e dedicação de um pesquisador em busca do conhecimento, respostas aos questionamentos, convicções políticas, filosóficas e sociais, que nos parecem claras somente quando as entendemos e colocamo-nos a serviço da verdade, no lugar dos pesquisados para comprovarmos a partir das informações e dados coletados. Meu filho carregue firme o legado dos exemplos e sabedoria que te repasso.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFAM, na pessoa dos coordenadores Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira, Dr. José Alberto Lima de Carvalho e as secretárias Sras. Maria das Graças Luzeiro e Nilzelane Vieira Carvalho, que direcionaram os caminhos administrativos e consultas aos órgãos. Quando tudo parecia difícil, seus encaminhamentos resolviam e direcionavam o caminho correto.

A CAPES pelos recursos financeiros em forma de bolsa, que possibilitaram a dedicação exclusiva e a realização dos trabalhos de campo para conclusão desta dissertação.

Aos professores do departamento, que representam a diversidade que o conhecimento geográfico possibilita e a capacidade intelectual e responsável de seus estudos que são repassados aos mestrandos. Em especial aos: Dr. Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira pela sua acolhida no laboratório LATOSSOLO e disponibilidade de equipamentos; Dr. José Aldemir de Oliveira, pelas aulas, livros e conversas que muito contribuíram para essa análise sobre cidade; Dra. Jesuete Pacheco Brandão; Dra. Adorea Rabello da Cunha Albuquerque, Dr. José Alberto Lima de Carvalho, Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, Dr. Ricardo José Batista Nogueira, que ajudaram com diálogos e encaminhamentos na hora das dúvidas.

Ao Dr. Prof. Marcos Castro de Lima, meu orientador, pela paciência, pelos seus encaminhamentos, dicas de leituras, fundamentos conceituais de análise dessa dissertação. Este fez com que tudo parecesse simples a partir de suas orientações visionárias, mesmo com tanta complexidade analítica e profundidade filosófica das abordagens discutidas sobre a metrópole as diluía nas orientações. Além disso, faz-nos pensar que o conhecimento deveria ser por “osmose” por tanta intelectualidade repassada durante as orientações e o trasbordamento de conhecimento.

À Dra. Prof^a. Selma Paula Maciel Batista, a forjadora deste, do estudante ao pesquisador. Seus encaminhamentos, capacidade intelectual de repassar seus conhecimentos inesgotáveis, jamais foram em vão, ao contrário, formaram um inquieto pesquisador e crítico das relações urbanas de poder da sociedade manauara com percepções holísticas e comportamentais.

À Dra. Prof^a. Arminda Mendonça, a Arqueologia nos esclarece a necessidade de convivência entre o passado, o presente e o futuro de forma harmoniosa e

identitária de cada sociedade. Agradeço pelos diálogos e encaminhamentos sobre os igarapés de Manaus e seus contextos sociais e arqueológicos.

Aos que ajudaram na realização deste processo, as lavadeiras, moradores da área de pesquisa, laboratórios, secretárias de Estado. Suas participações em forma de informações, opiniões e pareceres a respeito das transformações no espaço geográfico do igarapé de Manaus durante décadas.

Aos colegas da turma 12/2018, uma turma amigável, sedenta por conhecimento, focada e dedicada aos desafios que o mestrado representa na construção intelectual na carreira acadêmica. Parabéns a todos pela vitória e meu muito obrigado pela paciência e contribuição com esse sênior.

Obrigado a Todos!

*Ao Geógrafo não basta o livro aberto, é
preciso lê-lo, compreendê-lo e
interpretá-lo com objetivo de extrair
soluções contextualizadas para uma
sociedade sedenta por respostas e soluções
no tempo e no espaço.
Francisco Lima, 2019.*

RESUMO

A Geografia direciona com seus conceitos as análises do pesquisador para que tenha capacidade de interpretação dos fatos e realidades à luz da ciência. Nesse sentido, os estudos desenvolvidos nesta pesquisa nos remetem aos reflexos dos acontecimentos pretéritos na cidade de Manaus, que descaracterizaram o Igarapé de Manaus, em sua forma e função. Esta pesquisa é a continuidade da desenvolvida entre 2011 - 2013 por ocasião da graduação em bacharel Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, sob o título: A Cidade e o Turismo: O Igarapé de Manaus como Elemento da Identidade Manauara. Esta investigação teve como problemática: quais projetos de intervenção habitacional e urbanísticos subtraíram da paisagem os igarapés urbanos e qual a influência desta ação na identidade dos moradores dessas áreas? Tendo como objetivos: analisar as resistências residuais em área da nascente do igarapé de Manaus ocorridos nos projetos de intervenções habitacionais e urbanísticos. Investigar nos projetos urbanísticos e habitacionais, a responsabilidade dos agentes Municipais, Estaduais e Federais pelos aterros e canalização dos igarapés urbanos; comparar a malha hídrica urbana, para a série histórica da década de 1960 aos dias atuais; examinar a influência destes projetos na identidade das lavadeiras como resistência residual no espaço urbano. Dessa forma, a discussão foi sobre a segregação urbana, os recursos hídricos e ambientais dos igarapés e cacimbas, as formas de habitação implantadas pela pasceria PROSAMIM/BID, aterro e canalização dos igarapés. Tendo como pano de fundo as lavadeiras empurradas a partir dos códigos de posturas para a montante do igarapé Manaus, onde se estabeleceram e permanecem com suas práticas nas cacimbas em sua segunda geração. Nessa relação social identitária, estão juntamente com os moradores do local, atingidos pela demarcação de desapropriação do espaço para a construção de um parque "Museus das Águas" que culmina com o aterro e canalização do igarapé Manaus em toda sua extensão para construção do Parque Residencial Manaus e os parques Des. Paulo Jacob, Bittencourt e Sen. Jefferson Péres. Portanto, as entrevistas com moradores, técnicos, engenheiros, registros fotográficos e pesquisa de gabinete e campo, foram fundamentais para compreensão das relações sociais estabelecidas no espaço e no tempo que interferiram na paisagem urbana na cidade que virou metrópole.

Palavras chaves: Manaus, Igarapés, Lavadeiras, Cacimbas, Prosamim.

ABSTRACT

With its concepts, Geography directs the researcher's analysis so that he/she can interpret facts and realities under the light of science. In this sense, the studies developed in this research bring us back to the reflections of past events in Manaus city, which mischaracterized the "Igarapé de Manaus" stream, in its form and function. This research is the follow-up of the one developed between 2011 – 2013 during the bachelor's degree in tourism at the Amazonas State University - UEA, under the title: The City and Tourism: Manaus' Igarapé as an Element of Manauara Identity. This research had the following question: Which housing and urbanistic intervention projects have subtracted the urban streams from the landscape and what is the influence of such action on the identity of the inhabitants of these areas? Having as objectives: To analyze the residual resistances in the spring area of the Manaus stream occurred during these projects for housing and urbanistic interventions. To investigate the responsibility of the Municipal, State and Federal agents for the landfills and canalization of the urban streams in the urban and housing projects; To compare the urban water network to the historical series from the 1960s to the present day; To assess the influence of these projects on the identity of the washerwomen as residual resistance in urban space. Thus, the discussion addressed urban segregation, hydric and environmental resources of the streams and ditches, the forms of housing implemented by the PROSAMIM/BID partnership, landfill, and canalization of the streams. Having as background, the washerwomen who were pushed from the posture codes upstream of the Manaus creek, where they settled and remain with their practices in the ditches on their second generation. In this social identity relationship, there are local residentes alongside, those affected by the expropriation of the area for the construction of a park entitled "Museus das Águas" which culminates with the landfill and canalization of the stream along its entire length in order to build the Manaus Residential Park and the parks Sen. Paulo Jacob, Bittencourt and Sen. Jefferson Péres. Therefore, the interviews with residents, technicians, engineers, photographic records, and desk and field research were fundamental for understanding the social relations established in space and time that interfered in the urban landscape of the city that became a metropolis.

Keywords: Manaus, Igarapé, Washerwomen, Cacimbas, Prosamim.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Remoção de Moradias e Uso das Cacimbas	49
Figura 2 - A Nascente e as Cacimbas Aterradas	50
Figura 3 - Planta Vila de Manaós 1845	60
Figura 4 - Planta de Manaus 1852.	61
Figura 5 - Planta de Manaós 1879	61
Figura 6 - Carta de Manaós 1895.....	63
Figura 7 - Anúncios de Jornal 1904 e 1908.....	68
Figura 8 - Abandono depois da retirada dos moradores	80
Figura 9 - Reocupação da Área Abandonada pelo PROSAMIM	81
Figura 10 - Área Desapropriada (2016) e Reocupada (2020)	82
Figura 11- Áreas de Segregação em Manaus.....	93
Figura 12 - Perfil Topográfico e aterro do Igarapé de Manaus.....	103
Figura 13 - Localização das Moradias para Remoção pelo Prosamim	105
Figura 14 - Área das Nascentes e Moradias Identificadas para Remoção.....	106
Figura 15 - Área das Cacimbas das Lavadeiras.....	108
Figura 16 - Tipologia de Blocos de Apartamentos do Parque Residencial Manaus	111
Figura 17 - Parque Residencial Manaus	112
Figura 18 - Igarapés Manaus e Bittencourt	114
Figura 19 - Igarapé de Manaus Substituído pelo Parque Jefferson Peres	115
Figura 20 - Aterro dos Igarapés Manaus e Bittencourt.....	116
Figura 21 - As Lavadeiras do Igarapé da Cachoeira Grande	130
Figura 22 - Lavadeiras do Igarapé do Franco	131
Figura 23 - Lavadeiras do Bairro Colônia Oliveira Machado	132
Figura 24 - Lavadeiras do Igarapé Mestre Chico (1895)	133
Figura 25 - Os Códigos de Posturas: Proibições de uso dos Igarapés	134
Figura 26 - Lavadeira D. Vânia: Uso da Cacimba, Fervura e Limpeza das Roupas	137
Figura 27 - Nascentes do Igarapé Manaus – 1889	145
Figura 28 - Transformação de Igarapés em Parques.....	148
Figura 29 - Comparativo temporal do igarapé de Manaus	150
Figura 30 - Esboço para Nascentes em 2011	151
Figura 31 - Desapropriação e Construção de Parque na Nascente	152
Figura 32 - Manaus: O Igarapé que Virou Avenida	157

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Delimitação da Área de Estudo.....	20
Mapa 2 - Concentração das Nascentes e Cacimbas	101
Mapa 3 - Localização das Cacimbas.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conforto Térmico dos Apartamentos do Prosamim.....	118
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da População de Manaus	33
Quadro 2 - Condições para Reassentamento do PROSAMIM.....	44
Quadro 3 - Igarapés: Intervenção do PROSAMIM I	45
Quadro 4 - A Transformação dos Igarapés em outras Obras	65
Quadro 5 - Rios e Canais Renaturalizado	117
Quadro 6 - Aditivo Financeiro - Prosamim I	153

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. Localização da área de estudo	19
3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E TEÓRICAS DA PESQUISA	21
3.1 Método de Abordagem.....	21
3.2 Estratégias teóricas e bibliográficas	22
CAPÍTULO I	23
4. A METRÓPOLE MANAUS.....	23
4.1 As Cidades e a Segregação Socioespacial	23
4.2 As Cidades no Contexto Brasileiro e Amazônico	26
4.3 A Segregação Socioespacial e a Produção do Espaço Urbano de Manaus	32
4.4 Intervenções Atuais: O Caso PROSAMIM	43
CAPÍTULO II	53
5. A SEGREGAÇÃO EM MANAUS	53
5.1 Resgate Histórico da Produção do espaço urbano de Manaus	53
5.2 A Discussão sobre os Agentes Produtores do Espaço e a Segregação	72
5.3 Do Discurso à Práxis.....	84
CAPÍTULO III	96
6. A RELAÇÃO RESIDUAL DAS LAVADEIRAS NO ESPAÇO E NO TEMPO.....	96
6.1 A Perda do Igarapé Manaus	96
6.2 As Lavadeiras de Manaus: dos Igarapés às Cacimbas.....	121
6.3 Manaus: o igarapé que virou avenida	141
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
8. REFERÊNCIAS	164

1. INTRODUÇÃO

O conceito de segregação socioespacial é utilizado neste trabalho para investigar o processo de intervenção na área do recorte espacial desta pesquisa, ou seja, a nascente do igarapé¹ de Manaus, as lavadeiras e suas cacimbas² imbricados em um contexto de resistência residual, identidade e invisibilidade social na área urbana, situados entre as avenidas Barcelos e Nhamundá no centro da metrópole Manaus. Este estudo se propõe a entender as questões que levaram as lavadeiras a ocupar o local a partir do crescimento urbano da metrópole e a proibição das lavagens de roupas nos igarapés pelos códigos de postura. Esse contexto fez com que fossem empurradas para montante do igarapé de Manaus, onde criaram por meio de suas relações de trabalho um local próprio de práticas sociais e sobrevivência. Realidade que persiste na segunda geração das lavadeiras no uso das cacimbas, utilizando-se da água como forma simbólica na identidade e nos modos de vida, atrelados a reorganização do espaço urbano pelo estado. Nesse sentido, tornaram-se fundamentais os estudos dos processos de urbanismo na metrópole desde a década de 1960 aos dias atuais. Assim, a discussão organiza-se a partir da questão: quais projetos de intervenção habitacional e urbanístico, ocorridos entre a década de 1960 até os dias atuais subtraíram da paisagem os igarapés urbanos e a influência dessas ações na identidade dos moradores dessas áreas? Dessa forma, buscou-se: **analisar** como os projetos de intervenção habitacional e urbanístico têm afetado os igarapés urbanos e qual a sua influência na identidade dos moradores dessas áreas; **investigar** nos projetos urbanísticos e

¹ GUERRA, (1993, p. 234). Igarapé é a denominação dada aos pequenos rios, na grande Região Norte (Amazônia). Igarapé é um termo indígena que significa “caminho de canoa” (de igara – canoa e pé – trilha, caminho). Corresponde aos arroios da Região Sul. Toda via o volume d’água de um igarapé é, de modo geral, muito superior ao de um arroio.

AB’SABER, 2003, p. 71-72. O igarapé foi fundamental para a ocupação indígena da Amazônia, sendo a invenção da canoa o grande salto cultural que possibilitou a organização da maioria dos grupos indígenas no mundo amazônico. Assim, os pequenos riachos que seccionam vertentes e cruzam várzeas florestadas em seu baixo curso tornam-se os “caminhos de canoa”. A igara é uma embarcação elementar, escavada no tronco de uma só árvore;apé ou pé é o designativo para caminho. Daí, com grande razão, os riachos da floresta amazônica terem sido reconhecidos pela sua função de estrada líquida para circulação de curta distância. Uma circulação que facilitava o contato entre homens e aldeias, no transporte de alimentos extraídos das águas e das florestas. Certo é que, através da mansidão das águas dos igarapés subiam e desciam canoas transportando coisas essenciais à sobrevivência do pequeno estoque de humanidade vivente nas beiras e primeiras encostas de terra firme. Termo que será adotado em todo trabalho.

² MONTEIRO (1977, p. 66), Cacimbas são denominadas na Amazônia as fontes de água à margem dos igarapés. São também conhecidas por olho d’água. A característica dessa água é ser cristalina e gelada, tão cristalina que um objeto pode ser visto perfeitamente a dois ou três metros de profundidade.

habitacionais, a responsabilidade dos agentes Municipais, Estaduais e Federais pelos aterros e canalização dos igarapés urbanos; bem como, **comparar** a malha hídrica urbana, para a série histórica da década de 1960 até os dias atuais e **entender** a influência desses projetos na identidade das lavadeiras. Nesse sentido, a estrutura desta pesquisa de mestrado é composta, na parte inicial, dos fundamentos contextuais, introdução, localização da área de pesquisa, procedimentos teóricos e metodológicos, as etapas dos estudos de gabinete, trabalho de campo e técnicas, uso de equipamentos para obtenção de dados e entrevistas. Em seguida, composta por três capítulos, destinados a entender os aspectos estruturais e socioespaciais do avanço da cidade de Manaus em busca da modernização na forma de metrópole, o que ocasionou segregação socioespacial, perdas ambientais e identitária ao longo desse caminho. **Na primeira parte:** contextualização do surgimento das cidades, segregação e intervenções na cidade. A **segunda parte:** é composta do resgate histórico de Manaus; discussão sobre os agentes produtores do espaço do discurso à práxis e suas influências no espaço urbano. A **Terceira parte:** discute-se a perda dos igarapés; a transição das lavadeiras de Manaus dos igarapés no passado e cacimbas na atualidade; **Na conclusão:** identificou-se a preferência pelos modelos urbanísticos na história do igarapé que foi transformado em avenida. Portanto, o estudo busca compreender o processo de segregação socioespacial das lavadeiras pretéritas e atuais, por meio da intervenção urbana do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM a montante do igarapé de Manaus e sua extensão a jusante. Realizou-se a revisão bibliográfica, levantamento primário e secundário e mapeamento da área de estudo. É nesse sentido que a realidade socialmente produzida no tempo e no espaço e seus sujeitos, se concretizam em uma disputa desigual pela ocupação do espaço urbano e uso do solo metropolitano em Manaus, tornam-se relevante no processo de reordenação urbana da sociedade local, que em seu bojo promove a segregação e consolidação do mercado imobiliário, refletidos em diferenciação na forma de morar e suas construções que selecionam lugares e classes. Esse é o contexto das lavadeiras do igarapé de Manaus em sua segunda geração, uma realidade residual e resistência do passado que remonta a fundação de Manaus e está presente nos dias atuais à montante do igarapé de Manaus que abrigam as nascentes e cacimbas utilizadas pelas lavadeiras e outros moradores propensos às intervenções urbanísticas do Prosamim.

2. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

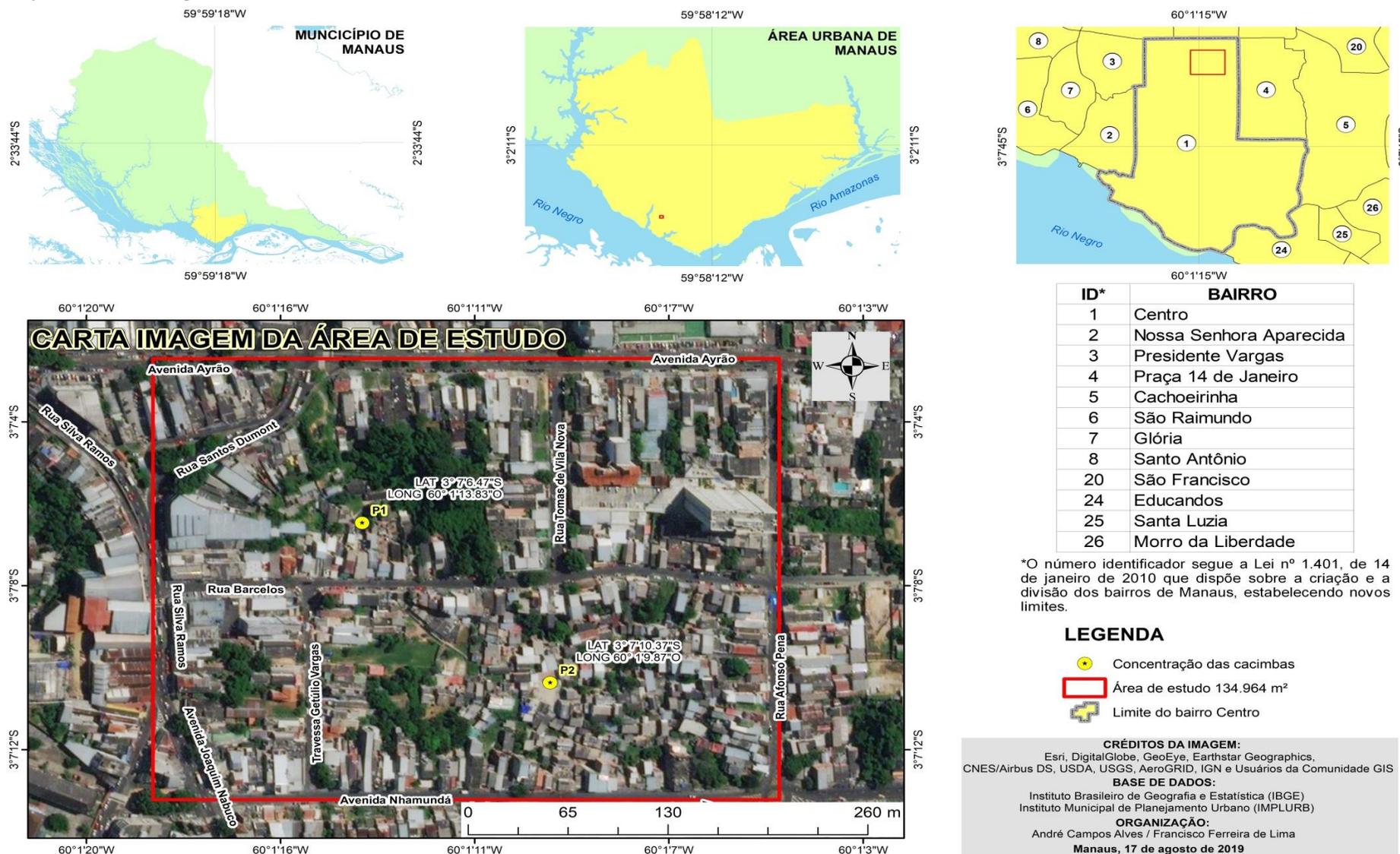
O igarapé de Manaus tornou-se importante ao servir às famílias de Manaus com o fornecimento de água para consumo e outras atividades, mas para as lavadeiras representou renda, sustento e sobrevivência. Nesses aspectos, para esta pesquisa foi necessário o recorte espacial das nascentes e cacimbas onde está a segunda geração das lavadeiras entre as avenidas Barcelos e Nhamundá no bairro Centro (mapa 1). Porém, faz-se necessário seguir do curso do igarapé da jusante para montante, para entender o caminho das lavadeiras, que se abrigaram onde a água era abundante e lhes era permitido trabalhar e sustentar suas famílias, juntamente com aos aguadeiros, sem a perseguição dos códigos de postura, que as segregava enquanto atividade que se relacionava ao uso das águas e das margens dos igarapés. As atividades de carregar água para abastecer as famílias eram realizadas pelos “aguadeiros” Monteiro (1977) e a lavagem de roupas pelas “lavadeiras” Monteiro (1994), e o igarapé recebia o nome da cidade.

Na área de estudo atualmente existem três nascentes³ em área particular e “vinte e quatro cacimbas” Batista (2013, p. 77), que estão localizadas em um fundo de vale cercados por prédios comerciais na parte mais elevada. As famílias que ocupam o espaço das nascentes e cacimbas são moradores mais antigos, que herdaram de seus familiares os terrenos, os costumes e o simbolismo da permanência no lugar cuja história remonta as suas raízes e sua sobrevivência. Nesse sentido há uma resistência de permanência quanto às intervenções de desapropriação ocorridas nessa área pelo Estado.

A área de recorte não exclui o estudo detalhado de todo o igarapé de Manaus como forma de entender os elementos que compõem o processo por inteiro. Dessa forma, visualizando as atividades de intervenções à montante, no médio curso e à jusante, que demarcam as construções do Parque Residenciais Manaus, Parque Senador Jefferson Peres e vias do entorno com aterro e canalização de parte do igarapé para dar lugar a uma avenida. Esse processo modificou de forma significativa as características ambientais na paisagem e relações sociais dos moradores que viviam nesses espaços às margens dos igarapés Manaus e Mestre Chico e foram deslocados para os apartamentos construídos com as intervenções.

³ RIMA (2004). O Igarapé de Manaus se localiza na área central da cidade, com sua nascente formada por três olhos d'água, localizados na base de uma encosta, dentro de uma propriedade particular. Ao longo de seu percurso corta importantes vias da cidade, e concentra em sua bacia uma população de cerca de 15.000 habitantes. Suas margens se encontram ocupadas por palafitas.

Mapa 1- Delimitação da Área de Estudo



ID*	BAIRRO
1	Centro
2	Nossa Senhora Aparecida
3	Presidente Vargas
4	Praça 14 de Janeiro
5	Cachoeirinha
6	São Raimundo
7	Glória
8	Santo Antônio
20	São Francisco
24	Educandos
25	Santa Luzia
26	Morro da Liberdade

*O número identificador segue a Lei nº 1.401, de 14 de janeiro de 2010 que dispõe sobre a criação e a divisão dos bairros de Manaus, estabelecendo novos limites.

LEGENDA

- Concentração das cacimbas
- Área de estudo 134.964 m²
- Limite do bairro Centro

CRÉDITOS DA IMAGEM:
 Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN e Usuários da Comunidade GIS
BASE DE DADOS:
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
 Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB)
ORGANIZAÇÃO:
 André Campos Alves / Francisco Ferreira de Lima
Manaus, 17 de agosto de 2019

Fonte: Mapas de localização, área urbana e bairros de Manaus com base em: IBGE (2019) e IMPLURB (2019). Org. Alves; Lima (2019).

3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E TEÓRICAS DA PESQUISA

3.1 Método de Abordagem

Esta pesquisa segue a abordagem do método estruturalista o qual defende a relação das partes com o todo, tendo como influências Lévi-Strauss, que em sua pesquisa analisou os comportamentos de clãs e suas convivências em grupo, destacando as “formas estruturais sociais” de organização que incidem em combinações interdependentes no coletivo. Dessa forma:

O termo estruturalismo é utilizado para designar as correntes de pensamento que recorrem à noção de estrutura para explicar a realidade em todos os seus níveis. O estruturalismo parte do pressuposto de que cada sistema é um jogo de oposições, presenças e ausências, constituindo uma estrutura, onde o todo e as partes são interdependentes, de tal forma que as modificações que ocorrem num dos elementos constituintes implica a modificação de cada um dos outros e do próprio conjunto. (GIL, 2008, p. 19).

Lévi-Strauss se apegou às relações no espaço e no tempo para explicar as organizações estruturais da sociedade definindo que “as pesquisas estruturalistas se referem exclusivamente aos ambientes espaciais cujas características são sociológicas”. Assim:

É impossível conceber as relações sociais fora de um meio comum que lhes sirva de sistema de referência. O espaço e o tempo são os dois sistemas de referência que permitem pensar as relações sociais, conjunta ou separadamente. Essas dimensões de espaço e tempo não se confundem com as que utilizam as outras ciências. Consistem num espaço “social” e num tempo “social”, o que significa que não têm outras propriedades senão aquelas dos fenômenos sociais que as povoam. Segundo sua estrutura particular, as sociedades humanas conceberam estas dimensões de modo muito diferentes. (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 327).

Esta abordagem proporcionará entender as “relações sociais” no estudo da realidade vivida entre os sujeitos da pesquisa, a disposição geográfica dos objetos, a sociedade e os recursos empregados para obtenção de resultados. Possibilitará a melhor compreensão das propostas engendradas para a área de estudo desta pesquisa, possibilitando-se submeter às realidades particulares de cada parte envolvida, com a finalidade de compreensão da estrutura por completa e sua capacidade de suprir as necessidades sociais no espaço e no tempo a partir dos recursos empregados pela gestão governamental local.

3.2 Estratégias teóricas e bibliográficas

A pesquisa se apoia nos autores locais que escreveram sobre a metrópole Manaus e as transformações dos igarapés: Batista (2013); Lima (2008; 2014); Oliveira (2003; 2008); Mesquita (2009); Monteiro (1977; 1994); Louro & Oliveira (2019). Mas não deixa de levar em conta, os conceitos da geografia e autores como: Carlos (2015; 2016; 2018); Correa (1987; 2002; 2016; 2018); Harvey (2009; 2014); Lefebvre (2001; 2002); Lencioni (2008); Maricato (1997; 2015); Santos (1996; 2006; 2009; 2014); Sposito (2003; 2016); Vasconcelos (2016; 2018); em uma análise dos conceitos utilizados na ciência geográfica. Na obtenção de dados sobre a área de pesquisa, foram realizadas consulta aos dados de órgãos como: IBGE; BID; UGPE (PROSAMIM), Prefeitura Municipal de Manaus. Acervos das bibliotecas públicas e publicações de jornais impressos e eletrônicos. Em entrevistas nos setores: ambiental, engenharia, social e jurídico do Prosamim. Também foram entrevistados os moradores das nascentes do Igarapé Manaus para validar ou não as informações repassadas pelos gestores do Prosamim.

Durante a pesquisa foram analisadas as falas dos moradores e articuladas aos conceitos geográficos para melhor explicitar as ideias das ocorrências e fatos durante a investigação entre a realidade socioespacial, os estudos realizados e os conceitos desenvolvidos pelos autores pesquisados. Dessa forma, ampliaram-se as análises sobre o fato estudado e as considerações feitas pelos autores em suas investigações, observando-se as peculiaridades de cada local investigado.

Assim, a investigação analisa no tempo e no espaço o modelo de metrópole que se pretende chegar com os aterros e canalização dos igarapés, propondo uma cidade funcional a partir do Prosamim, mas que, comprometem a realidade das lavadeiras que resistiram às mudanças e construíram uma herança histórica, ancestral e identitária na nascente do igarapé Manaus, fazendo dos recursos hídricos do igarapé um local de resistência e sobrevivência na cidade que virou metrópole e no igarapé que virou avenida.

CAPÍTULO I

As cidades amazônicas não são apenas produtos do nosso tempo, mas de tempos pretéritos cristalizados na paisagem. Por seu turno, a paisagem urbana das cidades amazônicas não se resume ao conjunto de objetos, pois contém modos de vida os quais, como os primeiros, são resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo.

OLIVEIRA, José Aldemir de. (2014, P. 10)

4. A METRÓPOLE MANAUS

4.1 As Cidades e a Segregação Socioespacial

A compreensão sobre o urbano e a segregação socioespacial não se explica sem antes estudar as cidades em seu contexto histórico, origem e evolução. Portanto, faz-se necessária uma breve investigação nos estudos de autores que se dedicaram a entender os referidos processos das e nas cidades, para desvendar as formas de relações socioespaciais no decorrer do tempo e do espaço, antes mesmo de se considerar as formas capitalistas e modernas das cidades em forma de metrópoles.

As cidades como conhecemos atualmente, são formas concretizadas da urbanização, reflexos de lugares que eram ocupados na antiguidade para troca de excedentes da produção de alimentos, ocorrida após a necessidade de um lugar de “fixação do homem à terra através do desenvolvimento da agricultura e da criação de animais” Sposito (2018, p. 9), tais aglomerações iniciais deram origem a aldeias, a partir do momento em que houve uma mudança de relação do homem com a natureza, originando a sedentarização dos povos.

Sposito (2018) faz um resgate do surgimento dos aglomerados humanos desde o período paleolítico, em que o homem vivia de forma nômade, até o neolítico, no qual o homem passa a viver em aldeias, onde se estabeleceu a “domesticação de plantas e animais”, o que diminuiu consideravelmente o tempo gasto anteriormente na caça, dedicando-se então a partir desse momento na proteção dos aglomerados. Destaca também, que, nesse período as aldeias não poderiam ser consideradas como cidade, mas que já reuniam as “pré-condições indispensáveis” para sua criação, o “sedentarismo e a agricultura”, características

que compunham as aldeias, mas que, não havia “a produção do excedente alimentar”, portanto sem a “divisão social do trabalho” que permitiria mais tarde a criação das cidades e a divisão da sociedade em urbano e rural, entendido aqui de forma apriorística, visto que essa dicotomia é bem complexa como forma de vida e comportamento social, não devendo ser confundido com cidade e campo.

Nesse mesmo sentido, Carlos (2015) em “A cidade”, discorre desde o “período glaciário entre 12.000 e 10.000 a.C” para realizar seus apontamentos sobre a origem das cidades, destacando “a princípio, que a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim. Isto é, o rompimento do isolamento das áreas agora sob sua influência”. Para esta autora, isso pode ser comprovado a partir do momento em que os homens passam a viver agrupados em forma de aldeias, que seriam minimamente uma organização social com mudança de comportamento em relação à sua cultura nômade anterior para um estado de fixação territorial. Segundo ela:

No momento em que o homem deixa de ser nômade, fixando-se no solo como agricultor é dado o primeiro passo para a formação das cidades. Quando o homem começa a dominar um elenco de técnicas menos rudimentares que lhe permitem extrair algum excedente agrícola, é um segundo impulso para o surgimento das cidades, visto que ele pode agora dedicar-se a outra função que não a de plantar. (CARLOS, 2015, p. 58-59).

Essa mudança de comportamento de sociedade nômade para aldeia possibilitou o embrião de cidades na antiguidade, ocorrido principalmente pela transformação do caçador em guardião das aldeias e líder, passando a cobrar tributos pela sua proteção, traduzidas nesse período por meio de “transferências de excedentes agrícolas”.

As primeiras cidades documentadas, mesmo havendo discordância de datas da sua criação, há um apontamento para, “3.500 a. C, na Mesopotâmia, (3.100 a. C), no vale do rio Nilo, no vale do rio Indo (2.500 a. C) e no rio Amarelo (1.550 a. C)” Sposito (2018 p.13-14). Já Carlos (2015) descreve “kisch, Ur e Uruk” como sendo as cidades mais antigas. Nesse sentido, um caminho esclarecedor das primeiras ocupações organizadas em classes sociais deu-se nas margens dos rios. Já neste período a água se apresentava como recurso facilitador para plantação, via de transporte e fornecedor de alimentos, contribuindo para o desenvolvimento social por meio de seus vários usos, o que indica que eram sociedades extremamente

ligadas às influências e a determinação das condições da natureza, que mais tarde a geografia estudaria por meio dos conceitos determinismo⁴ atribuído a Ratzel e o possibilíssimo⁵ atribuído a La Blache, onde, a organização da sociedade é determinada pela natureza e a natureza é considerada como fornecedora de possibilidades para que o fosse modificada, respectivamente, onde se travava uma disputa entre as escolas geográfica Alemã e Francesa. A interação que já se verificava desde que o homem passou de caçador na natureza para protetor dos agrupamentos produtores de seu próprio alimento por meio da agricultura promoveu mudanças em toda a organização social hierárquica dos lugares.

Essas cidades ao passarem para outra forma de organização social e econômica, o feudalismo, “perderam o papel político que tiveram durante a Antiguidade”, Sposito (2018, p. 29). Os efeitos dessas mudanças puderam ser vistos nas formas de organização social, “quando surge uma nova estrutura de classes” segundo Carlos (2015, p. 63), esses fatos se deram de forma concomitantemente imbricadas uma na outra. A concentração da economia nos feudos representava uma forma de controle do modo de produção extremamente agrícola, entendido como uma regressão no processo de urbanização, que se encontravam reduzidas à existência de algumas cidades nos “arrabaldes” dos impérios feudais.

O crescimento dessas cidades transformou-se consideravelmente a partir do feudalismo, visto que, havia uma relação comercial camuflada, entre os senhores feudais e cidades. Em sua estrutura fechada, as necessidades eram satisfeitas pela própria produção nos feudos, restringindo a relação com outras sociedades, ponto crucial ao declínio.

O declínio do feudalismo é o que propícia “o ressurgimento da cidade, aparece como elo responsável pela dissolução do modo de produção feudal e da transição deste para o capitalismo, na medida em que o destrói, ultrapassando-o ela mesmo” Carlos (2015, p. 65). Portanto, no feudalismo houve um enfraquecimento do desenvolvimento das cidades com relação à produção de excedentes para o comércio, após essa fase, as cidades são revigoradas a partir do uso da economia

⁴ MORAES, 2005, p. 20. Os autores dessa corrente partiram da definição ratzeliana do objeto da reflexão geográfica, e simplificaram-na. Orientaram seus estudos por máximas, como “as condições naturais determinam a História, ou “o homem é um produto do meio” – empobrecendo bastante as formulações de Ratzel, que falava de influências”.

⁵ Ibid. p. 24. Vidal denominou “gênero de vida”, o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida.

monetária no início do século XI, e a introdução do capitalismo como mola propulsora determinada pelas ocupações diversificadas no espaço urbano.

É desse momento, o domínio das cidades sobre o campo, que se dá, inclusive, pela expansão do comércio que necessita de mão de obra de um lado e o emprego das técnicas que utilizava menor quantidade de pessoas no campo. Então, as cidades apontam para a industrialização como fator preponderante para uma sociedade moderna, onde a “industrialização caracteriza a sociedade moderna” Lefebvre (2001, p. 11), envolvendo as conquistas de territórios, transformados em colônias para expansão do domínio de novos mercados, culminando no desenvolvimento da indústria por meios dos avanços das técnicas de produção.

Estas mudanças foram aprimoradas pelos fluxos monetários, trabalho livre e de relação global das atividades desenvolvidas em meio urbano. Atribuída por uma hierarquização dos espaços como forma de poder econômico e político sobre as sociedades com menores recursos econômicos, políticos e defesas. Carlos (2015, p. 66). As cidades passam a comportar-se sob o domínio que nem sempre está em um mesmo contexto espacial de sua realização, a exemplo das administrações das indústrias globais, que se expandiram por todos os lugares, mas detêm suas administrações nos países de origem. Se na antiguidade nos agrupamentos eram cobrados tributos por parte do protetor das aldeias, no feudalismo as cobranças foram pelos excedentes da produção, no capitalismo cobram-se impostos nas cidades como forma de domínio e controle da força de trabalho dos que não possuem capital. Portanto, a discussão inicial serve de parâmetro para uma sucinta abordagem sobre as transformações e influência que as cidades brasileiras sofreram que devem ser levadas em consideração ao se discutir as cidades capitalistas modernas, nesse estudo em especial a cidade de Manaus.

4.2 As Cidades no Contexto Brasileiro e Amazônico

No Brasil o conceito de cidade é determinado pelo “aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública” Lencioni (2008, p. 117). O conceito de urbano se concebe por meio da escolha de um período a ser abordado e o lugar aplicado, que se faz aqui concordância com a autora em 1970, como o período inicial da chegada de indústrias no Brasil, “que é imanente ao conceito de urbano, o de industrialização moderna e o de sociedade industrial” Lencioni (2008, p. 120).

Outros autores enveredaram pelos estudos sobre cidades e as definiram que: “A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é de pessoas e de grupos bem determinados que realizem essa obra nas condições históricas” Lefebvre (2001, p.52); Quanto a sua existência e produção, “Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica de um excedente de produção Harvey (2014, p.30); Por conseguinte “A cidade é pensada enquanto trabalho social materializado, objetivado, que aparece na articulação do “construído e o não construído” de um lado, e do movimento (de mercadorias, pessoas e ideias) de outro”. Carlos (2015, p. 71); sinalizando para uma cidade em que, “o espaço urbano (re)produz-se como produto e condição geral do processo produtivo. Do ponto de vista do capitalista aparece como capital fixo”. Carlos (2015, p. 74); mas também abarca o rural no mesmo espaço, visto que urbano e rural se apresentam aqui como modo de vida, indissociáveis de um contexto de relação de troca de produtos e modo de vida.

O modo de vida é diferente em cada tempo e lugar, desta forma não são concebíveis as transformações que visam igualar as formas das cidades e modos de vida dos moradores da Amazônia, aos estilos de vida europeus, como ocorreu no período colonial e estão representados nas formas de construção urbanísticas adotados nas reproduções das cidades brasileiras e na Amazônia pelos projetos urbanísticos que foram herdados dos colonizadores. Que para Carlos (2015) são repetidos nos processos atuais por meio da “produção e (re) produção” que interfere diretamente na forma e modo de vida dos ocupantes do espaço urbano nas metrópoles.

As formas e conteúdos das cidades levam a uma interpretação sobre o processo de ocupação do espaço urbano que comporta atividades imbricadas nas relações da sociedade moderna e suas necessidades. Essas relações sofrem influências que são determinantes para o seu modo de vida, comportamento e relações em sociedade, que Vasconcelos (2018, p.75) define como “atuação dos inúmeros agentes da transformação das cidades”.

Cabe assim, uma sucinta análise das circunstâncias que estas influências representam nos espaços urbanos e na vida dos moradores e suas relações. Portanto, ao passo que a metrópole é centro produtor das ideias e realizações, também o é, palco das diferenças produzidas pela própria sociedade e pelo Estado

e os agentes que participam de todo processo de produção das cidades. Nesse sentido:

[...] analisando a complexidade urbana do Brasil no início do século 21, um fio condutor: a maioria dos problemas das cidades tem origem comum, seja nas metrópoles ou nas pequenas cidades, qual seja, a forma desigual como está organizada a sociedade, seja brasileira ou alhures. A cidade desse ponto de vista é a concretude da sociedade que a produz e não pode ser vista e nem é apenas o lócus da produção. A cidade dos nossos dias comporta a condição geral de realização do processo produtivo, e esse é compreendido para além das relações especificamente econômicas. Sendo o resultado das demandas das atividades econômicas estabelecidas (ou que venham a se estabelecer na cidade) e as necessidades da sociedade, que inclui a educação, a saúde, a habitação, o abastecimento, os transportes, a cultura, o lazer e o ambiente. (OLIVEIRA, 2010, p. 8).

Partindo desta perspectiva, a maioria das cidades brasileiras passa por problemas sociais concernentes à gestão de recursos e atendimento às demandas mais elementares, como as citadas por Oliveira (2010, p 8). No entanto, o que ocorre é o fato de que se estabelecem os interesses nos processos de ocupação e parcelamento da terra urbana, por meio dos agentes modeladores do espaço urbano. Nesse contexto, com base em Lima (2008, p. 107-117), foram identificadas as fragmentações espaciais, onde os que não têm recursos suficientes para ocupar lugares com alto índice especulativos são sujeitos à ocupação de espaços menos favoráveis para moradia e cobertura dos serviços públicos, no que pode ser observado em todas as cidades brasileiras.

No que se refere à, esses problemas são agravados pela extensão territorial, sazonalidade do regime hidrológico e decisões equivocadas de planejamento na gestão dos recursos, e mais ainda, pelo revezamento sucessivo de grupos políticos no poder, que não se preocuparam em resolver estas demandas ou as fazem de forma paliativa.

Esta realidade é a de involuções no processo de avanços técnicos, na educação, saúde, segurança e transportes que afetam as metrópoles, sendo agravada nas cidades e populações amazônicas por suas peculiaridades e, para, além disso, são afetadas ainda pela subida e descidas das águas anualmente. Esses regimes sazonais estabelecem às formas que são realizadas as atividades, no período de grande intensidade pluviométrica (dezembro a maio) os igarapés recebem as águas do Rio Negro que teve sua conta máxima registrada em 29/05/2012 quando chegou a 29,97 metros acima do nível do mar, influenciado por outro fenômeno, o represamento de sua foz pelo Rio Solimões durante o chamado

regionalmente de “inverno amazônico”. No período de vazante ocorre menor atividade hidrológica (junho a novembro) onde o Rio Negro atingiu sua cota mínima registrada em 24/10/2010 chegando a 13,63 metros, de acordo com registros do Porto de Manaus (2020). O referido fenômeno já havia sido estudado, visto que havia discordância a respeito de como ocorriam as estações do ano em Manaus.

A ausência de planejamento e investimentos públicos nas cidades da Amazônia promove a especulação imobiliária, que por si só, causa elevação do valor e parcelamento da terra urbana de forma desigual, o que gera espaços fragmentados, reflexo da divisão de classes entre a população. Isso coloca de um lado, os que fazem parte de um segmento mais privilegiado, por possuir as condições socioeconômicas e, do outro, os segregados, os quais ocupam o que lhes resta, muitas vezes as encostas, fundos de vale e margens de igarapés.

Essa divisão é visível ao analisar a forma de morar na metrópole Manaus, que foi estabelecida, no período das reformas influenciadas pela ideológica da belle époque, inicialmente de costas para o rio, uma clara contradição com o seu bem natural mais precioso, sendo que, os construtores da cidade separaram tudo que pudesse identificar os traços e relações que havia com a raiz indígena, que representava o passado, entendiam que tudo era velho e atrasado. Incluso aí, os costumes tradicionais do povo local, que foram substituídos por “ideologias do novo, do capital” dessa forma:

Essa ideologia do novo engrandeceu Manaus com monumentos importados da Europa, tentando simular uma vida europeia, um simulacro socioespacial que tentava negar a herança indígena e a natureza circundante. O rio, que trazia a memória pretérita do meio natural, tinha que ser esquecido e a nova cidade de Manaus, produzida a partir da necessidade de inserção no circuito do capital, foi se estabelecendo de costas para ele. (LIMA, 2008, p. 111)

Portanto, é de refletir sobre o que ocorreu com a população de Manaus naquele momento em que a disputa era travada de forma desigual e por várias frentes de segregação na ocupação dos espaços disponíveis para moradia. Corrêa (2016, p.43), aponta que existem três tipos de segregação: “induzida, imposta e autosegregação” que se diferenciam a partir das moradias em que vivem ou pelas divisões de classe do espaço urbano fragmentado.

As classes mais abastadas constroem suas moradias em locais de melhor qualidade ambiental e maior valor por metro quadrado em busca de segurança para o patrimônio adquirido, dando origem a lugares chamados de nobres, realizando a

autossegregação, se distanciando dos ambientes mais povoados e de menor poder aquisitivo bem como dos moradores destes ambientes, esses comportamentos “têm condições de criar ou influenciar normas e leis capazes da exclusividade do uso do solo, tornando-o impeditivo aos grupos sociais subalternos” Corrêa (2016, p.43), restando para os de menor poder aquisitivo ocupações de locais e habitações de menor qualidade e valor. São aspectos da segregação induzida e a imposta, que interferem diretamente no parcelamento de solo urbano por parte da sociedade e do Estado. Nesse sentido:

A segregação residencial das classes subalternas resulta também de uma política de classe, gerada por aqueles que detêm poder, controlando diferentes meios de produção. É possível distinguir a segregação imposta, envolvendo aqueles que residem onde lhes é imposto, sem alternativa de escolha locacional e de tipo de habitação, e a segregação induzida, que envolve aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro de limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis. Ressalte-se, contudo, que o limite entre segregação imposta e induzida é tênue, como que uma dissolvesse na outra. (CORRÊA, 2016, p.43).

O conceito de segregação socioespacial foi amplamente discutido por Sposito (2016, p.63), no qual se dedica a explicar que ao conceito “deve se associar uma escala geográfica de análise, sem a qual a compreensão fica vaga”. Para a autora, “a segregação se refere à relação entre uma parte e o conjunto da cidade” o entendimento do conceito e sua aplicação são fundamentais para “compreender a realidade urbana atual” Sposito (2016, p. 63). Portanto, a segregação é perceptível na divisão social que cada espaço urbano apresenta em determinadas cidades, conferindo ao conceito de segregação várias formas e incorporação de adjetivos. Cabendo a esta pesquisa o de segregação socioespacial, o qual possibilita uma análise do espaço e da sociedade como dimensões mais importantes.

O conceito de segregação é discutido desde 1899, relacionado as moradias dos negros, judeus e os italianos nos Estados Unidos. Passando a ser discutido na academia primeiramente na escola de Chicago, sendo que “eles estudaram a cidade, então em pleno crescimento e cuja população era majoritariamente formada por imigrantes, um fenômeno completamente novo na escala mundial” Vasconcelos (2016, p. 24). Seus maiores expoentes foram: Robert Park e Burgess (1967) nas discussões sobre “integração e assimilação dos imigrantes”, “segregação compulsória da minoria negra”, também buscaram entender a “reunião de grupos étnicos que levaram à formação de diferentes áreas sociais” Vasconcelos (2016, p. 24). Em seguida na Escola da Sociologia Urbana Francesa nos anos de 1960 e

1970, Sposito, aponta que o conceito de segregação foi aplicado nos estudos dos autores “Pierre George em 1950, e Marcel Roncayolo em 1952. Ambos os geógrafos” Sposito (2016, p. 85). Nesse sentido, os autores apontam as linhas teóricas seguidas pela Escola de Chicago e Escola da Sociologia Urbana Francesa, foram essas que se destacaram na análise da segregação socioespacial.

Na realidade brasileira, o debate sobre o conceito de segregação foi empregado em diferentes correntes de pensamentos, situações e realidades em que cada pesquisador estudou. Os estudos de Sposito e Vasconcelos (2016) se destacam. Sposito segue uma linha “com a hipótese de que é possível tratar das especificidades da segregação, segundo os componentes de cada realidade socioespacial” (2016, p. 62), posicionando-se, contrário aos argumentos de Vasconcelos, que se posiciona contrário à aplicabilidade do conceito de segregação para a realidade brasileira ao examinar a distribuição das camadas da população, “Mas a distribuição espacial da população pobre não parece confirmar a existência de um processo de “segregação” residencial nas cidades brasileiras” Vasconcelos (2004, p. 271). Essa discussão torna-se determinante para a aplicabilidade do conceito de segregação nos estudos a serem desenvolvidos pelos pesquisadores no Brasil, sendo necessária a escolha das linhas a serem seguidas, bem como a metodologia de abordagem sobre os objetos pesquisados, visando uma compressão e comparação dos espaços em vez de embaraços nos estudos das divisões de classes, moradia nos processos de uso e ocupação do solo.

O conceito de segregação empregado neste trabalho leva em consideração, para além das abordagens anteriores, proximidades das definições de Corrêa (2002). Parecendo-nos conveniente o uso do termo segregação socioespacial para demonstrar a diferenciação de direito à cidade que gera uma dicotomia entre ricos, classe média e pobre no uso e ocupação do solo urbano nas cidades brasileiras.

A análise de Corrêa representa formas e comportamentos sociais identificados na maioria das cidades brasileiras, não sendo diferente em Manaus (o recorte desta pesquisa) no processo de ordenamento urbano. Assim, possibilita entender a segregação socioespacial não como um componente étnico, que separa grupos de origens distintas que ocupam o espaço urbano, mas, como um componente socioeconômico, que separa grupos pelas condições de posse da terra urbana, como sustentam Sposito (2016), ao se referir aos modos de vida da sociedade e a disputa pelo espaço da e na cidade entre pobres e ricos, de onde

deriva a segregação socioespacial. Corrêa (1995). Afirma que, a caracterização da segregação se esconde na forma de reprodução do lugar de morar e trabalhar:

A segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e nesse sentido, o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Neste sentido, enquanto o lugar de trabalho, fábricas e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constitui-se no local de reprodução. Assim, a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro. (CORRÊA, 1995, p. 65-66).

Ao analisar a questão da segregação na cidade de Manaus, recaímos em datas que são do período da borracha⁶, no qual houve um próspero crescimento baseado na extração do látex, fase econômica que os administradores não foram capazes de transformar em independência econômica e social dos estrangeiros. Mas que, ficaram registrados na arquitetura urbana, por meio de prédios, igrejas, praça e calçamentos das ruas, culminando com aterros de igarapés e interferência identitária na vida dos moradores.

4.3 A Segregação Socioespacial e a Produção do Espaço Urbano de Manaus

A cidade de Manaus experimentou seu maior período de desenvolvimento baseado na exportação da borracha para países industrializados como Inglaterra e Estados Unidos, que se dividiram em duas fases, entendidas como “o período do *boom* da borracha, que ficou marcado pela expansão e riqueza urbana, da metade do Século XIX ao final da Primeira Guerra Mundial” Corrêa (1987, p. 43) procedido por uma estagnação econômica. Logo após o período de estagnação houve a implantação da Zona Franca de Manaus - ZFM, que aparece como alternativa para região após a derrocada da exportação de borracha perante o cultivo na Malásia.

Manaus foi afetada diretamente pela crise causada pela produção de borracha em grande escala pela Malásia a partir de 1913, que geograficamente se prevalecia de sua localização para conseguir atingir os mercados mundiais fabricantes de automóveis consumidores, afetando diretamente na exportação local, o que implicou declínio da produção e exportação de borracha da Amazônia e a

⁶ SÁ, 2012, p.17. A borracha é uma goma elástica vegeta produzida por várias plantas como o caucho, a mangabeira, a maniçoba, a maçaranduba e a seringueira do Amazonas, a Hevea Brasiliense. [...] A seringueira é uma planta originária da Amazônia da família das euphorbiaceae. [...] cujo látex se fabrica a borracha.

mudança para uma nova matriz econômica, que suprisse as necessidades locais de emprego.

Destacam-se duas características principais nesses dois períodos econômicos, primeiramente a criação de prédios com arquiteturas importadas e grande expressão urbanística a exemplo do Teatro Amazonas, Palácio da Justiça e Alfandega. Símbolos da imponência do período de riqueza que a extração e comercialização da borracha patrocinavam as transformações do espaço urbano atendendo as classes mais ricas de Manaus. Permitindo dessa forma, afirmar, que foi uma prosperidade de grande expressão em pequeno espaço temporal conhecido como “época áurea da borracha de 1890 a 1913” Sá (2012, p. 24), teve sua maior expressão visual e arquitetônica durante o Governo de Eduardo Ribeiro, comandou obras para atender aos investidores europeus e a elite amazonense.

Em seguida, no período de declínio do boom da borracha, a cidade de Manaus ficou adensada, a população aumentou vertiginosamente com a chegada dos órfãos dos seringais. Manaus passa então a ser o principal destino e esperança de sobrevivência desses trabalhadores da extração da borracha vindos dos seringais à procura de melhores condições de vida, o que se tornava inviável pela quantidade que chegavam à capital e pela ausência de uma matriz econômica e urbanística que incorporasse esse contingente, ou ainda, pela ausência de infraestrutura que comportassem de forma natural. Dessa forma, os espaços ocupados pelos expropriados dos seringais se apropriam das margens dos igarapés e criam também uma forma de moradia flutuante que ocupam a frente da cidade. Esses acontecimentos justificavam atitudes de aterros dos igarapés como medidas de saneamento e saúde pública, desenvolvidas pelos governantes naquela época. O quadro abaixo demonstra o aumento populacional da capital em comparação à população do estado, acrescente-se a isso a instalação da ZFM.

Quadro 1 - Evolução da População de Manaus

POPULAÇÃO DE MANAUS								
Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Manaus	106.399	139.620	175.343	314.197	642.492	1.010.544	1.403.796	1.802.014
Amazonas	438.008	514.099	721.215	960.934	1.449.135	2.102.901	2.813.085	3.483.985

Fonte: IBGE (2018). Organização: Lima (2018).

O quadro mostra que, houve uma migração para Manaus de 1950 para 1970, triplicando o quantitativo populacional, que comparado ao estado representava

aproximadamente 1/3. A partir de 1970 (com a instalação da ZFM em 1967), houve nova chegada de pessoas, agora, diferente do período da borracha que chegavam para ocupar os seringais em todo estado, se estabelecem em Manaus, atraídos pela possibilidade de empregos nas fábricas do distrito industrial.

Nesse período a população chega aos significativos 50% comparado ao Estado no ano de 2000, somente em Manaus. A implantação do PIM proporcionou outra matriz econômica baseada na indústria, movida pela isenção fiscal industrial para Manaus. Porém, seus benefícios são criticados por não haver estabilidade, não promover desenvolvimento ao Estado, aos trabalhadores, e sua arrecadação fiscal não permanecer no estado para melhorias de infraestruturas.

Nesse sentido, tanto as intervenções para construções de monumentos urbanísticos e a chegada dos trabalhadores dos seringais, contribuíram para o adensamento populacional, que por sua vez demandava ocupação de espaços, que Manaus não estava preparada para oferecer. As demandas pelas construções de ruas, praças, postos de atendimento médico, fornecimento de água, energia elétrica e moradias demarcavam a nova ordem do espaço urbano, seguido sem planejamento urbanístico desde o período de Eduardo Ribeiro.

O que se adotou a partir do crescimento do tecido urbano foram medidas de ordenação do espaço e comportamentos, por meio dos códigos de posturas que segregaram a população com regras impositivas para definir quem e como deveria ser o uso e ocupação do espaço central de Manaus, que no pano de fundo servia a elite, antes no período borracha e depois no período da indústria. Os códigos de posturas serviam ao mesmo tempo como instrumentos de proibições para os moradores mais pobres que frequentavam o centro da cidade e como justificativa para investimentos que representavam a reconstrução da cidade. Dessa forma:

O espaço urbano se definia como obra dos interesses capitalistas e da sociedade burguesa. Embelezamento dos espaços urbanos e a instalação de serviços públicos e saneamento, ainda que possam ter melhorado consideravelmente a vida nas grandes cidades, são resultantes de práticas autoritárias que privilegiavam a segurança das elites e o controle da população (MESQUITA, 2009, p. 70)

Os códigos de postura tinham como objetivo organizar a cidade aos moldes do que ocorreu em Paris com Haussmann⁷, uma clara tentativa de transformação do

⁷ MESQUITA, 2009, p. 69. Sobre as intervenções de Haussmann em Paris, em geral, as intervenções urbanas estavam orientadas no sentido de organizar os espaços de maneira que o seu uso permitisse maior controle por parte do Estado. [...].

espaço urbano, por meio da ideologia da *Belle Époque*, que reproduzia a cidade a partir da higienização, sem levar em consideração o histórico em seu urbanismo, o que negava a origem dos moradores locais em detrimento às fortes relações com os estrangeiros que viviam e chegavam a Manaus. Origens que foram registradas em viagem dos Agassiz à Manaus, onde puderam descrever os costumes da população e a base da formação identitária dos moradores locais, que ao longo do tempo foram desprezados pelos colonizadores e exploradores. Destacando que:

Em nenhuma outra parte do mundo se poderia estudar tão completamente como no Amazonas a mistura dos tipos, pois nela os mamelucos, os cafuzos, os mulatos, os caboclos, os negros e os brancos, produziram por suas alianças uma infusão à primeira vista parecendo indestrinchável. (AGASSIZ, 2000, p. 284).

A população local tinha suas raízes fincadas nas origens indígenas, que foram comprometidas pela imposição cultural do colonizador no primeiro momento e pelos órfãos da borracha em seguida quando se deslocaram para Manaus. Esse processo tornou-se claro nas proibições de costumes que acompanhavam a população desde sempre e pelos códigos de postura, que delimitavam o uso e ocupações do espaço em que viviam essas sociedades em detrimento aos que chegavam à capital em busca de melhores condições de vida e investimentos. Conforme o de 13 de março de 1868 determinava que:

Art. 1º. - Fica proibido o corte de árvores, varas arbustos maiores de 5 palmos em todos os riachos ou igarapés que fiquem dentro dos limites da cidade e nos subúrbios, em uma zona de 60 palmos de largura a partir do leito dos mesmos riachos, ou igarapés. O infrator ocorrerá na pena de 20\$000 réis de multa ou 4 dias de prisão.

Art. 4. - Fica proibido d'ora em diante tirar-se agoa no Igarapé do aterro para ser vendida a população, e bem assim lavar roupas, cavalos e outros quaisquer animaes. O infractor será punido com 5\$000 réais ou a 2 dias de prisão. (SÁ, 2012, p.55).

Isso representava um ataque aos aguadeiros e lavadeiras que desenvolviam atividades nas áreas dos igarapés, bem como a população que recebia água e tinha suas roupas lavadas nesses locais, visto que a cidade ainda não possuía uma rede de distribuição de água encanada, o que ocorreu somente em “1898 por meio dos reservatórios do mocó e castelhana”. Mesquita (2009, p.219), destacando que a distribuição não alcançava os arrabaldes e as atividades de aguadeiro e lavadeiras eram bem aceitas nessa época em Manaus.

As múltiplas facetas que se desenhavam para transformar os costumes locais deram-se principalmente pelo modelo de cidade que se pretendia construir, que não

comportava os pobres, índios e negros, constituindo-se a partir de três pontos principais “o político, o jurídico e ideológico” conforme Lima (2014, p. 98). O autor faz uma distinção entre os dois pontos principais em que Manaus passa do período da borracha ao período da industrialização, que são períodos econômicos que transformaram tanto o espaço urbano como a sociedade e, se “remodela” para receber as indústrias e operários que irão trabalhar nessas indústrias, substituindo os que antes trabalhavam na extração da seiva da borracha. Afirmando que:

Se no período gumífero o poder público estadual, via ações políticas, leis, códigos de postura e discursos de modernidade e higienismo, remodelava a cidade, transformando-a numa cidade moderna, expropriando e empurrando os pobres para os arrabaldes, no período da zona franca este mesmo poder público vai se comportar de forma inerte frente ao grande aumento populacional, cujo resultado foi uma cidade que crescia sem planejamento urbanístico, ora por ações públicas que incentivavam o crescimento (criação de bairros), ora por meio de ocupações irregulares, resultantes das demandas reprimidas por moradias. (LIMA, 2014, p. 119).

A cidade de Manaus teve grande expressão econômica no período da borracha, mas não foi capaz de sustentar essa pujança como modelo de desenvolvimento. Passando, portanto, por um período de grave crise econômica, sendo amenizada com a implantação da ZFM, a partir de 1967, quando se implantou distrito industrial. Mas o que parecia solução para uma metrópole que comportava alarmantes índices de urbanização, não se concretizou com a substituição da matriz econômica, que refletia somente expansão do capital. Cabendo neste sentido, uma produção do espaço na ótica do capitalismo, onde são excluídos os que não têm participação efetiva no consumo na produção do capital, que monopoliza as metrópoles. Como afirma Carlos:

A produção do espaço envolve vários níveis da realidade como momentos diferenciados da produção geral da sociedade: o da dominação política, o das estratégias do capital objetivando sua reprodução continuada e o das necessidades/desejos vinculados à realização da vida humana. Esses níveis correspondem à prática socioespacial real que se revela produtora dos lugares, encerrando, em sua natureza, um conteúdo social dado pelas relações que se realizam num espaço-tempo determinado, na qualidade de processos de produção/apropriação/reprodução dos indivíduos em sociedade. Tal prática, ao se realizar no plano do lugar, expõe a construção de uma história coletiva nas atividades e nos atos da vida cotidiana como modo de apropriação que se realiza por meio das formas e possibilidades de acesso e uso dos espaços-tempos. (CARLOS, 2016, p. 96-97).

Desta forma, Manaus tornou-se segregada pelas várias possibilidades de uso e ocupação do solo, que promove a desigualdade e separação de classes, que são produzidas a partir da relação de interesses nas estruturas produzidas no espaço,

onde excluem os moradores de determinados espaços, realocando-os para áreas mais afastadas dos equipamentos públicos e serviços. Como o que ocorreu no período da borracha para implantação urbanística e arquitetônica do centro histórico, ZFM e empresas do distrito industrial.

Portanto, o conceito de segregação é abordado por vários autores para exemplificar as formas desiguais da sociedade em sua relação com a produção do espaço urbano nas metrópoles. Carlos (2016, p. 96) define que “a segregação é na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade)” a autora afirma que esse processo de segregação é percebido primeiramente nas “formas de acesso à moradia e transporte” que se tornam fatores limitadores da participação social nas atividades urbanas, tornando cada vez mais a o espaço individualizado e privativo na contramão do coletivo nos usos dos equipamentos que são produzidos pelo Estado. O exemplo de praças, teatros e parques, locais de desfrute coletivo dos espaços urbanos, mas que, não se identificam neles, parecendo que não construídos para eles.

Já Vasconcelos (2016 p. 24) em seus estudos “considera apenas a segregação involuntária, isto é, o processo que conduz à formação de áreas semelhantes aos guetos, nas quais a população é forçada a residir”, portanto, uma forma radical de segregação que levaria a formação dos guetos contra a própria vontade dos ocupantes desses espaços, obrigados ao isolamento, por medidas que são tomadas levando em consideração sua cor de epiderme e étnica, seu poder aquisitivo ou de consumo para aquisição de moradias mais caras. Que são vendidas pelas incorporadoras imobiliárias que ocupam os melhores espaços na produção de moradias destinadas aos de maiores poderes econômicos.

Para Sposito (2016, 62), “aplicar o conceito de segregação implica, necessariamente, reconhecer processos significativos e profundos de segmentação socioespacial”, o que remete ao contexto da área de estudo deste trabalho, com projetos adotados pelos administradores urbanos da metrópole Manaus, ao escolher as áreas de intervenção urbanísticas, promovem um processo de segregação socioespacial dos moradores com o seu entorno, que apesar disso, os moradores mais antigos resistem a todos esses processos impositivos por parte do Estado. Que de forma intervencionista acaba por favorecer as incorporadoras imobiliárias com expansão do mercado de moradias. O reflexo dessa relação proporciona uma

disputa “em suas faces – os que segregam os outros e os que, por opção segregam-se” Sposito (2016, p. 69), a autora critica a relação dos que mudam de situação para os “espaços residenciais fechados” quando se referem aos que ficaram, sem recordar que passaram pela mesma situação antes.

A mesma autora ao discutir a aplicação do conceito de segregação e em sua relação com o urbano, destacando que apesar de ser “polissêmico”, exige cuidado ao delimitar o conteúdo quanto às suas “formas, as práticas espaciais e os sujeitos sociais” visto que mesmo delimitando, a “segregação se refere à relação entre uma parte e o conjunto da cidade” não deve ser confundido com “outras práticas espaciais e suas combinações”, Sposito (2016, p. 62-63), entende ainda que:

Só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam a separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana. (SPOSITO, 2016, p. 65).

Porém, o que se observa em Manaus, no caso das lavadeiras, foi uma tentativa de separar suas atividades por meio dos códigos de postura, em um processo que as retirava das margens dos igarapés para dentro das famílias abastadas como lavadeiras, naquele período de espaço de Manaus. Souza (2018, p. 140), aborda que a causa da segregação pode ser percebida a partir da “Insegurança urbana” como mola propulsora da separação da forma de morar promovendo “valorização exacerbada dos produtos imobiliários” o que define os usos entre os “espaços públicos e privados” como novas formas de composição do “tecido espacial para entender e sustentar a recomposição do tecido social”. Dessa forma, no entendimento de Souza, haveria uma proliferação de desigualdade com o avanço dos mais ricos sobre os mais pobres por meio da “periferização” da cidade.

Portanto, a segregação resulta da articulação do Estado e os agentes sociais que se impõe por meio das ações do estado ou pela ausência delas, que por muitas das vezes neutraliza a participação social no processo, já citado por Carlos (2016), como é o caso na nascente do igarapé de Manaus, onde o Estado enquanto poder concebido de tornar-se regulador das infraestruturas para organizar o espaço de forma a beneficiar a sociedade. Mas, nem sempre é assim, os agentes modeladores do espaço atuam também nesse processo, a fim de estabelecer quais áreas serão beneficiadas pelo estado para atuarem em especulações que segregam determinados grupos de faixas econômicas como ocupantes de determinados

recortes espacial adquirido por eles para empreendimentos na metrópole. O que explica a não realização de infraestruturas a montante do igarapé Manaus, pela falta de interesse comercial do espaço, a ausência de visibilidade ou por estarem em um fundo de vale, o que demandaria mais gastos na produção de moradias, portanto menor lucro para os investidores do capital privado.

Nesse sentido, entende-se que o espaço está agregado de “sistemas de engenharia⁸ e fluxo de relações” conforme Santos (2014, p. 123), portanto, uma interação entre objetos e as pessoas na construção do espaço, mas que recebe influências nas tomadas de decisões pelo Estado, que são exercidas pelos agentes modeladores do espaço, se refletem em políticas públicas que atendem a determinadas elites, como no período da borracha e na implantação da ZFM, expulsando os moradores de seus ambientes de convivência ao invés de melhorá-los do ponto de vista de infraestruturas.

Dessa forma, se em um primeiro momento as águas onde as primeiras cidades se instalaram serviam para agricultura, transporte e como fornecedor de alimentos, tornaram-se, agora, motivo de disputa por conta da sua escassez mundial. Manaus, como as primeiras cidades, foi instalada às margens do Rio Negro, o que lhe proporcionava uma garantia de recursos hídricos. Mas esta lógica não foi seguida pelos administradores públicos ao longo de sua história, o caminho seguido foi na contramão do que ocorreu com o rio Sena na França, de onde foi importado o modelo de cidade moderna. Manaus caminhou junto com a tentativa de modernização, para uma direção contrária de preservação de seus recursos hídricos aterrando, canalizando, construindo moradias em detrimento da preservação dos igarapés.

No decorrer de sua história local, a água foi entendida mais como uma barreira, do que como um recurso a ser transformado em riqueza. Os igarapés representam a importante característica das cidades da Amazônia, sendo que na cidade de Manaus, eles entrecortam todo espaço urbano. Em um dado momento, foi o principal fornecedor de água para os moradores, que recebiam em suas casas entregues pelos “aguadeiros”, de acordo com Monteiro (1977). Segundo este autor,

⁸ SANTOS, 2014, p. 86-87. Define que o conjunto de fixos, naturais e sociais, forma sistemas de engenharia, seja qual for o tipo de sociedade. Mesmo as chamadas civilizações primitivas dispunham de sistemas de engenharia e, às vezes, até mais bem elaboradas que as atuais porque demandavam engenho e arte, e empreendiam com poucos meios. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo.

serviam também para pesca, lazer, banhos e lavagem de roupas, aponta também, que havia proibições de práticas de banhos por parte das autoridades, citando o pedido do vereador Antônio Davi Vasconcelos de 9 de junho de 1888, onde se lia: “indico que por esta câmara seja requisitada ao sr. dr. Chefe de polícia, uma patrulha para impedir o abuso de lavarem-se algumas pessoas (tomar banho) dentro da fonte de água potável, no igarapé de Manaus [...]” (MONTEIRO, 1977, p. 44). Nesse momento o igarapé de Manaus servia como fonte de abastecimento d’água para população, mas também se estabeleciam ali várias lavadeiras.

Para, além disso, a tentativa de produção de uma cidade que representasse os interesses do capital como sinônimo de modernidade para o mundo culminou com a segregação dos aguadeiros, catraieiros e lavadeiras considerados como atividades atrasadas pelos mentores de um progresso que não admitiam essas peculiaridades. Dessas atividades, apenas as lavadeiras resistem atualmente, na área que esta pesquisa elegeu como delimitação espacial.

Estão alijadas entre a Avenida Ayrão e Avenida Nhamundá, para onde foram empurradas e esquecidas no processo de crescimento urbano e as determinações dos códigos de postura, promovendo uma invisibilidade de parte do passado histórico e identitário de Manaus. Lugar onde se encontram segregadas em forma de resistência residual em sua segunda geração, representam um resíduo de um passado não tão distante em que seus serviços eram permitidos por todas as margens dos igarapés e foram ofuscados com os projetos de desenvolvimentos que as obrigaram seguir para a montante do Igarapé Manaus. Onde encontraram recursos para permanência na prática de lavagem de roupas por meio das cacimbas utilizadas como fornecimento de água, no lugar dos igarapés pretéritos.

O Igarapé Manaus teve seu valor na história local, em um momento em que a cidade comportava a lavagem de roupas, banhos e transporte de água pelos aguadeiros em toda a cidade. Na sua nascente criou-se o “porto dos aguadeiros em 1889 pela Câmara Municipal de Manaus” Monteiro (1977, p.77) servia de fonte de fornecimento de água potável, que, se encontrava distante da área urbana deslocada para leste e a nascente está a norte, com água pura para o consumo.

O igarapé teve várias formas desenhadas pelos interesses que vigoravam naquele momento de expansão do espaço urbano, sua importância era tamanha que naquele período em que a água era transportada dos igarapés para as casas dos moradores, era também necessário preservar os igarapés, sendo o principal o

Igarapé Manaus. E a preocupação da Câmara ao pedir providências ao presidente da província pelos abusos no igarapé de Manaus. Em 22 de agosto de 1888, foram destacados policiamento para combater os abusos cometidos no igarapé que os aguadeiros buscavam água para vender a população. Conforme destaca Monteiro:

Prestar diariamente oito praças, das sete horas da manhã às seis da tarde, para percorrem o igarapé Manaus, desde o ponto onde os aguadeiros enchem suas pipas até a nascente do mesmo, a fim de impedirem que pessoas aí tomem banho, lavem roupas ou lancem sôbre as águas qualquer coisa que as possam viciar (MONTEIRO, 1977, p.45).

Outros igarapés que desenhavam o relevo da cidade também sofreram modificações com aterros e desaterros que indicavam a direção do crescimento da cidade “compreende-se, portanto, que a imagem configurada é sempre um arranjo transitório, marca de um tempo e expressão dos desejos e necessidades de seu usuário” Mesquita (2009, p. 69). As prioridades são tomadas segundo as necessidades em cada tempo e lugar.

O espaço urbano de Manaus esconde muitas histórias que até sua população desconhece, são os fragmentos de um mosaico que apresentam registros da raiz e cultura, que estão esquecidos propositalmente pelos processos de evolução urbanística, tornando-os invisíveis aos olhos e rapidez que a sociedade transita por esses ambientes e ações do Estado. Numa clara tentativa de esconder o passado de momentos em que Manaus se apresentava de forma acolhedora para seus moradores nos espaços coletivos como os igarapés, os banhos, as catraias e as áreas verdes. Mas que, passaram a segregar sua população do centro para construção dos espaços sem a participação e acesso social. Conforme descreve:

Esse é o caráter que o constituiu urbano de Manaus assume no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. A disposição do poder público de interferir no privado (dos indivíduos) com finalidade conveniente de privatizar, controlar, vigiar e punir, em nome do público, o uso do espaço coletivo da cidade. Por trás de uma proposta totalizante, não estendem aos setores populares os mesmos benefícios do “progresso”; ao contrário, os pobres não só foram atingidos pelas reformas, como perderam as antigas estruturas existentes, afastados compulsoriamente, da área central da cidade pela política de demolição de suas casas, para atender às necessidades de reedificação e embelezamento da capital, passando a ocupar bairros distantes, desprovidos de qualquer infraestrutura. Para esses marginalizados do “fausto” restava o isolamento do Mocó, Colônia Oliveira Machado, São Raimundo e Constantinopla, sem luz elétrica, bondes, esgoto, mercado, água encanada, com o impaludismo, beribéri, febre amarela e tuberculose. (DIAS, 2007, p. 145-146).

Portanto, uma clara atitude de segregação da população local pelos poderes econômico e político estabelecidos no espaço urbano de Manaus, que

determinavam o destino de quem deveria ocupar os espaços do centro da cidade. Esses fatos segundo a autora ocorreram entre os séculos XIX e XX, mas agora, no século XXI, são seguidos os mesmo processos de deslocamentos de moradores de áreas que interessam ao poder público para outras partes mais distantes da cidade, a exemplo da área de delimitação desse estudo, esses locais não contemplam infraestruturas e assistências públicas, repetindo as mesmas formas ocorridas no período destacado por Dias (2007), com os mesmos apelos intervencionistas de higienismo e ordenação do espaço. Por outro lado, os que têm poder aquisitivo promovem a autossegregação para ambientes com maior cobertura de atendimento dos serviços públicos e ambiental. Nestes locais constroem conjuntos habitacionais com segurança e infraestruturas de lazer, se sobrepondo aos demais membros da sociedade, sustentando o *status* de sucesso e prosperidade que causa uma disputa socioespacial do espaço urbano. Dessa forma:

Os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e espaços públicos mantidos sob vigilância constante. A proteção neoliberal aos direitos da propriedade privada e seus valores torna-se uma forma hegemônica de política, mesmo para a classe média baixa. (HAVEY, 2014, p. 48).

Portanto, o autor afirma que, a ideologia neoliberal empregada pelos governos para sociedade, promove o individualismo em detrimento do coletivo, o que acentua as diferenças entre as classes e concentração da riqueza mundial na mão de poucos abastados, identificando o momento atual em que o Brasil assumiu. Esse processo, não ocorre diferente na metrópole Manaus, a segregação é promovida por meio da elitização das áreas de habitação em que não há possibilidades iguais para uso e ocupação do solo. Portanto, o valor da terra é um fator preponderante para definir quem pode ou não comprar, apresentando assim, as condições de conflitos pelo espaço urbano na metrópole.

A realidade construída em Manaus passa pelos projetos adotados pelas administrações públicas em intervenções urbanísticas, habitacionais, saneamento básico e drenagem de igarapés. Uma proposta de política urbana para o reordenamento de área degradada e ocupadas por palafitas⁹ às margens de igarapés.

⁹ IBGE (2010) - **Tipologia de Território**. Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares

Representando uma possibilidade de recuperação ambiental, socioespacial e econômica para as famílias que vivem segregadas nessas áreas.

4.4 Intervenções Atuais: O Caso PROSAMIM

Os projetos atuais de reprodução do espaço urbano de Manaus acompanham engenharias adotadas no passado por Eduardo Ribeiro. Aterrando e canalizando igarapés para construção de unidades habitacionais (Parques Residenciais de Manaus I, II, III), construção de ruas e praças, aplainamento do relevo colinoso e transferências de moradores. Esses processos impactam no poder de vizinhança, que são sentidas principalmente pelos mais velhos, na transferência de moradores e por meio dos modelos de construção das novas moradias, que representam arquiteturas importadas, que também em si refletem elitização dos parques, praças, teatros e mercados públicos que atendem apenas uma camada da sociedade local, a dos mais opulentos.

São estes projetos que estão sendo executados na atualidade pelo PROSAMIM em vários bairros de Manaus, mas, que especificamente atua na área estudada desde 2006, com intervenções nos igarapés de Manaus, Mestre Chico, Bittencourt, Cachoeirinha e Quarenta localizados na bacia do Educandos. Para tanto, foi firmado um empréstimo e cooperação com o BID e Caixa Econômica Federal – CEF, portanto, interessando para esta pesquisa as intervenções realizadas ou por realizar no Igarapé de Manaus, divididos em três áreas de atuação do programa. Conforme Batista (2013, p. 14) o programa social e ambiental dos igarapés de Manaus, foi criado a partir de 2003 para o “reordenamento Urbano com reassentamento das famílias afetadas pelas obras; a melhor utilização dos espaços recuperados; e a implantação de infraestrutura sanitária”. Essas justificativas e necessidades foram apresentadas para se obter empréstimos junto ao BID.

Foi por meio desses empréstimos que promoveram indenizações e transferências de alguns moradores das áreas das nascentes do igarapé de Manaus e moradores que ocupavam as áreas das cacimbas. Utilizou-se de critérios como forma de definir indenizações, (Quadro 2) referentes aos cadastros realizados pelas assistentes sociais entre 2003/2006 em processo de levantamento dos dados

são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros.

socioeconômico dos moradores, onde demarcaram as moradias que deviam sair para o início das obras.

Quadro 2 - Condições para Reassentamento do PROSAMIM

OPÇÕES DE REASSEMENTO	
Indenização	Solução em dinheiro, aplicada de acordo com o valor da benfeitoria, para proprietário morador e proprietário não morador.
Bônus Moradia	Indenização assistida, no valor de R\$ 50.000,00. Solução aplicada para aquisição de casa no mercado imobiliário. Ficando a cargo do beneficiário, encontrar um imóvel que será avaliado pelo PROSAMIM, devendo ser uma opção de moradia melhor que a anterior e não possuir débitos frente ao município.
Unidade Habitacional	Apartamentos construídos em solo criado em área de intervenção do Programa, esta solução é aplicada aos beneficiários proprietários moradores.
Casa em conjunto Habitacional	Casa construída fora da área de intervenção do Programa. Minha Casa, Minha Vida, sendo atendido com os critérios de atendimento da Caixa Econômica Federal.
Auxílio Moradia	Solução de indenização no valor de R\$ 6.000,00; aplicada aos Inquilinos e Cedidos, atendidos pelo programa.
CONDIÇÃO	OPÇÕES DISPONÍVEIS
Proprietário Morador	Indenização, Bônus Moradia, Unidade Habitacional, Conjunto Habitacional, Cheque Moradia.
Proprietário Não Morador	Indenização
Inquilino/cedido	Conjunto Habitacional, Auxílio Moradia

Fonte: UGPE (2012)¹⁰. Organização: Lima (2019).

Alguns moradores que tiveram suas casas demarcadas para retirada foram transferidos para o parque residencial Mestre Chico, construído sobre o igarapé de mesmo nome, entre as avenidas Ramos Ferreira e Ipixuna. Esse foi o caso de uma das lavadeiras e referência na área de cacimbas entre as Avenidas Barcelos e Nhamundá, na cabeceira do igarapé de Manaus. Dona Suzete, que era reconhecida pelas demais lavadeiras como herdeira da atividade e que preservava uma das cacimbas, que após sua transferência foi aterrada. No Mestre Chico, teve que se adaptar a máquina de lavar, pois não havia cacimbas para lavar e nem quintal para estender as roupas. Com base em Batista (2013, p.62), esses projetos foram concebidos pelo Governo do Estado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID/CEF com valor total de US\$ 930, 000,000 (novecentos e trinta milhões de dólares americanos), esses valores seriam aplicados nos Prosamim I, II, III. No PROSAMIM I, sob o contrato nº 1692/OC-BR (BR-L1005) os gastos foram na ordem de US\$ 200, 000,000 (duzentos milhões de dólares americanos),

¹⁰ Opções de Reassentamento, postado no site do programa em 13/11/2012. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/social/opcoes-de-reassentamento/>>. Consultado em: 28 de Julho de 2020.

divididos em US\$ 160, 000,000 por parte do BID e US\$ 40, 000,00 por parte do Governo do Estado em contra partida, com amortização no período de 2012/2031, conforme, PROSAMIM (2019). Foram também utilizados recursos do Prosamim suplementar (US\$ 120, 963, 489. 84. Valor somado com aditivo em 2014) entre 2006 – 2014 e recursos do Fundo espanhol (US\$ 5 milhões) em 2010 para ligação de água e esgoto na rede de fornecimento e tratamento respectivamente. Que contemplavam intervenções nos igarapés de Manaus, Bittencourt, Mestre Chico e Igarapé Quarenta, conforme (quadro 3). Estas ações não foram concluídas, a parte que se refere ao Prosamim 1, esse local encontra-se sem previsão de conclusão desde 2006. Ao final dessa pesquisa não foram identificados nas consultas e entrevistas no Prosamim, alguma intenção em retomar as obras desse projeto.

Quadro 3 - Igarapés: Intervenção do PROSAMIM I

LISTA DE OBRAS DO PROSAMIM I							
CIDADE	LOCAL	ITEM	DESCRIÇÃO	ATIVIDADES EXECUTADAS	DATA DE ENTREGA	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO
M A N A U S	IGARAPÉ MANAUS	1	QUADRA BAIRRO MANAUS (Q1 E Q2)	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	23/10/2007	TRECHO ENTRE A RUA RAMOS FERREIRA ATÉ A RUA TARUMÁ	CENTRO
		2	QUADRA BAIRRO MANAUS (Q3)	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	05/12/2008	TRECHO ENTRE A RUA RAMOS FERREIRA ATÉ A RUA IPIXUNA	CENTRO
		3	PARQUE SENADOR JEFFERSON PÉRES	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	01/09/2009	TRECHO ENTRE A AV. SETE DE SETEMBRO ATÉ A AV. ALVARO LOURENÇO BRAGA	CENTRO
		4	PARQUE PAULO JACOB	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	10/03/2010	TRECHO ENTRE A AV. SETE DE SETEMBRO ATÉ A RUA IPIXUNA	CENTRO
		5	PARQUE MANAUS 2ª ETAPA	URBANIZAÇÃO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	19/03/2014	TRECHO ENTRE A AV. TARUMÁ ATÉ A JAPURÁ	PRAÇA 14
	IGARAPÉ BITTENCOURT	6	PARQUE BITTENCOURT 1ª ETAPA	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	10/03/2010	TRECHO ENTRE A AV. SETE DE SETEMBRO ATÉ A RUA AJURICABA	CENTRO
		7	PARQUE BITTENCOURT 2ª ETAPA	ARQUITETURA, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	30/08/2011	TRECHO ENTRE A RUA AJURICABA ATÉ A RUA RAMOS	CENTRO
	IGARAPÉ DO MESTRE CHICO	8	PARQUE LARGO MESTRE CHICO	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	23/03/2009	ENTRE A AV. BEIRA RIO E RUA IPIXUNA (PASSANDO PELA PONTE BENJAMIM CONSTANT)	PRAÇA 14
		9	QUADRA BAIRRO MESTRE CHICO I	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	10/02/2012	TRECHO ENTRE RUA RAMOS FERREIRA E AV. IPIXUNA	PRAÇA 14
		10	PONTE BENJAMIM CONSTANT	ENGENHARIA	25/09/2008	AV. 7 DE SETEMBRO	CENTRO
	IGARAPÉ QUARENTA	11	QUADRA BAIRRO PROF. JEFFERSON CARPINTEIRO PÉRES	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO E MICRODRENAGEM	28/07/2008	MARGEM ESQUERDA - ENTRE A RUA 24 DE AGOSTO E A AV. SÃO JOÃO	MORRO DA LIBERDADE
		12	QUADRA BAIRRO PROFESSOR GILBERTO MESTRINHO	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO E MICRODRENAGEM	11/02/2010	MARGEM DIREITA - ENTRE A AV. MAUES E A RUA CARVALHO LEAL	CACHOEIRINHA

Fonte: UGPE (2018)¹¹. Organização: Lima (2020).

No PROSAMIM II e III, que atenderia oito mil famílias (5.000 famílias na bacia do Educandos/Quarenta e 3.000 famílias em outros igarapés de Manaus). As intervenções estavam “estruturadas em três vertentes: drenagem das bacias, saneamento básico e urbanização e habitação”. As drenagens tinham o caráter de recuperação ambiental dos igarapés, uma proposta de integração de “condições

¹¹ Lista de Obras, postado no site do programa em 24/01/2018. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/engenharia/lista-de-obras/>>. Consultado em: 28 de julho de 2020.

necessárias para as outras obras implantadas”, e nas obras incluía o escoamento normal dos igarapés como saneamento. Quanto ao urbanismo e habitação a proposta seria de acordo com o PROSAMIM/Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA:

A urbanização e habitação como todas as outras atividades previstas nas áreas de intervenção do empreendimento nos igarapés Bittencourt, Manaus e Mestre Chico, localizadas na bacia do Educandos, consistirão em atividades que visam o ordenamento da ocupação e uso racional do território urbano, haja vista as precárias condições de habitabilidade, saneamento, saúde e acessibilidade, a que está submetida à população residente nessas áreas. (WAICHMAN Et al. RIMA PROSAMIM. 2004, p. 19).

No entanto, o discurso, o planejado e as práticas, demonstraram que não se concretizaram da mesma forma para todos os moradores. Apresentando separação de famílias que moravam juntas do local para outros locais mais distantes, impactando sobre o poder de vizinhança e desarticulando as reivindicações dos moradores, a exemplo da representatividade que exercia d. Susete para os demais lavadeiras e vizinhos. Foi adotada a transferência dos moradores como forma de enfraquecer a luta pela permanência no local, o aterro das cacimbas e destruição das moradias era uma estratégia de desvalorização do lugar para que se pagasse a menor das indenizações seguintes. Utilizaram também a possibilidade da construção de um museu das águas, que nunca saiu do papel e não pode ser comprovada a existência de projeto para esse fim até 2013, devido à negativa do departamento de engenharia do Prosamim a várias solicitações deste projeto para as nascente e área das lavadeiras.

Essas obras deveriam ocorrer simultaneamente nas microbacias dos igarapés Manaus, Bittencourt, Mestre Chico e Quarenta, porém, não foi o que ocorreu na nascente do igarapé de Manaus e na área das cacimbas, objeto de estudo desta pesquisa. As intervenções foram iniciadas com cadastro das famílias e demarcação das casas que deveriam ser retiradas para construção de um parque, mas estão paradas conforme a conclusão dos estudos do primeiro trabalho realizado nesta área em 2013¹². Onde se identificou ausência de projeto para áreas nascentes e lavadeiras, mesmo assim, o projeto foi ampliado para outras áreas de Manaus com objetivo de promover melhoramentos urbanísticos em todos os bairros da cidade,

¹² LIMA (2013). A Cidade e o Turismo: O Igarapé de Manaus como Elemento da Identidade Manauara.

mesmo sem a conclusão na nascente do igarapé Manaus - obras que estavam previstas nos contratos de empréstimo do Prosamim I e Suplementar. Assim:

O PROSAMIM I foi aprovado por um montante total de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares), dos quais US\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de dólares) corresponderam ao empréstimo do Banco No. 1692/OC-BR (PROSAMIM). Devido à desvalorização do dólar em relação ao real ocorrida nos últimos três anos (2006-2009), bem como à necessidade de incorporar trabalhos não previstos nos projetos básicos, mas identificados como indispensáveis nos projetos executivos, tal montante tornou-se insuficiente para o financiamento de todas as atividades requeridas para o cumprimento dos objetivos traçados para o programa original. Mediante este Programa, se outorga um financiamento suplementar do Banco por US\$ 77.000.000,00 (setenta e sete milhões de dólares), com US\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de dólares) de contrapartida local, totalizando um montante total do programa suplementar de US\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de dólares). (BID, 2009, p.43).

Desta forma, o acúmulo de obras pelo programa que não foram cumpridas aglomerou-se ao longo dos anos, frustrando as expectativas dos moradores que permanecem nos locais onde se instalaram os canteiros de obras, indicando que haveria intervenções para os melhoramentos ambientais, sociais e de qualidade de vida nesses locais. A esperança foi transformada em incômodos causados pela poluição sonora, poeira, dificuldade de mobilidade e perturbações psicológicas, estes se agravaram pelo abandono de detritos das casas destruídas, que não foram retirados do local. Tais fatos foram justificados pela falta de recursos para conclusão, o que não é demonstrado pelo aporte adicional de dinheiro pelo BID, por meio do Prosamim suplementar.

Quanto ao PROSAMIM SUPLEMENTAR¹³, que teve recursos destinados por meio do empréstimo junto ao BID para a complementação dos trabalhos desenvolvidos no Prosamim I, foram acrescidos US\$ 120.960.000,00 (cento e vinte milhões novecentos e sessenta mil dólares), contrato 2165/OC-BR e alteração nº 1. Os valores seriam empregados na conclusão das obras entre 2009 e 2014¹⁴ em

¹³ BID (2009, p. 43). Os recursos do Programa serão utilizados para completar as ações que permitam alcançar os objetivos específicos do PROSAMIM I: (i) melhorar as condições ambientais e de saúde na área de intervenção do Programa por meio da reabilitação e/ou implantação dos sistemas de drenagem pluvial, de abastecimento de água potável, de coleta e disposição final de esgotos e de lixo e de recuperação ambiental em áreas de cabeceiras; (ii) melhorar as condições de moradia da população residente em tais áreas, mediante o ordenamento urbano, a regularização da posse da terra, as soluções habitacionais adequadas, a implantação de áreas de lazer e a educação sanitária e ambiental da população; e (iii) aumentar a capacidade operacional e de gestão das entidades envolvidas no Programa, assim como sua capacidade para incorporar a participação da comunidade no processo decisório.

¹⁴ BID (2014, p. 2). Instrumento de Alteração de contrato. Art. 1º. Fica acordada a elevação dos recursos adicionais de US\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de dólares) para US\$ 43.960.000,00 (quarenta e três milhões novecentos e sessenta mil dólares), resultando no consequente aumento do

obras que não foram concluídas no primeiro empréstimo. Os valores seriam aplicados em dois componentes especificados no primeiro contrato que até 2014 não haviam sido concluídos. Dessa forma:

Componente 1: (i) finalização das obras em execução, compreendendo um conjunto residencial com 250 moradias e sua infraestrutura (quadra bairro), dois parques urbanos, aproximadamente 320 m de galerias de macro-drenagem, 1.120 m de vias públicas e 8 km de redes coletoras de esgoto; (ii) contratação de outras obras que devem completar as ações previstas no PROSAMIM I, compreendendo: conjuntos residenciais com aproximadamente 700 moradias e sua infraestrutura, aproximadamente 1.100 m de galerias de macro-drenagem, 2.000 m de vias públicas e 25 km de redes coletoras de esgoto, bem como a recuperação e ampliação de uma estação de pré-condicionamento de esgotos; e (iii) o pagamento de aproximadamente 1.000 bônus moradia e outros gastos com o reassentamento de cerca de 2.000 famílias. Componente 2; Os recursos serão aplicados na continuação das ações em execução e na contratação e execução de atividades, tais como: (i) Plano de Controle da Contaminação Industrial; (ii) Plano Diretor de Resíduos Sólidos; (iii) Plano de Contingências de Inundações; e (iv) Plano do Ordenamento Territorial. (BID – contrato 2165 OC/BR, Anexo 1. 2014, p.2).

As intervenções ocorridas na área de estudo foram identificadas durante trabalho de campo como: retiradas de algumas moradias da área de localização e uso das cacimbas (figura 1A), as demolições das moradias dos moradores que aceitaram indenização e os entulhos permaneciam no local e sem clareza da seleção dessas moradias. Apesar do cenário de destruição, algumas cacimbas permaneceram intactas por estarem dentro de alguns terrenos de moradores que não aceitaram sair do lugar (figura 1B) pelas propostas impostas pelo programa. Concomitantemente às demolições, as lavadeiras desenvolviam o uso da água das cacimbas no dia a dia, (figura 1C) para lavagem de roupas, banhos e consumo em alguns casos.

O lugar, portanto, tinha atribuições dadas pelas lavadeiras e representam atualmente um valor simbólico de um tempo em que puderam ser criadas em meio aos afazeres de seus pais, em um processo que representava também o valor econômico naquele momento e identitário atualmente. Mas, com as intervenções implantadas pelo PROSAMIM, não se sentem representadas no espaço e nas

promessas de uma área de recuperação e valorização ambiental, cultural e identitária das lavadeiras – votos presentes nos discursos das assistentes sociais em suas visitas às famílias.

Estes atos são encarados pelos moradores do local como uma perturbação diária que os têm levado à incerteza de permanência em um ambiente que se sentem privilegiados pela abundância de água e boa localização para seus afazeres rotineiros no centro da cidade.

Figura 1 - Remoção de Moradias e Uso das Cacimbas



Autoria e Organização: Lima (2013).

Os trabalhos de retiradas das casas na área de estudo representaram momentos de tensões entre os moradores e o PROSAMIM, não havia esclarecimentos suficientes de quais moradores seriam retirados e quais deveriam permanecer e por que razões permaneciam uns e outros saíam. Para, além disso, os entulhos das casas desapropriadas permaneceram no local, o que provocava uma percepção do descaso, que os moradores comparavam a uma paisagem de guerra. Os demais moradores que não foram deslocados permaneciam no local e tiveram seus problemas agravados a cada chuva, que provoca alagamentos.

Alheias às necessidades e interesses dos moradores, as intervenções modificaram o significado do lugar dos moradores, cacimbas foram aterradas e as nascentes abandonadas (figura 2), Isto representa a forma de transformação do espaço ou ainda de interesses de desqualificar a representatividade simbólica e identitária dos moradores com lugar e a desvalorização dos imóveis, o que causou grandes perturbações e instabilidade quanto ao destino dos demais moradores que

foram deixados em um ambiente de destruição. Uma demonstração de que os discursos nem sempre representam as realizações efetivamente concretas na prática, também por meio do discurso, é produzida a segregação. Que no caso das lavadeiras, representa o descaso do Estado em preservar o patrimônio ambiental e identitário por meio da nascente do igarapé de Manaus e das cacimbas que está há gerações sob a guarda dessas famílias, nas nascentes sob a tutela do Sr. Jorge, nascido e criado no lugar e D. Concebidos, suas águas abastecem toda família e vizinhos na área das cacimbas, sob a vigilância e uso de D. Vânia até os dias atuais.

Figura 2 - A Nascente e as Cacimbas Aterradas



Autoria e Organização: Lima (2013).

A (figura 2A) representa a nascente que se encontra em uma propriedade particular. Por ocorrência de um acidente com neto do proprietário, que havia ficado em casa com o neto e os demais membros da família havia se deslocado uma celebração por ocasião da visita do Papa João Paulo II a Manaus em 1980. Por conta da morte desse neto o proprietário mandou aterrar e canalizar a nascente. A (figuras 2B), representa a atuação do PROSAMIM quanto à preservação das cacimbas, deixando-as abandonadas e propensas à proliferação de doenças de veiculação hídrica, resultado do deslocamento de moradores que tinham estas cacimbas em suas moradias que ficaram abandonadas. Na (figura 2C) foi realizado o aterro por completo da cacimba após a transferência dos moradores, representando uma perda significativa da configuração espacial das lavadeiras e comprovando qual era a verdadeira intenção do Projeto.

O que está ocorrendo com os moradores da nascente do igarapé de Manaus não representa um fato isolado, tem se repetido por diversas décadas, mesmo que

estejam em tempos distintos da história de Manaus e em outros lugares da Metrópole. é possível identificar os processos de segregação da população local em detrimento de um urbanismo territorial dos lugares de interesses do Estado e dos Modeladores do espaço. Portanto, a nascente e o igarapé em sua totalidade, juntamente com as lavadeiras e as cacimbas são representantes de um momento histórico vivido em Manaus, que pode ser mantido, na atualidade, como um reconhecimento histórico dessa sociedade, cabendo ao poder público uma valorização identitária e o reconhecimento da resistência e do patrimônio que esses resíduos históricos e geográficos representam a sociedade manauara.

Nota-se com as primeiras abordagens de trabalho de campo, uma pressão para a saída dos moradores que ainda resistem por conta do apego ao lugar, há uma representatividade ligada às raízes de seus antepassados às cacimbas, os mais velhos demonstram mais apego e aversão à transferência, já que, foram criados e viveram nesse local durante toda vida. Para eles seria um retrocesso, preferem que seja melhorado onde estão e preservada a relação com o lugar. O projeto que foi desenhado para a área de estudo, nascentes e cacimbas, tem o objetivo da construção desde 2006 de um “museu das águas”, agregados os valores simbólicos das lavadeiras e da nascente para uso sustentável social. Onde:

A proposta funcional da **Preservação da Nascente** foi elaborada segundo a vocação e das características próprias da área. Seria muito interessante para o PROSAMIM, que tem como missão “limpar as águas dos igarapés de Manaus”, proporcionar para a população um local onde possa haver um trabalho permanente de Educação Ambiental, podendo abrigar, também, um Museu das Águas. Para isto, foi definido um programa de uso público voltado para atividades que possam colaborar na **conscientização, educação e preservação** da área ao longo do tempo. (LIMA, 2013, p. 61-62).

O referido parque atenderia a atividades voltadas “a educação ambiental, recreação infantil, área com mesas de jogos, anfiteatro e salas de aula ao ar livre, em um perímetro com dimensões de 13.948,00 m²”, porém, se compararmos a construção de outros parques em Manaus. Ao parque senador Jefferson Peres, inaugurado em 2009, localizado a jusante do igarapé de Manaus e Mestre Chico, é possível perceber a segregação até mesmo nos parques, visto que de um lado da Av. Sete de Setembro construíram todo um aparato de segurança, limpeza e ordenamento administrativo, enquanto do outro lado, não se estabeleceu os mesmos parâmetros, o que deixou o parque à própria sorte.

Essa discussão seria possível também, caso o “museu das águas” não passasse de letra-morta no papel e o discurso para alimentar as pretensões políticas da continuidade do projeto PROSAMIM pelo governo do Estado. Nesse sentido a falácia dos gestores se concretizou na entrega de moradias do Parque Residencial Manaus, no *Da Vinci Hotel e Conventions*, o discurso sobre a área estudada foi amplamente explanado pelos engenheiros. Que:

Nós temos um projeto pronto, para recuperação da nascente de Manaus, que é ali na (Rua Barcelos?) se eu não me engano, é uma área que está toda ocupada agora, com mais de quarenta soluções que nós temos que fazer lá, pra fazer nosso projeto que é recuperar toda nascente e fazer uma área verde, proteger aquela encosta que tem atrás da nascente que tem mais de trinta metros de altura. O projeto está pronto e é uma das coisas que falta fazer, o projeto está pronto se você quiser conhecer passa lá na engenharia que eu te mostro. Seminário de Resultado Prosamim I, engenheiro da UGPI, em 15.05.2013. (LIMA, 2013, p. 56).

Portanto o discurso produzido pelo Estado não representa a garantia de realizações, o que leva a interpretação de distanciamento das soluções habitacionais com moradias dignas em ambientes saudáveis, hospitais que possam atender toda população de maneira preventiva na saúde, educação que represente evolução intelectual e transporte público, isso para citar apenas alguns. Adicione a estes problemas que parecem pontuais, obras inacabadas e projetos que não saem do papel, como é o caso do “Museu das Águas” na área de estudo.

Nesse sentido, analisar a segregação socioespacial no espaço urbano de Manaus, demanda uma compreensão sobre as políticas públicas para habitação, urbanismo, cultura e identidade local, propondo a partir daí, novas formas de concretização das ideias e práticas do ponto de vista acadêmico para uma sociedade que anseia por soluções no viés social, ambiental e econômico. Quando tomamos a área de estudo, é possível entendermos o processo e a necessidade de renaturalização¹⁵ dos igarapés de Manaus, a partir do planejamento por meios das bacias que compõem o mosaico da metrópole Manaus. Mas, fica claro também que nem sempre o que se discursa ou planeja virar realidade em práticas, por parte da gestão pública, o que gera fragmentos sociais de desassistidos em várias partes da metrópole de Manaus.

¹⁵ BINDER (1998, p. 36-37). A renaturalização de rios não significa a volta a uma paisagem original não influenciada pelo homem, mas corresponde ao desenvolvimento sustentável dos rios e da paisagem em conformidade com as necessidades e conhecimentos contemporâneos. As possibilidades para que se dê a evolução natural dos rios são múltiplas, apesar das limitações concernentes às necessidades de proteção da população ribeirinha. Estas possibilidades existem para córregos, riachos e para rios maiores.

CAPÍTULO II

[...] O espaço urbano se reproduz na contradição/luta. De um lado estão necessidades do processo de valorização do capital – enquanto condição geral de produção – em que o indivíduo se perde, cria-se o estranhamento, o distanciamento e o desencanto do mundo. A cidade dividida e vendida aos pedaços, espelha a segregação do habitante, expulsando-o para a periferia da mancha urbana. De outro lado, ocorre a reprodução da vida humana em todas as suas dimensões, enquanto retomada dos lugares, recriação de pontos de encontro, e da busca de identidade com o outro.

CARLOS, Ana Fani A. (2015, p. 92).

5. A SEGREGAÇÃO EM MANAUS

5.1 Resgate Histórico da Produção do espaço urbano de Manaus

Manaus está localizada a partir do monumento que marca a data histórica da elevação da Vila da Barra do Rio Negro à categoria de cidade em 24 de outubro de 1848, conhecido como Obelisco, sob as coordenadas geográficas 3° 8' 12" latitude Sul, 60° 1' 32" longitude Oeste. A localização de Manaus foi apontada por Ab'Sáber, como uma área estratégica devido à posição às margens dos rios Negro e Solimões, descreveu ainda suas características geomorfológicas. Assim:

Manaus encontra-se sobre o baixo planalto, colocado de 20 a 30 m acima do nível médio do rio Negro (32 m de altitude na região). Em Manaus, a fachada ribeirinha da cidade é marcada por um alinhamento de falésias fluviais de 20 a 50 m de altura, com reverso suave ou aplainado para o interior e com uma ruptura de declive brusca e direta em relação à estreita faixa de praias arenosas de estiagem do rio Negro. (AB'SÁBER, 1953, p.20).

A população estimada em 2019 de 2.182.763 pessoas, que ocupa uma área territorial de 11. 401,092 km², gerando uma densidade demográfica de 158,03 hab./km². (IBGE, 2019). As pesquisas apresentadas pelo senso de 2010 apontam dados das situações de esgotamento sanitário, arborização e urbanismo. Que:

Apresenta 62.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 23.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 26.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 1 de 62, 37 de 62 e 6 de 62, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua

posição é 1735 de 5570, 5015 de 5570 e 1441 de 5570, respectivamente. (IBGE, 2019).

Os dados apontados pelo IBGE são realidades vividas em várias cidades do País, mas que, se agravam nas Regiões Norte e Nordeste pela má distribuição dos recursos econômicos, sempre privilegiando as demais Regiões por apresentarem maior poder de barganha nas políticas públicas regionais. Soma-se a isso, a ausência de um planejamento Estadual ou Regional para o enfrentamento das desigualdades. Esses fatores são visíveis nas concessões de empréstimos e financiamentos para os estados e municípios pelos bancos estatais. Dessa forma:

Mesmos após a publicação de reportagem do Estado e uma subsequente corrida na caixa para aprovar novas operações com prefeituras e governos do nordeste, o saldo atual dos financiamentos e empréstimos no ano ainda coloca a região abaixo do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste e acima apenas da Região Norte. Segundo a caixa, foram firmadas 37 operações com prefeituras e governos nordestinos, o equivalente a R\$778,8 milhões. Os valores representam 8,85% do total de 8,8 bilhões em operações fechadas em 2019. A região recordista é a Sudeste, com R\$ 3 bilhões em 177 operações (34% do total). Em seguida, vêm Sul, com R\$ 2,9 bilhões em 363 operações (33%); e o Centro-Oeste, com R\$1,4 Bilhão em 51 operações (16%). A Região Norte teve o pior percentual de repasses, 8,2% - foram R\$725,8 milhões, em 13 operações. (ESTADÃO – ECONOMIA E NEGÓCIOS, 2019).

São informações por meio de dados que tivemos acesso ao pesquisar em busca de respostas por meio dos fatores econômicos sobre a Região Norte, que sinalizam sobre as formas em que as cidades do Norte e Nordeste são tratadas quando há mudança de governo ou por questões partidárias, política ou ideológica, que afetam diretamente o modo de vida nessas cidades. A reportagem do Estadão (Jornal do Estado de São Paulo), expressa claramente a mudança de postura quanto aos acessos a financiamentos para os estados e municípios que não são da ideologia política do Governo brasileiro do momento. Esse contexto, tem afetado economicamente as cidades da Amazônia, refletido no desenvolvimento de projetos habitacionais, saúde, educação, transporte, segurança, infraestrutura ambiental e urbanística ou são realizados de forma paliativa, como é o caso dos projetos desenvolvidos em Manaus que se irradiam na região metropolitana.

A radiografia da área urbana da metrópole Manaus é uma realidade dos caminhos que a sociedade manauara percorreu ao longo de sua história. Que nos remete a uma busca por informações em vários períodos históricos, que são recheados de acontecimentos importantes que desvendam ou nos direcionam para como se chegou à forma atual passando de cidade à Metrópole.

Desde 1669, início da construção do forte da Barra de São José por Francisco da Mota Falcão - período em que, os interesses espanhóis, holandeses, franceses, ingleses, irlandeses e principalmente os portugueses, se destacaram pela exploração dos recursos da Amazônia, explorações que influenciaram as formas de vida na região. Implicou até mesmo na estrutura urbanística e arquitetônica das construções paisagísticas escolhidas como prioridades de organização espacial da cidade ao longo do tempo.

Os acontecimentos que ocorriam em Manaus serviram de inspiração para abordagens de autores ao descreverem as transformações em relatos por meio de romances, que aqui utilizamos como demonstração contextual e descritivo, como comparação e forma de registro da influência estrangeira no convívio histórico em Manaus, que foi “planejada e construída para atender uma demanda do capital internacional” segundo: DIAS (2007 p. 11-13), justificando os verdadeiros interesses pela a região naquele período, mas que perduram até os dias atuais. Segundo essa autora, um olhar atento ao passado é o caminho para entender a complexidade da atualidade urbana na metrópole, suas influências políticas, sociais e ambientais que perpassam por toda história da construção e (re) construção de Manaus.

Em uma análise crítica em autores de romances, textos científicos e registros históricos da cidade de Manaus, pôde-se entender os passos dados pelos projetos de engenharia urbanística que contribuíram para a situação atual da cidade na forma de metrópole e os seus problemas sociais e ambientais que afloraram em conflitos por moradia, meio ambiente saudável e qualidade de vida por parte da população que se via desassistida nesses projetos. Para Mesquita (2009, p. 68), os controles dessas ações “encontravam-se disfarçados sob a forma de discurso social, principalmente quando se promoviam desapropriações de áreas urbanas”. O que representava um controle social radical nos planos de modernidade. Conforme:

Programas de construção inseriam novos traços na paisagem e exigiam mudanças nos hábitos da população. Em alguns casos, a malha urbana foi radicalmente modificada, sendo feita em virtude das necessidades de circulação e segurança. Assim ocorreu com a largura e sentido das ruas, a relação dos imóveis com o terreno e o conjunto arquitetônico com altura das construções e outras especificações materiais, além das tentativas de organização dos espaços públicos por uma perspectiva estética. (MESQUITA, 2009, p. 69-70).

Nesses processos de transformação e busca de modernidade, os igarapés urbanos sofreram intervenções em vários momentos da história local. Havendo

desta maneira, ressignificação da paisagem da cidade que estava atrelada aos igarapés, “A forma da cidade traz como traço marcante a rede de igarapés de pequeno curso d’água, que num dado período histórico modelou o sítio urbano, formando um conjunto de elementos condicionadores do traçado da cidade” Valle (2003, p. 155). Esses igarapés foram sofrendo aterros para dar lugar às estruturas urbanísticas que predominavam em países europeus, passando a ser copiados para Manaus como uma forma de solução para as inundações que estes igarapés causavam com a subida das águas do rio Negro, que durante o inverno amazônico são represadas pelos rios Solimões/Amazonas, tendo nos igarapés um controle natural da distribuição das águas e refúgio para biologia aquática.

Esses caminhos para o “aformoseamento e processo de branqueamento” Mesquita (2009, p. 138), foram trilhados desde a época em que a população em meados de 1890 era “formada por mamelucos, portugueses, negros em número reduzidos, imigrantes nacionais e estrangeiros – espalhava-se por essa área, sem distinção de classes, cor ou profissão” Dias (2007, p. 34). Nesse sentido, as características sociais foram desaparecendo a partir da necessidade do capital em apresentar uma cidade aos moldes de Veneza e Paris destaques mundiais de transformação urbana. Manaus teve seu maior destaque por conta das riquezas proporcionadas pela extração e exportação da borracha (trajetória discutida no capítulo anterior), Dias (2007), aponta ainda que, por conta dessa riqueza, as mudanças no espaço e funções foram significativas e determinantes, dando um novo sentido à cidade. Dessa forma:

O poder do capital determinou uma nova concepção de cidade, sendo, portanto, o grande responsável pelo estabelecimento de conflitos impostos pelas contradições econômicas, sociais e políticas que se constituem a partir daí. O capital se apresenta em engrandecer a capital Amazonense, consolidando a demolição da antiga aldeia e da velha cidade colonial, não levando em conta, nesse projeto civilizatório, os impactos sociais e ambientais negativos. (DIAS, 2007, p. 35).

A Manaus dos igarapés, população simples e seu arcabouço histórico, deu lugar à ostentação representada nos barões da borracha e nas intervenções urbanísticas e sociais do governador Eduardo Ribeiro, que assumiu primeiramente, segundo, Sá (2012, p. 85) a “Diretoria de Obras do Governo Augusto Ximeno de Villory em 1890, substituindo-o nos últimos seis meses de mandato”, promoveu nesse período a ressignificação do espaço urbano para torná-lo livre de

impedimentos para receber aos que procuravam a cidade para investimentos e lucros.

Mas, foi no período de seu mandato como governador 1892-1896, que fez modificações que descaracterizaram a cidade e seus vínculos com as raízes indígenas, a preocupação era apresentar a cidade aos que chegavam, foi identificada como o que “criou o primeiro plano de urbanização da cidade, que historiadores dizem ser o primeiro do Brasil. Atraiu para Manaus engenheiros, arquitetos, artistas e operários qualificados do exterior para execução das obras” Sá (2012, p. 85). Porém, não houve o cuidado necessários com os elementos que compunham a identidade dos moradores locais, no que diz respeito aos seus costumes e relações com ambientes da paisagem da cidade, que representavam a forma e modo de vida dos moradores. Nesse sentido, “não deixando escapar contrastes existentes entre os diferentes grupos sociais, entre o velho e o novo, entre o belo e o feio” Mesquita (2009, p. 69) na disputa pelo espaço urbano de Manaus, que gerou a criação de legislação para ordenar a convivência social.

Por ocasião da necessidade de espaços para acomodação dos novos moradores e determinar os lugares de uso do espaço urbano foram criados códigos de posturas com definições de regras de construção de moradias e comportamentos dos moradores de Manaus. A maioria dos códigos significava pressão aos menos favorecidos economicamente que ocupavam áreas que os administradores da política local pretendiam entregar aos que podiam pagar pelo uso e ocupação. Determinando:

Art. 1 – Não se dará começo, dentro dos limites da cidade, a qualquer edifício ou muro nem reconstrução d’elles; e sempre que fôr possível buscará o projetado edifício ou muro a altura do que for anexo, de apparencia mais elegante, não tendo porem os edificios menos de cinco metros de altura na parede da frente sendo térreos, a mesma altura assobradados; devendo ter as portas nunca menos de tres metros de altura e as janellas dois metros e cincoenta centímetros sobre um metro e vinte e cinco centimentros de largura. o contraventor será multado em trinta mil reis e o dobro na reincidencia, demolida a obra à sua custa

Art. 3 – Fica proibido d’ora em diante, nas ruas dos Remedios, Boa-Vista, Espirito Santo, Marcilio Diais, Flores, Imperador, Brasileira, Manãos até o aterro, Henrique Martins, Cinco de Setembro, São Vicente, Independencia e travessas que lhe são correspondentes, e em todas as praças a edificação de casas cobertas de palha; sob pena de demolir-se a obra por conta de quem a fizer e sugeito a multa de trinta mil réis ou oito dias de prisão. (CÓDIGO DE POSTURAS, 1872).

Dessa forma, as leis e códigos promoveram o deslocamento para áreas periféricas dos que não podiam cumprir as exigências que se estabeleciam nos

códigos de postura, deixando o centro para os que podiam investir. Geralmente, estrangeiros ou famílias abastadas que já ocupavam algumas áreas de comércio e as periferias para os moradores sem recurso, mas que, prestavam serviços às famílias abastadas que ocupavam o centro. As obras por parte do Governo estadual também promoviam os deslocamentos dos moradores, como foi o caso da construção de um complexo de prédios que dariam visibilidade e modernidade, iniciada por Eduardo Ribeiro que serviu para colocar Manaus como a capital da Amazônia em destaque no mundo.

Os moradores se transferiram para locais onde não havia as condições necessárias para viver, apresentavam descontinuidade com a área central, por conta dos igarapés que separavam esses ambientes. Havia os que moravam de um lado da margem e se ligavam por meio de catraias¹⁶ para acesso ao outro lado da margem dos igarapés da Cachoeira Grande, Ponte de Ferro e Cachoeirinha, onde podiam morar, mas dependiam da outra margem para o trabalho e sustento do dia. As pontes contribuíram para ligar esses dois lados dos igarapés, mas não resolveram os problemas de isolamento social - uma característica desses moradores que se localizava fora do alcance dos serviços públicos.

Nesse período de Governo de Eduardo Ribeiro, realizou-se o que Mesquita (2009, p. 191) descreveu como “plano de embelezamento do Hausmann Mulato” com referência às transformações urbanas e arquitetônicas que Ribeiro havia realizado em Manaus, por influência ao que Hausmann havia realizado em Paris. As mudanças em Paris eram com base em dois pilares como obras de Estado: “primeiro era evitar os levantes revolucionários contra Napoleão III de continuar no poder e o segundo, a epidemia de cólera causada pela insalubridade das estreitas ruas e superpopulação que ocupavam o centro da cidade” Albuquerque (2018). Essa “transformação” promoveu o deslocamento dos mais pobres para áreas mais afastadas (as periferias) do centro de Paris. Tal fase pôde ser relatada em filmes

¹⁶ OLIVEIRA (2008, p. 38) - As catraias eram pequenas embarcações cobertas com toldo de lona, tocadas manualmente por um homem que manjava habilmente duas faias. As pequenas embarcações conduziam entre 15 e 20 passageiros sentados. Funcionavam a partir de certa ordem, com horário para saída. O transporte funcionava normalmente até às 19 horas. A partir desse horário e durante toda a noite, havia os plantonistas que também permaneciam nos domingos e feriados. Nonato, Áureo (1987, p. 11) - Aquele lugar, o porto-das-catraias, era a grande porta para todas as realizações e todos os sonhos da gente do bairro e, principalmente, para nós os meninos inquietos e ansiosos por algo novo para os olhos e sentidos. Não havia outro ponto de ligação com a cidade. A tão sonhada e prometida ponte continuava sonho. Naquele porto-das-catraias, no início do ano de 1938.

sobre o século XVIII, em “Perfume: A história de um assassino” Eichinger (2006) o qual retratou os odores que Paris emitia naquele período, assim como as formas de controle social que se estabelecia dos ricos sobre os pobres, que se refletiu na ocupação e na organização do espaço para permanência do poder político e econômico sobre as pessoas. Assim:

A reprodução do capital passa por processos de urbanização de inúmeras maneiras. Contudo, a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano. Isso implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre os aparelhos de Estado (em particular, as instâncias do poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturas nas estruturas territoriais), como também sobre populações inteiras – seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. Não se chega facilmente a esse nível de controle, se é que se chega. A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política, social e de classe. (HARVEY, 2014, p. 133).

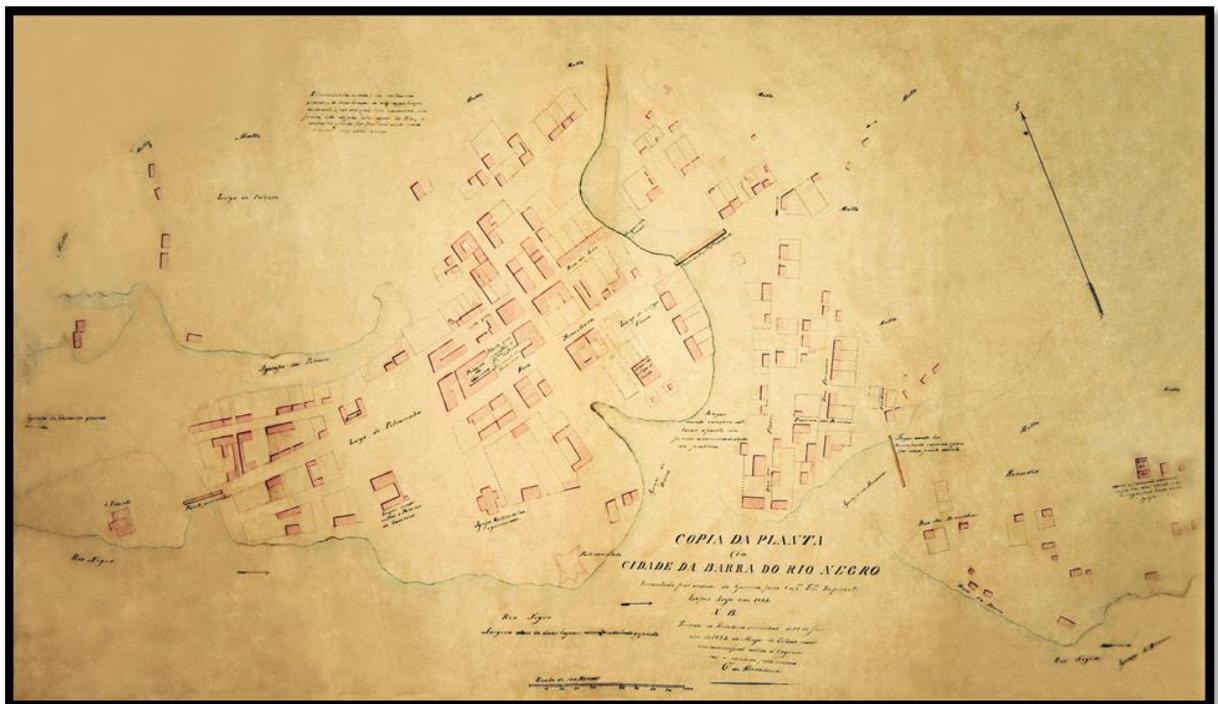
Esses modelos de intervenções urbanas ocorridas na Europa foram copiados como soluções de saneamento para os problemas urbano em várias cidades do mundo. Em Manaus as mudanças visavam uma tentativa de melhoramento urbano, “outras obras e ações foram concluídas, objetivando não só o saneamento, mas também o embelezamento” Oliveira (2003, p. 163), resultando na construção de pontes, ruas, praças, hospitais, fornecimento de água, energia, transporte e saneamento dos igarapés, uma clara tentativa de embelezamento urbano¹⁷. Promoveu-se, para tanto, o deslocamento de moradores dos locais onde essas obras deveriam ocorrer para áreas mais distantes e sem os recursos necessários que se apresentava na área central de Manaus. As mudanças foram tantas que Mesquita (2009) vê, nesses atos “indicativos de refundação” citando as transformações urbanas e comparando vários mapas de períodos diferentes, que comprovam sua percepção.

Dessa forma, firma-se uma comparação, por meio dos mapas para contextualizar as transformações em cada período, porém interligados em uma ideologia de cidade que se estabelecia ao redor do mundo. Dar-se início a partir das tentativas de eliminação das principais características que se apresentavam naquele momento, aos costumes, formas de moradias e atividades que os moradores desempenhavam no convívio diário.

¹⁷ OLIVEIRA (2003, p. 163).

Na (figura 3), é possível observar a disposição das moradias no período em que Manaus era vila de Manaós, e seus igarapés que se distribuíam por todo o sítio urbano entre 1844 e 1845. Os igarapés serviam como fornecedores de água, alimento e ocupação para a sobrevivência dos moradores, que dependiam desses recursos também como forma de deslocamento dentro da vila e seus arredores ou para lavagem de roupas e animais.

Figura 3 - Planta Vila de Manaós 1845



Fonte: Duarte (2019).

Passados sete anos da Planta Vila de Manaós, registrou-se uma ocupação do espaço central dessa vila em pequena escala, houve poucos avanços na área urbana, se comparado a 1852. Quando analisamos a (figura 4), percebe-se que “a malha urbana era reduzida e irregular desenhados, em parte, pelos leitos dos igarapés que recortam a cidade”. Mesquita (2009, p. 153). Os igarapés eram parte da composição paisagem local, o crescimento urbano não era impactante nesse período, visto que, foram construídas pontes para ligar uma margem a outra dos igarapés e não se falava em canalização ou aterro desses ambientes, pelo contrário, serviam de recurso para o abastecimento d’água, lazer, lavagem de roupas e pesca, portanto, justificava sua permanência entre os moradores pela sua utilização.

Figura 4 - Planta de Manaus 1852.



Fonte: Duarte (2019).

No registro do mapa de 1879 (figura 5), observa-se o início da ocupação de áreas próximas ao centro urbano, expansão para Oeste, A Leste e principalmente ao Norte, “ampliação da Rua Brasileira (atual Av. Sete de Setembro), regularizou-se e ampliou-se a estrada Epaminondas, passando essa via a indicar um novo sentido de crescimento da povoação, em direção ao Norte”. Mesquita (2009, p. 159).

Figura 5 - Planta de Manáos 1879



Fonte: Duarte (2019).

Essa direção também foi o caminho que vários trabalhadores do período seguiram, incluídos aí: as lavadeiras, aguadeiros e funcionários dos comércios. Acompanhavam as margens dos igarapés em direção a montante, que lhes serviam de apoio para atividades e usos diários e também de onde os aguadeiros retiravam água para fornecer às famílias.

Na (figura 5), segundo Mesquita (2009, p. 159) aparece os bairros (São Vicente, Matriz, Espírito Santo e Remédios) e avançavam ao sentido Norte e Oeste com poucas ocupações, mas quando comparados os mapas 1844-1845 com o de 1879, onde pela toponímia das vias e logradouros é possível constatar que já há modificações e crescimento da área urbana em direção aos arrabaldes, que indicam “um processo de refundação da cidade”. Porém, somente com a reforma na cidade de Manaós de 1893, é possível fazer a comparação com os mapas anteriores e verificar que na carta de 1895 houve uma acentuada transformação com mudanças estruturais significativas na área urbana e a troca dos símbolos Identitários locais. Nesse sentido:

A toponímia apresentada no mapa de 1893 indica mudanças substanciais na tendência adotada, extinguindo-se grande parte das referências dos outros tempos da cidade. Ainda que algumas referências tenham sido preservadas, elas praticamente se perdem perante a ampliação da malha, que aumentou a quantidade de ruas e do repertório toponímico. Essas características sugerem que, além do traçado e do aspecto visual, a atribuição de novas nomenclaturas aos logradouros era uma tentativa de caracterizar os indícios de outra cidade. (MESQUITA, 2009, p. 163).

As mudanças dos nomes originais das ruas, praças e monumentos para homenagear políticos locais e outras autoridades nacionais, demonstravam o interesse político e ideológico nas ideias de transformação, com isso, se descolava a função anterior da área central da cidade, não só de sua origem, mas também sua cultura identitária indígena, substituindo-a por símbolos nacionalistas e estrangeiros. Restando os arrabaldes para o reconhecimento dos símbolos, municípios locais e povos indígenas, mesmo que uma delas, a Manaós, emprestasse o nome à cidade, que também seriam trocados em nova expansão da cidade.

Na carta de 1895, (figura 6) é possível observar a forma de tabuleiro que a cidade tomava, com organização em quadras, porém, somente alguns igarapés aparecem nesse mapa, os que podiam ser vistos anteriormente foram aterrados ou

canalizados para dar lugar à nova concepção de cidade. O mesmo autor relata que “as mudanças e definições de novos espaços que valorizassem os aspectos estéticos, apesar da distância cultural e das diferenças ambientais entre Manaus e as cidades do velho mundo” Mesquita (2009, p. 168) se faziam presentes a partir dos planos adotados por Eduardo Ribeiro para embelezar a cidade.

Figura 6 - Carta de Manáos 1895.



Fonte: Duarte (2019).

É desse período a concepção de aplainar as colinas que existiam na área urbana, uma clara tentativa de oposição entre homem e natureza, principalmente no que se referia à topografia do lugar que se tornava inviável para construção e despendia mais gastos. Mas, o que se apresentou a posteriori, forma uma predominância das construções em lugares mais elevados da área urbana, como é o caso do Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Hospital Santa Casa, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Instituto de educação do Amazonas e Benjamim Constant, Reservatório Castelhana e Mocó, todos construídos em topos de colinas, faziam parte também do embelezamento¹⁸ da cidade a construção, reforma ou compra de prédios e monumentos que serviriam também a administração pública como: Palácio Rio Negro, Palácio Rio Branco, Prefeitura de Manaus.

Para, além disso, a cidade precisava de novos arruamentos para o tráfego dos bondes, abastecimento d'água e saneamento em busca de uma nova fase de comércio e próspera evolução econômica. Esses aspectos fizeram parte do modo de governo implantado por Eduardo Ribeiro em Manaus com influência do que ocorria na Europa, especificamente na França e Itália.

Na (figura 6), é possível perceber a formação e recorte de divisores d'água que compunham todo o espaço urbano de Manaus, essa formação foi desaparecendo à medida que a cidade crescia e não preservava seus igarapés como recurso de águas para abastecimentos das famílias, muitos desses igarapés desapareceram por aterramento ou canalização por parte do Governo e poluição por parte da nova sociedade que se instalou nas margens, que não os observava como parte da paisagem. Mesmo utilizando-se desses recursos não houve a devida preocupação em preservá-los para as populações futuras.

É no sentido de registrar e quantificar a perda desses recursos ao longo da história de Manaus, que o (quadro 4) demonstra a compilação de várias mudanças estruturais ocorridas em Manaus em busca da modernidade que substituíram os igarapés em sua forma e função, dando-lhes outras finalidades.

Quanto à importância cultural dos moradores locais nas obras que foram desenvolvidas para a “modernização”, os códigos de postura da província do Amazonas de 1872, tiveram contribuição fundamental para dispersão dos moradores do centro histórico de Manaus para novas áreas de ocupação, o que nos remete a

¹⁸ MESQUITA (2009, p. 191-244).

um novo contexto geográfico do espaço urbano fragmentado por áreas e classes diferenciadas pelo poder aquisitivo e acesso aos equipamentos públicos estabelecidos.

Quadro 4 - A Transformação dos Igarapés em outras Obras

IGARAPÉS ANTIGOS	SUBSTITUTOS DOS IGARAPÉS
Igarapé do Aterro	Av. Getúlio Vargas e Floriano Peixoto
Igarapé dos Remédios	Av. Floriano Peixoto
Igarapé do Espírito Santo	Av. Eduardo Ribeiro
Olaria	Igreja da Matriz
Igarapé de São Vicente de Fora	Rua Bernardo Ramos (Prox. Antiga Prefeitura de Manaus)
Igarapé de Manaus	Av. Igarapé de Manaus; Parque Residencial Manaus I, II, III; Ponte Romana I; Parques Des. Paulo Jacob e Sen. Jefferson Péres.
Igarapé Bittencourt	Ponte Romana II, Parque Bittencourt, vias de acesso e UGPI.
Igarapé Cachoeirinha (Ilg. Mestre Chico)	Ponte Benjamim Constant, Parque Res. Mestre Chico, Largo Mestre Chico.
Igarapé da Cachoeira Grande	Sistema de Captação de água / Receptor de esgoto.
Largo Chavascal (ponte de madeira da Gloria) e Bacia do Pitiú	Quintino Bocaiuva sobre Av. Floriano Peixoto / Rua Tapajós respectivamente
Praça do Paiçandu	Av. Sete de Setembro
Travessa da Conceição	Rua Joaquim Sarmento e Henrique Martins
Igarapé da mucura (travessa do canta galo)	Rua Lobo D'almada.

Fonte: Lima (2013). Atualizado em 2020.

Nesse sentido, a ideia principal dos códigos de postura era a intenção de afastar quaisquer comportamentos dos moradores que os remetessem às tradições indígenas e comprometessem a implantação de um contexto de cidade europeizada e moderna, visto que para os poderes de domínio do espaço político e econômico, o ser daqui tinha que ser negado por representar aos conceitos dos positivistas como Eduardo Ribeiro, pobreza e sinônimo de atraso.

Portanto, tudo deveria ser substituído pelo que de mais moderno se apresentava no Rio de Janeiro, São Paulo e até em outros países. Incluem-se nesse pensamento as formas arquitetônicas nas construções, os cultos religiosos, a cultura e o comportamento de cada morador do espaço urbano da cidade. O controle era tanto que o descumprimento de códigos de posturas implicava em multa e/ou prisão para quem fosse pego cometendo transgressão, era uma forma de moldar os

costumes, controlando as camadas mais vulneráveis e sem os devidos conhecimentos de seus direitos. Conforme:

Código de Posturas de 1848 - Art. 33 - Toda a pessoa, que se intitular Pajé, ou que a pretexto de tirar feitiços, se introduzir em qualquer casa, ou receber na sua alguém para simular curas por meios supersticiosos, e bebidas desconhecidas, ou para fazer adivinhações e outros embustes incorrerá na multa, assim como o dono da casa, de vinte mil réis, ou oito dias de prisão, em qualquer dos casos.

Código de posturas 1848 - Art. 127 - Nenhuma pessoa poderá lançar nos rios, e igarapés, lagos ou olhos da água, timbó, camará, assacú, cunambí, ou outra qualquer substância venenosa para pescar, ou matar peixe, sob pena de incorrer na multa de vinte mil réis, ou oito dias de prisão. (SAMPAIO, 2016, p. 22, 34).

Já no urbanismo implantado em Manaus na construção dos prédios, casas, ruas e praças, era uma promessa em tornar a cidade com as características de modernidade se comparado à Europa, que se deu à custa de sacrifício e segregação dos moradores dessas áreas e aterros de igarapés, que vislumbrava uma modernidade implantada por Eduardo Ribeiro. Assim:

Se o “Pensador” quisesse teria transformado Manaus numa Veneza tropical, onde não faltaria o tráfego intenso de embarcações, varando quintais das casas, abordando as fachadas e os jardins dos palacetes. Mas o Governador Eduardo Ribeiro preferiu aterrar os caudais em benefício de um urbanismo funcional, que lutou contra a natureza até fazer secar os pequenos cursos d’água, transformados, agora, em amplas vias públicas. A Avenida Eduardo Ribeiro, uma espécie, na importância que possui, da Avenida Rio Branco dos cariocas, resulta do aterro do igarapé do Espírito Santo. Embora êsse trabalho de soterramento, sobrevivem alguns igarapés que emprestam a Manaus um pouco de ambiente primitivo e muita cor local: o igarapé do Educandos, o igarapé da Cachoeirinha, o igarapé de São Raimundo, o igarapé de Manaus, atravessando por sólidas pontes. O da Cachoeirinha, exibindo notável ponte de ferro em disposições geométricas artisticamente apresentadas. (TOCANTINS, 1973, p. 267).

O autor apesar de reconhecer os aterros, indica que não se pretendia preservar os igarapés, porque não atendiam às necessidades das classes da era da borracha. Apresenta uma Manaus construída para atender aos barões, para tanto construíam palacetes, praças e vias aos moldes europeus, uma tentativa de firmar-se “como força civilizadora” ao custo dos aterros e canalização dos igarapés, entendidos pelo autor como “primitivos”. Manaus torna-se “em seu conjunto urbanístico uma cidade de aparência um tanto clássica”.

Conforme Benchimol (1977), a forma de morar, as estruturas que se apresentavam por meio da arquitetura empregada nas construções e nos modelos de equipamentos de uso social, eram construídas na área urbana de Manaus por

quem detinha o poder político em benefício de quem detinha o poder econômico. Dessa forma:

A riqueza, concentrada nas mãos do Governo e de pessoas ricas, estrangeiras ou nativas, serve para traçar a linha divisória entre a área central da cidade e os subúrbios. Quando os melhoramentos são feitos, é natural que eles se encaminhem para área ocupada pela classe dominante. As ruas são pavimentadas, os trilhos dos bondes são assentados e as linhas telefônicas são estendidas. Assim, assim a área central ficou equipada com as conveniências urbanas, as quais não existem na periferia suburbana. Quem possui recurso para escolher, opta por residir no centro. Além disso, ela é uma área de tradição. (BENCHIMOL, 1977, p. 74).

A obsessão de ser uma cidade de características europeias, era tanto que ao compararmos ideias de transformação realizadas por George-Eugène Hausmann na segunda metade do século XIX em Paris, com as ocorridas em Manaus, é possível entender as influências da noção de cidade e da produção do espaço como dimensão para a dominação que com as ocorridas em Manaus é possível encontrar semelhanças na idealização de construir uma nova Manaus inspirada em Paris.

É nesse contexto que Manaus se apresenta ao mundo, a partir dos novos planejamentos que foram articulados para reconfigurar o espaço aos modos de vidas dos estrangeiros, que foi representado “ao transplantar a forma da cidade, pretendia-se expressar o pensamento e as ações que regiam a nova sociedade” Mesquita (2009, p. 81). Uma sociedade financiada pelo “ciclo da borracha” onde, “O jovem coronel-engenheiro Eduardo Ribeiro, governador do Amazonas durante a nascente república, movimentando um fabuloso erário público, sonha com uma Manaus imensa, urbanizada e próspera, como a Paris dos Trópicos”. Souza (2010 p.98-99). Essas mudanças se apresentavam na política por meio dos códigos de postura e interferiam nas estruturas das moradias e prédios, nas vestimentas e comportamentos dos moradores, pretendia-se atender ao modo de vida dos estrangeiros que aqui aportavam. Dessa forma:

Estes aspectos do discurso evidenciam a valorização da aparência externa das coisas, assim como tradições europeias, e é uma clara rejeição às manifestações mais comprometidas com aspectos nativos ou populares, propondo muitas vezes, padrões completamente inadequados ao clima quente e úmido da região. (MESQUITA, 2009, p. 141).

Os novos moradores caracterizavam-se por suas origens, nos adereços e vestes utilizadas em países de clima frio, que raramente tinham nas lojas locais, eram trazidos de fora do País, principalmente da França, Inglaterra e Portugal. Conforme anúncios vinculados em jornais locais (figura 7) possibilitou entender as

exclusivistas, admitindo sócios sem preconceito de classe, cor ou “status”. [...]. Entrar em um deles é algo que não pode passar sem ser notado na cidade. Pois a admissão como sócio um clube significa que uma pessoa não está apenas procurando se divertir, mas também participar da vida social da comunidade. (BENCHIMOL, 1977, p. 84-85).

Já Segundo Jefferson Peres (1984), era uma representatividade de uma sociedade atrelada aos moldes do conservadorismo para ditar as normas que deveriam ser seguidas em modo a sustentar as aparências e o conservadorismo. Nesse sentido, se modelavam os comportamentos, a cultura e a religião, onde:

O conservadorismo da sociedade se revelava, também, na maneira de trajar. Que tinha suas normas até dentro de casa. Um vizinho nosso o velho Nogueira, [...], vestia paletó para receber as visitas. Outros, mais requintados, usavam robes de chambre. (PERES, 1984, p.40).

O autor descreve ainda, as formas que eram as relações sociais, se igualando a quase a “puritano [...] fora de casa, as roupas dos homens eram uniformizadas em paletó e gravata. Nas festas, na missa, em batizados, casamentos ou aniversários, no trabalho ou no cinema, sempre traje passeio completo” Peres (1984, p. 41). Porém, quando comparados às mulheres e suas vestes o machismo, autoritarismo e ciúmes não permitiam o que hoje se vê. “As mulheres, moças ou senhoras, sempre vestido no joelho ou abaixo, nunca acima. Sob o vestido [...] a combinação, e às vezes uma anágua, para que a transparência do vestido, contra a luz, não deixasse entrever a sombra da calcinha e do sutiã” Peres (1984, p. 41). Para além, desses modelos de vestimentas que não se justificavam em um clima tropical, as mulheres casadas eram proibidas de saírem às ruas devidamente acompanhadas.

O que se via no comportamento nos dias de lazer era de extremo cuidado como o corpo para não causar escândalos e falatórios. Nas mulheres o cuidado era ainda maior, sendo de colégios de freiras chegava-se ao extremo. Conforme:

Nos balneários, os homens usavam calções não muito curtos, e as mulheres, maiôs inteiros. Só depois foi lançado o maior de duas peças, que causou sensação, embora parecesse austero se comparado com o biquíni, que viria em seguida, e com tangas de hoje. Mas nem mesmo o maiô inteiro era admitido em piqueniques de colégio de freiras, nos quais as alunas eram obrigadas a mergulhar no igarapé de vestido. Também obrigatório, para as internas, no próprio banho diário de chuveiro. (PERES, 1984, p. 41).

Segundo Peres (1984, p. 131), para sanar as dificuldades de relacionamento ou driblar um casamento forçados e obrigatórios aos se atrevesse a “manter relações íntimas com moças de família de qualquer classe social, entendidas como tais as que viviam em companhia dos pais”. A solução era segundo o autor, as

visitas dos homens “as pensões mais famosas e concorridas [...] as da Lola e da Maria da Luz, vizinhas na Rua Saldanha Marinho, e a Royal, na Joaquim Sarmiento, a única que tinha nome, dirigida pela Hortência” Peres (1984, p. 132). Quem sabe, esses fatos contribuíram para a opção das mulheres em deixar a capital para se deslocar de Manaus para o Rio de Janeiro e outros estados, enumeradas pelo autor como frustrante para os sonhos dos rapazes daquela época. Entre elas “Maria Amália Ferreira, Flacy Mesquita, Gláucia Albuquerque, Izete Souza de Lima, Ruth Castro, Ruth Jobim, Ruth Monassa, Elza Rezende, Maria Helena Cunha e Enila Montezuma” Mulheres filhas da alta sociedade local que os jovens sonhavam como esposas, mas que se transformaram em pesadelos com suas viagens e retiradas dos seu sonho, lamenta o autor. Que:

“Não sem antes manifestar meu pesar por haverem todas belas mulheres, sem exceção, por estranha coincidência, deixado Manaus, alguma para uma viagem sem retorno. Muitas provavelmente não voltarei a ver jamais. Só resta, como consolo, dizer com Marcel Proust que sua beleza mais real esteve porventura em meu desejo. Elas viveram suas, mas talvez só eu as sonhei” (PERES, 1984, p. 105).

Essas eram as preocupações cotidianas de uma parte da sociedade local que detinha melhores condições financeiras e frequentava os teatros, bares, colégios tradicionais e os lugares mais badalados, mas os cinemas Avenida, Odeon, Politeama, Guarany, Éden, que se mantinham na parte rica da Manaus de então. Peres (1984, p. 129) afirma que, “constituía inestimável relíquia de um tempo em que o cinema não era só uma diversão como outra qualquer. Muito mais do que isso, era parte indissociável de nossas vidas”. Ao passo que era frequentado por esta parcela da sociedade, também se tornava segregador, visto que, não frequentavam a outra parte da cidade.

Até então, foi possível entender o que se passou durante a juventude de um jovem de classe rica e que tinha alguns privilégios para lidar com esses fatos, porém, os demais moradores, que não tinham os mesmo pré-requisitos não frequentava os ambientes que autor descreve, viviam em confinamentos sociais que lhes eram impostos que o autor comparava a “guetos” ou “zonas”. Viviam em locais afastados em bairros como Educados, São Raimundo, Cachoeirinha ou em áreas degradadas do centro de Manaus em pensões. Portanto, a produção do espaço urbano era destinada aos que gozavam de privilégios econômicos e políticos, que

eram reproduzidos por meio de ideologias para negação do que era local em detrimento ao que era importado da Europa.

O comportamento e divisão territorial entre os que frequentavam as duas partes da cidade eram tão discrepantes, que os moradores das áreas do centro não frequentavam as periferias e as tinham em sua opinião como lugares decadentes e de pessoas cuja aproximação não era de bom tom se relacionar. Autores como Peres (1984) e o romancista Hatoum (2000), possibilitam o entendimento de como essas áreas se apresentavam e como foram registradas por eles. Ao descrever os cinemas da época. “[...]. Não incluo o Popular porque, de tão precário, só era frequentado, praticamente, por pessoas residentes no Alto de Nazaré e mediações. Basta dizer que um *habitué* de cinema como eu, nunca pus os pés. Péres (2000, p. 125). Para o romancista ao descrever a vida de um agregado de uma família,

Aos domingos quando Zana me pedia para compra miúdos de boi no porto da Catraia (antigo igarapé Cachoeira Grade) eu folgava um pouco, passeava ao léu pela cidade, atravessava as pontes metálicas, perambulava nas áreas margeadas dos igarapés, nos bairros que se expandiam naquela época, cercando o centro de Manaus. Via um outro mundo naqueles recantos, a cidade que não vemos, ou não queremos ver. Um mundo escondido, oculto, cheio de seres que improvisavam tudo para sobreviver, alguns vegetando, feito a cachorra esquelada que rondava os pilares das palafitas. Via mulheres cujos os rostos e gestos lembravam os de minha mãe, via crianças que um dia seriam levadas para o orfanato [...]. Depois caminhava pelas praças do centro, ia passear pelos becos e ruelas do bairro de Aparecida e apreciar a travessia de canoas no porto da Catraia. [...] Vendia-se tudo na beira do igarapé de São Raimundo: frutas, peixes, maxixe, quiabo, brinquedos de latão. O edifício antigo da Cervejaria Alemã na colina, lá no outro lado do igarapé. Imenso, todo branco, atraía o meu olhar e parecia achatar os casebres que o cercavam. Mas a visão de dezenas de catraias alinhadas impressionava mais. (HATOUM, 2000, p. 80-81).

Esses autores apresentam duas formas opostas de uma única cidade, representados pela divisão territorial que se constituíram por meio de condições econômicas de onde viviam. As visões de cidade vislumbradas por Jefferson Péres abarcavam o luxo e a soberba das famílias do que é hoje considerado centro histórico, descreveu uma cidade que compunha os políticos, barões da borracha, comerciantes e agentes da justiça, que moravam na área de Manaus a qual foi construída à custa do sangue dos trabalhadores nos seringais. Enquanto que Hatoum, por meio do romance, demonstra decadência a que eram submetidas as famílias que não tinham a mesma sorte, viviam nos arrabaldes, áreas degradadas e, muitas das vezes, sem acesso por terra. Essas famílias realizavam pequenas vendas de produtos produzidos artesanalmente ou plantados em seus quintais,

alguns trabalhavam como empregados nas casas dos moradores do centro, onde eram os faz-tudo da casa, como foi o caso de Nael, personagem de “Dois irmãos” no romance de Milton Hatoum.

Esses moradores não estavam incluídos no processo de mudanças, contudo, eram os principais afetados pelos padrões de vida subitamente instituídos pelos poderes econômicos e políticos excludentes. Dentre esses estavam os: peixeiros, pescadores, catraieiros, padeiros, carregadores, lavadeiras, aguadeiros, prostitutas, para citar apenas alguns. Os lugares que viviam ainda são possíveis de auferir comparações com os dias atuais, buscando especializar as permanências residuais deste período e mudanças estruturais ao longo do processo de reprodução do espaço urbano da cidade em sua forma e função.

Outro aspecto que se pode comparar entre os períodos discutidos, são os comportamentos sociais, visto que, não são estáticos, influenciam e são influenciados com as transformações da e na paisagem, bem como, as ações desenvolvidas pelos agentes que contribuem para essas mudanças no espaço e no tempo. São os relacionamentos desses fatores que brotam nos objetos construídos e nas relações de uma sociedade e suas práticas sociais. Porém, para além de estudar a cidade no contexto histórico, também é necessário compreendê-la quanto a participação dos agentes promotores do espaço, que parecem ocultos no contexto diário da sociedade, mas que, exercem uma força controladora, reguladora e determinante na disposição dos objetos sociais no cotidiano das pessoas e no espaço geográfico do centro histórico de Manaus. São esses agentes que demandam políticas e transformações na paisagem e valoração dos espaços que impossibilitam a habitação e favorece o comércio como já discutido durante essa pesquisa.

5.2 A Discussão sobre os Agentes Produtores do Espaço e a Segregação

Ao discutir os processos que são desencadeados a partir dos agentes que produzem e reproduzem o espaço urbano, há a possibilidade de entender como agem as pessoas que ocupam essas funções, que geralmente estão sob o comando de representantes dos órgãos de Estado e setor privado interferindo na sociedade como um todo. O que nos interessa, portanto, é buscar onde atuam e como desempenham essas ações, e ainda, qual a interferência na produção no espaço da cidade de Manaus, na população local e seu cotidiano? Percebido naturalmente com

um olhar empírico no primeiro momento, é que relação Estado/setor privado promove a segregação, principalmente ao estabelecerem regras/valores para as terras em áreas centrais e comerciais que estão geralmente ocupadas por pessoas de classe privilegiada economicamente, em detrimento a segregação de antigos moradores de baixa renda. Quando o olhar recai sobre a pesquisa científica, buscase, utilizando dados, registros e execução dos projetos desenvolvidos pelo Estado e setor privado, a comprovação destas afirmações empíricas. Primeiramente faz-se necessário geografizar os objetos dispostos na paisagem que remontam a esse contexto pretérito e atual, suas consequências na sociedade manauara e no espaço urbano, demandando por novas posturas dos agentes público e privado na construção de políticas que atendam ao anseio de todos e de forma equitativa, que nem sempre ocorre, mas que está imbricado nos atos rotineiros desses agentes.

Os agentes produtores do espaço¹⁹ estão associados principalmente ao poder privado e ao setor imobiliário que visam unicamente o lucro e a reprodução do capital, estabelecem a desvalorização de áreas ocupadas por moradores de baixa renda para que possam comprar a baixo custo e vender, auferindo lucros nesse processo. Mas, tem também a participação política, por intermédio da estrutura de Governo/Estado que atua ao não desenvolver atividades de infraestrutura e urbanismo, contribuindo para que as áreas se tornem degradadas e inabitáveis, desvalorizadas e com alto índice de violência. Mesmo assim, geralmente, é o que resta para os grupos sociais excluídos, e o que justificaria a intervenção do Estado com ações de infraestrutura para melhoria de condições de vidas nesses lugares, mas funciona às avessas. Onde:

O estado tem práticas de investimento regressivo definidas por interesses diversos. Queremos lembrar aqui três linhas de orientação do investimento público urbano: a) aquela orientada pelo interesse do mercado imobiliário, cujo motor é a valorização imobiliária; b) aquela definida pelo *marketing* urbano, cujo motor é a visibilidade; e c) aquela definida pela relação clientelista, que responde a interesses eleitorais. Essa última pode até implicar investimentos em áreas pobres, mas subverte uma orientação de investimentos que poderia ser dada pelo planejamento urbano. (MARICATO, 2015, p. 81).

A autora afirma que, com a participação do Estado quando deixa de exercer sua função pública, favorece a especulação e estabelece que “a crescente violência

¹⁹ CORRÊA (2002, p. 7-35). Destaca cinco tipologias que atuam na produção do espaço urbano: Os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais, os proprietários de terras, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

urbana é o sinalizador mais visível da cidade real, ao extravasar os espaços de pobreza e da segregação (evidentemente mais violentos) e buscar os espaços distinguidores da riqueza” Maricato (2015, p. 86). Dessa forma, contribui para o aparecimento de forças de lideranças ilegais dentro dos espaços urbanos, que irão ditar segundo suas próprias normas de domínio as formas de ocupação e organização do lugar contrapondo-se ao Estado e pela sua ausência.

Há uma forma de relação que se estabelece entre os agentes de Governo e setor privado que de forma combinada gera lucro para quem participa da especulação para promover a barateamento e desvalorização do valor da terra ocupada pelos menos favorecidos, mas que tem interesse por parte das empresas do setor imobiliário. Portanto, “a cidade é produzida como negócio” Alvarez (2018, p. 65), essa é a percepção da autora ao analisar as transformações ocorridas no espaço urbano de São Paulo, que se aplicam perfeitamente aos grandes centros como Manaus, guardando as devidas proporções de escala. A autora relaciona a “importância do papel do estado para regulamentar as alianças entre os setores fundiários, imobiliários e financeiros, seja na definição de projetos urbanísticos de renovação/reestruturação urbana. [...]” Alvarez (2018, p. 71), adicionamos a isso, a realidade local da cultura sistêmica de aterrar igarapés como forma de urbanismo-

Os exemplos são tantos, mas, citaremos apenas alguns: ponte sobre o rio Negro, jornalista Fhelippe Daou, “contrato celebrado em 2007, entre o Estado e o Consórcio Camargo Corrêa e a Construbase, com orçamento de R\$ 575 milhões. A obra foi entregue em outubro de 2011, com custo de R\$ 1,099 bilhão”. Acrítica (2017); “monumento dedicado à ponte rio Negro orçada em R\$ 5,54 milhões inaugurado em 2010”. G1 AM (2016); outros projetos (Prosamim e Arena da Amazônia) encontram-se em suspeição de superfaturamento em suas construções e contratos.

Quando analisamos as relações com base no que afirma Alvarez (2018), e comparamos com as relações desses setores econômicos e de serviços em Manaus, tornam-se perceptíveis os interesses e as relações citados pela autora nas políticas desenvolvidas pelo Estado em obras de infraestruturas do espaço urbano e na distribuição e parcelamento de terras públicas como política de enriquecimento e privilégios aos setores que patrocinaram a chegada dos agentes sociais ao poder. São nas atividades do setor imobiliário e de serviços fornecimento de água, energia, saúde, internet, telefonia, transportes e infraestrutura urbana, que percebemos o

alcance geográfico definido a partir das ações do Estado ou sua inoperância, principalmente nas áreas ocupadas por moradores de baixa renda, que sofrem com a especulação imobiliária onde o poder de compra e construção dos moradores é menor e os serviços básicos são inacessíveis, aproveitando-se para construções de prédios luxuosos nos arredores das áreas de interesse para sufocar e pressionar os moradores a vender a preços baixos suas propriedades, que serão logo atendidos com serviços do Estado após a compra pelo setor imobiliário.

Dessa forma, o recorte temporal de 1960 aos dias atuais, se estabelece após um período de retração econômica que durou aproximadamente 40 anos com o declínio da extração do látex, que representava vultosas receitas para economia, o que proporcionou importantes obras que permanecem na paisagem nos dias atuais, era o momento em que “havia, portanto, a intenção de apresentar a cidade através de uma imagem de prosperidade e modernidade. Como uma vitrine do Progresso” Mesquita (2009, p.29),

Passado esse período, de 40 anos pós-borracha, busca-se inserir Manaus ao contexto da produção industrial, principalmente com a criação de uma nova matriz econômica em 1967, a Zona Franca de Manaus. Este episódio mudou totalmente o rumo econômico, social e a organização espacial que se vivia em Manaus. Há que se registrar que boa parte desse período esteve sob o regime ditatorial militar de 1964 a 1985, com forte influência de ocupação do território nacional, distribuição de terras e economia liberal e nacionalista, que criou políticas para Amazônia que precisava ser ocupada por ser um “espaço vazio”, segundo discursos estatais da época.

Manaus já estava adensada com os órfãos dos seringais, agora sofre nova ocupação populacional por conta do PIM, que pessoas chegam de todas as partes do País para trabalhar nas indústrias. Esse movimento que trouxe a indústria para Manaus fez surgir novas formas de atuação dos “agentes sociais, escala e produção do espaço” conforme, Corrêa (2018, p. 43). Segundo o autor, as cinco tipologias não diferem das que descreveu em 1989, mas foram atualizadas as “estratégias e práticas” onde a “terra urbana deixou de ser estranha ao capital industrial que, a princípio, considerava apenas como uma base necessária e indubitavelmente para a produção” Corrêa (2018, p.45) Essas ações dos agentes chegam da produção fundiária ou imobiliária à produção industrial. Segundo o autor, ancorados aos “múltiplos papéis do Estado [...], insere-se no contexto econômico, político e social

de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa”. Nesse sentido, aponta que, “os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista” Corrêa (2018, p. 43), Cabe, portanto ao pesquisador ter a expertise para diferenciação e compreensão da complexidade e especificidades de cada contexto estudado com seus agentes sociais e segregação inerentes a cada contexto social e geográfico.

Se as comparações espaciais são necessárias para que os objetos estudados sejam revelados tal qual se apresentam em seu contexto histórico, geográfico ou escalar, não caberia dizer que a segregação ocorre da mesma forma no espaço urbano do Rio de Janeiro e em Manaus, principalmente ao que se refere à segregação residencial. Visto que, as relações sociais ocorrem de formas diferentes em cada tempo e espaço. A diferença primeiramente é geográfica, onde podemos perceber que as ocupações dos morros cariocas são realizadas pelos de menor poder aquisitivos e em Manaus as ocupações ocorrem nos fundos de vales que são desvalorizados pelo Estado e setor imobiliários. Para além, disso não são as mesmas reivindicações sociais, ambientais e até mesmo políticas que irão moldar os interesses e conflitos que se diferem.

Em Manaus os conflitos estão relacionados à disputa por terras para construção de moradias, pontos comerciais e industriais, portos fluviais, e atualmente, os projetos de infraestruturas na recuperação dos igarapés (pelo menos no papel), promovem o deslocamento de várias famílias para conjuntos construídos pelo Estado, que se estendem, muitas vezes, para áreas de conflitos de facções do tráfico de drogas. Essas são realidades presentes no cotidiano dos moradores de Manaus, que facilitam a especulação de terras e os privilégios dos agentes sociais na negociação de terras pela ausência de políticas voltadas para resolução do déficit habitacional e a legalização da posse da terra.

A divisão geográfica desse processo corresponde às ocupações, pelos de maior poder econômico no alto das colinas, aonde chega primeiro a infraestrutura ou quando já existe, ocorre à prática de especulação para que seja ocupado pelos mais privilegiados e pelo Estado. Nas áreas mais baixas (fundos de vales) propícias às alagações constantes durante o período chuvoso, como a que ocorreu durante a subida do “Rio Negro que atingiu 29,97 metros na cota máxima anual em 2012”, conforme dados do Porto de Manaus (2020), o Prosamim adotou a cota de 30 metros para suas intervenções nos igarapés. Esta cota, contudo, foi ultrapassada

com a nova cheia recorde de 2021, que chegou a 30,02 metros. Porto de Manaus (2021).

Portanto, para além de melhor localização na divisão e posse de terras entre as classes, determina-se quem irá sofrer ou não com as enchentes e vazantes que são registradas em Manaus todos os anos. Os que possuem menor recurso ocupam as terras abaixo da cota adotada pelo Prosamim.

Os processos especulativos também têm a contribuição dos agentes sociais do Estado, quando determina uma área como de interesse social e a desapropria para obras de urbanismo. Ao determinar áreas de interesse social são concedidos recursos oriundos do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social – FNHIS, que se baseia em propostas definidas pelo plano diretor de cada município. Nesse sentido, O Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus, determina que:

Parágrafo único. Os Programas Habitacionais de Interesse Social se destinam, prioritariamente, ao atendimento de parcela da população com renda familiar de até 5 (cinco) salários mínimos. **Art. 30.** Os programas habitacionais deverão ser financiados por meio de recursos: I - públicos, conforme disposto na Lei Orgânica do Município de Manaus; II - originários da articulação com outros programas no âmbito dos governos estadual e federal; III - provenientes de parcerias com a iniciativa privada; IV - originários do Fundo Municipal de Habitação, na formada lei. (MANAUS, 2014, p. 5)

Essas diretrizes desencadearam também a urgência da criação da Região Metropolitana de Manaus com interesse nos recursos que seriam disponibilizados. Havia a preocupação em transferir terras da União para os Estados e Municípios para fins de erradicação dos déficits habitacionais, onde os moradores com até três salários mínimos poderiam ter acesso à moradia como garantias de políticas públicas, portanto, “função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade” Brasil (2005); o que não foi aplicado efetivamente para reduzir o *déficit* habitacional.

Essa abertura á integração de municípios vizinhos a uma centralidade como vetor de distribuição de recursos econômicos, trouxe para o Amazonas o crescimento indiscriminado de Manaus em detrimento da perda de recursos dos demais municípios. Essa centralidade já era realidade, desde o período da extração do látex, quando se concentrava em Manaus o polo receptor e distribuidor desses produtos, concentrando também os de os comerciantes de maiores poderes econômicos desse período. No seguinte, foi a instalação da ZFM com uma área de

livre comércio e em seguida o PIM que trouxe as indústrias - estruturas que demandavam por trabalhadores e estivessem próximo do local de trabalho.

Todos esses processos foram realizados a partir de transformações no espaço urbano, foram implantadas obras de urbanismo e saneamento que mudaram a paisagem da cidade. Uma das ações mais impactantes foi o projeto de retirada ou transferência dos moradores da “cidade flutuante”²⁰ que havia se constituído em organização social e econômica próprias, na principal porta de entrada de Manaus sobre as águas do rio Negro. Tornando-se um obstáculo para apresentação de modernidade da cidade como pretendia a elite econômica. A solução então foi a transferência desses moradores para terra firme, nos bairros mais distantes para que não ficassem a mostra as mazelas que representavam para os que se apossaram do espaço urbano por meio dos recursos econômicos e políticos. Visto que tudo ocorria para a ostentação dessa classe com a autorização do então Governador Arthur Cezar Ferreira Reis.

Os moradores foram transferidos para bairros ou conjuntos habitacionais criados às pressas, como os “conjuntos residenciais, Flores e Costa e Silva e série de loteamentos em bairros recém-abertos como o Santo Antonio e Gloria [...] e outros bairros como: Santa Luzia, São Jorge e Compensa” Souza (2016, p. 141). Essa dinâmica teve impactos sobre os moradores que agora ocupavam o perímetro invisível e em locais escuros da cidade, porém procurando se estabelecer bem próximo dos acontecimentos financeiros do centro da cidade, passaram a ocupar as margens de alguns igarapés, Cachoeira Grande e a bacia do Educandos, principalmente os igarapés (Manaus, Bittencourt, Mestre Chico, Cachoeirinha e Quarenta), o que provocou novas intervenções quando se perdeu o controle do número de ocupantes das margens desses igarapés.

É nesse contexto que se desenvolve outra ação de transferência de moradores das áreas impactadas nos igarapés para os limites da cidade ou para solo criado nas margens dos próprios igarapés, que pode ser comparada com as intervenções ocorridas na cidade flutuante. O Prosamim foi concebido em 2006,

²⁰ BATISTA (2013, p. 15-16) a extinção da chamada cidade flutuante que, na da bacia do Educandos, concentrava no ano de 1965, cerca de 2.000 habitações flutuantes edificadas em madeira de assacu ligadas por pontes de madeira, com ampla oferta de comércio e serviços. Cerca de 12.000 famílias que ali instaladas, inviabilizavam o fluxo de embarcações de cargas pesadas previsto com a instalação do modelo econômico Zona Franca.

entretanto, o primeiro cadastro foi realizado em 2004, com a promessa de resolver os problemas sociais, ambientais e habitacionais nas áreas dos igarapés.

As intervenções desenvolvidas em áreas de igarapés não são novas na cidade de Manaus, o Governador Eduardo Ribeiro também promoveu atividades de aterro e desaterro durante sua gestão, como já descrevemos anteriormente. Porém, o que foi proposto pelo Prosamim, era a recuperação ambiental dos cursos d'água. “delimitou para o plano piloto, uma amostra representativa com os igarapés de Manaus, Mestre Chico e Bittencourt” Batista (2013, p. 71), diferente das propostas de aterros e canalização ocorridas anteriormente, nesses três igarapés “faz-se necessário remanejar 1845 famílias o que totaliza 7820 pessoas. Além disso, faz-se também prover o remanejamento de 238 atividades econômicas” PDDR (2005, p.99). Mas, entre 2006 a 2013 não foram registradas intervenções significativas nas áreas a montante dos igarapés. Que:

No ano de 2013, ainda não haviam sido contempladas pelo PROSAMIM, o que significa dizer que estes igarapés se encontram de forma significativa agredidas, com obras paradas na extensão do curso d'água, com aterros e canalizações inacabadas. (BATISTA, 2013, p. 71).

A autora afirma que, os moradores temiam pelo “início das intervenções à montante e a omissão à jusante gerando como resultado, uma negligência para com o recurso hídrico em detrimento a uma intervenção pontual de renovação urbana em áreas de maior evidência da cidade” Batista (2013, p. 71), o que de fato ocorreu durante a intervenção à montante. Podendo ser comparado a partir de Batista (2013), que desenvolveu sua tese nesse local e registros da pesquisa de Lima (2013), onde foram realizados registros fotográficos e entrevista com os moradores à montante do igarapé de Manaus. A dimensão de atuação do Prosamim demonstrado na (figura 8) e o descaso, abandono e injustiça social e ambiental, que podem ser identificados nos entulhos deixados no local depois retirada de algumas casas sobre o igarapé Manaus, são a confirmação do que temiam os moradores na ocasião da investigação de Batista (2013). De fato, na jusante as obras foram concluídas e no delinear leito do igarapé Manaus em direção a montante, foram construídos blocos de apartamentos, porém, não foram contemplados os moradores do montante da mesma forma que os que moravam até a Avenida Japurá. Foram realizadas interferências pontuais que geram perspectivas de melhoras, mas, restou-lhes

transtorno, abandono e a convivência com os entulhos deixados da intervenção em alguns pontos à montante.

Figura 8 - Abandono depois da retirada dos moradores



Fonte Figura (A): Batista (2011). Autoria: Figura (B): Lima (2012).

As atividades realizadas pelo Prosamim causaram transtornos aos moradores, principalmente pela ausência de critérios adotados nas retiradas das moradias. Não houve transparência e informação do processo, quanto à saída de somente de alguns moradores e a quantidade de entulho deixada no local e quais procedimentos seriam tomados em seguida, o se verificou foi que aos durante um ano de abandono, 28 de setembro de 2011 (figura 8 A) à 29 de setembro de 2012 (imagem 8 B) evoluiu para uma área pantanosa de 2011 para 2012 que foram registrados durante os trabalhos de campo desenvolvidos nas duas pesquisas.

No período citado a etapa do projeto consistia na retirada de moradores que haviam concordado com as formas de indenização para transferência do local para outras áreas em que o Governo do Estado havia construído “os conjuntos Nova Cidade, João Paulo II, Cidadão V e Presidente Lula” Batista (2013, p. 120), porém, para os que ficaram nada aconteceu com o passar do tempo por parte do Prosamim, conforme registrado na (figura 9). Mas por parte da população, houve a reocupação do espaço abandonado. Foram construídas novas moradias nos espaços ociosos por pessoas que não moravam anteriormente no local, dessa forma, a convivência de vizinhança foi afetada pela chegada de pessoas estranhas aos moradores provocando insegurança e respeito aos que consideram o ambiente como uma herança patrimonial e cultural conquistados pela atividade simbólica de lavadeiras no contexto histórico de Manaus.

Figura 9 - Reocupação da Área Abandonada pelo PROSAMIM



Autoria. Lima (2016). (trabalho de campo).

No local que de onde haviam retirado algumas moradias logo foi ocupado, conforme (figura 9A), demonstrado pelo círculo, o local onde as novas moradias foram construídas. Na (figura 9B) em um registro de campo de 2016, é possível perceber além da reocupação, o solo aterrado com resto de asfalto carregado pelos moradores de uma obra na vizinhança para o local, também o aterro de uma das cacimbas que pertencia à lavadeira D. Suzete, transferida para Parque Residencial Mestre Chico. Já na (figura 9C) de 2018, é demonstrada a compactação e impermeabilização do solo com a construção pelos moradores de um piso de cimento, que se transformou no local de encontro dos moradores para atividades físicas e de lazer e denominado de praça.

Também houve retirada de moradores na área das nascentes, que foi reocupada (figura 10) devido à descontinuidade dos trabalhos propostos no projeto

de construção de um parque. Em 2016 foram retirados os moradores do beco de acesso a nascente e cercado com tapume de alumínio, porém em 2020 no mesmo lugar foram erguidos alguns barracos por moradores.

Figura 10 - Área Desapropriada (2016) e Reocupada (2020)



Autor: Lima (2020). (Trabalho de Campo).

Embora para alguns moradores, os que foram deixados no local, essa foi à forma que encontraram para resolver os problemas causados pelo PROSAMIM, alguns demonstram indignação pelo descaso que dura aproximadamente 15 anos desde a destinação dos recursos para o PROSAMIM suplementar. O que seria uma solução para os moradores trouxe transtornos, o local ainda continua com problemas de saneamento básico, alagações durante o inverno, dificuldade de

acesso aos equipamentos públicos de saúde, como ambulâncias, defesa civil, policiamento, fornecimento de água potável e energia também são demandas não atendidas com regularidade. A retirada de alguns moradores também desarticulou o processo de relação de vizinhança, visto que os moradores ficaram separados nos ambientes novos e distantes uns dos outros, onde perderam a relação que tinham no ambiente antigo.

Esta área que em sua composição têm as nascentes do igarapé Manaus, antes foi ocupada por lavadeiras e também serviu ao fornecimento de água para cidade por meio dos serviços dos aguadeiros. Conforme, Monteiro (1977). O local era abundante em recursos hídricos, que deveriam ter sido recuperados pela intervenção do PROSAMIM, o que resguardaria não só o registro histórico por conta da ocupação da atividade das lavadeiras que remonta aos anos de 1800, mas também a preservação do igarapé de Manaus como símbolo de um tempo que foi perdido com aterros e canalizações em uma de relação de compadrio entre agentes sociais do Estado e empresas privadas.

Porém, o que se destaca no projeto é: a ineficiência em suas ações de recuperação ambiental dos igarapés; o impacto social na relação de vizinhança ao separar famílias do convívio e relação com lugar, a insatisfação na qualidade, produção e quantidade de moradias, se houver comparações ao número de moradores que foram deslocados dessa área e o número dos que ficaram; a interferência identitária quanto ao modo de vida dos moradores e suas atividades exercidas, no caso das lavadeiras e suas cacimbas. Essas são as realidades das intervenções em que o Prosamim desenvolveu suas atividades para os quem mora a montante do igarapé Manaus.

O Prosamim segue um padrão de desenvolvimento que visa contemplar a especulação imobiliária, possibilitando lucro por meio da transformação da terra em produto onde quem possui melhor poder econômico mora nos espaços melhores da metrópole. É uma repetição de outros projetos desenvolvidos no passado, que não valorizaram o recurso ambiental, apenas um melhoramento de infraestrutura urbana que valoriza o entorno, bem feitorias para atender ao viés econômicos tendo como pano de fundo, o social e o ambiental para viabilizá-lo para uma classe com mais recursos. O que nos leva a entender que não há uma causa social, identitária e histórica para destinação do espaço urbano ou uma busca por equidade entre classes, nem por parte de quem está destinado para essas atribuições legais e

políticas, o Estado, e nem por quem explora comercialmente estes espaços, as incorporações imobiliárias. Desse modo:

A produção do espaço, em si, não é nova, os grupos dominantes sempre produziram este ou aquele espaço particular, o das cidades antigas, o dos campos (aí incluídas as paisagens que em seguida parecem “naturais”). O novo é a produção global e total do espaço social. Essa extensão enorme de atividade produtiva realiza-se em função dos interesses dos que a inventam, dos que a gerem, dos que dela se beneficiam (largamente). O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial. Esse é o caminho (imprevisto) da socialização das forças produtivas, da própria produção do espaço. (LEFEBVRE, 2002, p.143).

Portanto, não se identifica a transparência necessária nas ações implantadas, muito menos, a participação social no debate e decisões de suas necessidades no planejamento urbano. Há uma imposição transvestida de normativas para validar as transformações no espaço urbano de Manaus, o que implica desconstrução de valores, comportamentos e laços hereditários de alguns grupos sociais, que se integram por costumes e pela identidade às especificidades do lugar, formando uma sociedade residual que se apropriaram de práticas que representam seus antepassados. Portanto, defendem sua preservação, como é o caso das cacimbas defendidas pelas lavadeiras e das nascentes, defendidas pelas famílias que moram a montante do igarapé de Manaus.

A perda desses ambientes de convívio social que revelam a história de uma sociedade que teve importância para sua evolução seria a negação de um passado de riqueza cultural em nome de um projeto de modernidade, já ocorrido em Manaus outras vezes, como a construção da cidade de costas para o rio, o que é proposto pelo Prosamim, não contempla a realidade dos que protegeram este lugar simbólico e identitário como herança, afinal só existem porque foram preservados por essa parcela residual da sociedade manauara até os dias atuais.

5.3 Do Discurso à Práxis

A produção e (re)produção do espaço urbano de Manaus consiste em ideias que são formadas a partir de contextos políticos e ideológico para o convencimento da sociedade e permanência do poder nas mãos de grupos e classes, interessadas na cidade enquanto locus da produção e reprodução do capital, que realizam seu domínio por meio do financiamento público e privado. Dessa forma, há um

distanciamento entre os discursos e a práxis produzidos pelos administradores públicos, causando frustração nas perspectivas depositadas pela sociedade a cada eleição de novos gestores públicos.

O discurso em si é uma forma de produção ou reprodução de fatos, ideias e propostas que se pretende abordar e tornar conhecido, sendo utilizado na política como forma de convencimento de ideologias que transformariam a atualidade para melhor, portanto, é o aformoseamento das situações atuais empregando promessas incompatíveis com a realidade social e inexecutáveis, camuflando suas estratégias de poder da sociedade e, quando realizam as políticas de planejamento urbano, o fazem a partir de ações e discursos imediatistas e populistas.

A práxis²¹, empregada por Marx a partir da produção e política de seu contexto histórico vivido, representado por uma disputa entre classes, a força de produção e das condições de trabalho e dominação que imposta aos trabalhadores pelos detinham o capital, reivindicava uma transformação nas estruturas sociais.

Nesse sentido, a práxis pode ser entendida conforme a realidade em cada tempo e em cada lugar, justificando que “a história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes” Marx & Engels, (2011, p. 39). Emprega-se aqui, a práxis a partir do ponto de vista político, como uma oposição aos discursos teóricos ideológicos que são incorporados na sociedade, desacompanhados das práticas e ações que a tornaria realidades e não apenas no campo das ideias.

Os discursos são mais comuns durante as campanhas políticas e aparece como “sociedade do discurso, composto em doutrinas religiosas, políticas e filosóficas” Foucault (1970, p. 41), que se tratando da política, mesmo após a eleição podem ser comprovados e lidos nas ações dos gestores públicos, o discurso como um objeto de conquista eleitoral e não de compromisso social. Um exemplo bem claro dessa falácia é o plano diretor de cada município, no caso do Plano Diretor de Manaus – PDM são encontrados diversos exemplos desses.

No Plano diretor, seção I, art. 10, § II, que dispõe do “Programa de Proteção e Valorização dos Ambientes Naturais dos Cursos d’ Água, objetivando a proteção dos rios e igarapés e suas margens e conscientização da população para a sua

²¹ MARX, (2007, p. 537). A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza anterior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da prática é uma questão puramente escolástica.

conservação e fiscalização” PDM (2006, p.7), representava a tentativa no papel, o planejamento de ações que melhorariam o ambiente de degradação dos cursos d’água pela ocupação de suas margens, que se tornaram receptoras do esgotamento sanitário das moradias de Manaus. Dessa forma, a implantação do PDM solucionaria os problemas ambientais, saneamento e moradias, redirecionando melhores condições de uso desses ambientes pela população da metrópole. Assim:

a) elaboração do Plano de Proteção das Margens dos Cursos d’Água e do Plano de Saneamento e Drenagem; b) integração dos igarapés à paisagem, com a recomposição das matas ciliares; c) estruturação ambientalmente adequada das margens dos cursos d’água com largura mínima de 50 metros para a orla do rio Negro e Amazonas e Igarapé do Tarumã-Açu. Para os demais cursos d’água, a faixa considerada deve ser de 30 (trinta) metros, contados de cada margem da maior enchente; (Alterado pelo Art. 1º da Lei Nº 856 de 14/07/05, publicado no D.O.M. Nº1282 de 18/07/05). d) utilização ecologicamente adequada de trechos navegáveis dos igarapés, para atividades econômicas e/ou de valorização dos mesmos (turismo, pesca e transporte), desde que não comprometam as condições ambientais desses cursos d’água; e) coibição do uso e da ocupação ecologicamente inadequados dos trechos não navegáveis dos igarapés; f) coibição do lançamento de efluentes poluidores e de resíduos sólidos (lixo) nos rios, igarapés e áreas adjacentes aos mesmos, conscientizando e integrando a participação da população nas ações de proteção dos cursos d’água; g) conscientização da população sobre qualidade das águas e resíduos sólidos (lixo), bem como sua relação com a qualidade de vida, utilizando mecanismos que permitam massificar as informações por meio das organizações da sociedade civil. h) a criação de postos flutuantes, devidamente equipados, para a fiscalização contínua da orla fluvial. i) a desocupação das margens e leitos dos igarapés. Parágrafo único será obrigatória a expansão anual da rede de esgoto de 5% em relação ao total de unidades residenciais do município. (PDM, 2006, p. 8).

Esses discursos que compõem o PDM, que serviu de texto-base para as políticas públicas e desenvolvimento urbano local, estão de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB de 1988, a qual estabelece a obrigatoriedade do PDM para cidades com mais de 20 mil habitantes. Legalmente o plano é realizado, inclusive com gastos em sua preparação nas câmaras municipais, mas não é seguido conforme planejado e prazos determinados, o que prejudica principalmente a classe menos abastada, que é a realidade vivida em Manaus. A implantação de projetos habitacionais e urbanísticos, uso e ocupação do solo urbano estão apoiados em leis que transformam o espaço urbano em interesse social para demandas das metrópoles, conforme título VII, capítulo II, que trata da política urbana na CRFB/88, que prevê o desenvolvimento social com garantias para todos os habitantes ou indenização justa para os que forem afetados pelas obras do promovidas pela Federação, Estados e Municípios. Dessa forma, um amparo

constitucional que não é levado em consideração ou aplicados quando se submete áreas ao interesse social. Conforme define a constituição de 1988:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. (CRFB/88, Art. 182, p. 112).

Portanto, o discurso em detrimento da práxis, tem escalas nas esferas Federal, Estadual e Municipal, o que o torna sem efeito à sociedade pela não realização do que é previsto tanto no PDM como na CRFB/88 e que são amplamente utilizados nos discursos de campanhas para identificar prática que serão executadas durante os mandatos eletivos.

Dessa forma, o imediatismo das práticas políticas produz um discurso que evoca a ausência de tempo hábil para realizar o prometido e/ou planejado, por conta do que foi herdado em gestões anteriores, objetivando a continuidade e manutenção na vida política, sendo que a cidade arca com este ônus do imediatismo e de gestões de improviso e carentes e continuidade, especialmente no que se refere à produção do espaço urbano.

Outras especificidades na produção do espaço urbano de Manaus, para além do tempo escasso, é o emprego de ideias e conceitos que tiveram êxito em outros lugares para justificar as reformas exógenas, que por sua vez, não contemplam as realidades e contextos dos moradores do lugar. As consequências desse urbanismo de inspiração exógena promovem uma sociedade sem a participação crítica na construção coletiva de seu próprio destino, se perpetuam no poder em nome de uma modernidade que não chega para todos e não alcança os desvalidos da economia, moradia e estruturas que possam lhe proporcionar auxílio no que diz respeito à saúde, educação e qualidade de vida. Geralmente durante as intervenções os moradores desses lugares são transferidos para ambientes distantes dos centros urbanos, onde os acessos aos equipamentos públicos tornam obstáculos por

estarem em áreas distantes de sus alcances na hora das necessidades. Desta forma:

O que se quer questionar aqui não são esses conceitos em si, mas o modo como são incorporados pelas instituições e pela sociedade brasileira. A crítica ao planejamento modernista carrega o risco de ajudar a mover o moinho das idéias neoliberais, porém o que se tem de evitar é a importação de idéias alheias à forma contraditória, desigual e predatória ao meio ambiente como evoluem as cidades brasileiras. É muito deprimente assistir à contraditória e alienada absorção de um modelo importado e depois absorver, também de fora, sua própria crítica, para em seguida colocar sem mediações outro modelo no lugar. (MARICATO, 1997, p. 121).

Ao passo que são incrementados na política novos discursos, a sociedade torna-se distante dos recursos que deveriam estar ao alcance de todos, o que conduz a uma “segregação imposta”²² com diferentes partes estruturais no mesmo espaço urbano. Perde-se assim verdadeira “razão de ser” Roncayolo (1986, p. 411) a que a metrópole foi criada, espaço social em que todos deveriam ter o sentimento de pertencimento e participação.

Nesse sentido, a ausência do Estado representa a tomada de decisão pelas forças do mercado, que promove uma desigualdade por meio do consumo, refletido na forma de morar, vestir, alimentar, lazer, educação, saúde, segurança e emprego de seus habitantes. Esses comportamentos são determinados pelo capitalismo, seletivamente por meio da riqueza de cada grupo social, determinando o controle do espaço urbano. Assim, nas cidades capitalistas predomina a distribuição desigual de padrões urbanos, que acentua a desigualdade entre as classes. Posto que:

Nas últimas décadas, o interesse do capital em aplicar seus excedentes no espaço urbano tem tornado as cidades ainda mais desiguais, tanto pela aplicação de capitais privados no espaço – a exemplo do que ocorre nos loteamentos murados e condomínios fechados e outros “empreendimentos” -, como pelo investimento do Estado capitalista, ao prover de infraestrutura desigual o espaço urbano. A realidade supera o imaginário, a desigualdade socioespacial é visível até mesmo para olhares menos atentos. O real e o concreto precisam ser analisados para certificar se políticas públicas, com o objetivo de justiça espacial, potencializam o Direito à Cidade. (RODRIGUES, 2016, p. 43).

A autora destaca ainda que todos os melhoramentos urbanísticos e essenciais para vida nas cidades, quando são realizados pelos agentes públicos como infraestruturas, promovem o aumento no valor da terra tornando-se inviáveis, representando “contradição com as propostas de justiça social”. Dessa forma, sem o poder econômico para permanecer no lugar os moradores sofrem a pressão para

²² CORRÊA (2016, p. 43), envolve aqueles que residem onde lhes é imposto, sem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação.

desocupar as áreas de interesse dos articuladores e seguimentos apoiados em estruturas de financiamentos bancários “promotores imobiliários”²³, também distorcendo a função social da terra, que seria uma forma de “direito à cidade” e uso dos espaços coletivos da metrópole de maneira equitativa e serviços públicos, o que não ocorre no espaço urbano de Manaus. Há uma disputa desigual que gera uma população de segregados do convívio social. Nesse sentido, portanto:

A segregação socioespacial pode exemplificar bem esta discussão – a da transformação da questão social em questão de direito. Uma política urbana, para ser eficiente em relação aos seus objetivos sociais, deve alterar os mecanismos da dinâmica especulativa responsável pela escassez social da terra urbanizada. Por meio da produção elitizada, o capital imobiliário produz e vende a escassez. A segregação socioespacial é, assim, gerada pela disputa por espaço da cidade, aquela onde as condições urbanas de vida são melhores, serão os mais caros. (SANTOS, 2010, p. 524).

As lutas travadas pelo direito à cidade ocorrem de forma desigual e silenciosa, algo que pode ser comprovado pela distribuição do saneamento básico no Brasil onde “na região Norte, apenas 23,6% dos domicílios urbanos contavam com os três serviços, enquanto no Sudeste, esse percentual chegava a 93,1%”. PNAD (2015). Dessa forma, as necessidades básicas de uma convivência urbana e do direito à cidade para os cidadãos são ofuscadas pelos discursos de modernidade e globalização²⁴ que concretizam a realidade do processo de acumulação em detrimento das peculiaridades locais, que refletem em serviços básicos de conexão à rede de esgoto, coleta de lixo e água encanada, dentre outros serviços básicos, os quais não são resolvidos com a transformação das cidades em metrópoles, visto se prioriza mais a dimensão econômica de cidades-mercadoria, além de produzir e acirrar os processos de segregação socioespacial. As metrópoles adquirem as estruturas de poder que foram feitas por pessoas, mas não para as pessoas. Seguem em direção a um movimento que “metamorfoseia a cidade histórica”,

²³ CORRÊA (1995, p. 3), entende-se um conjunto de agentes que realizam, parcialmente ou totalmente, as seguintes operações: incorporação; financiamento; estudo técnico; construção ou produção física do imóvel; e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro.

²⁴ SANTOS (1996, p. 23). A globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em "sistema-mundo" de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. Nesse sentido, com a unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único "mundo" e assiste-se a uma refundição da "totalidade-terra".

Idem, (2006, p. 27) O processo de globalização, em sua fase atual, revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia cegamente utilizada. Mas a realidade dos territórios e as contingências do "meio associado" asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização.

conforme sustentado por Seabra (2001, p. 77), negando os contextos locais que são unificados e universalizados para disputar espaço no mercado internacional, enquanto a população sofre pelo abandono. Dessa forma:

A metropolização é a espacialização do processo de reprodução social pelo qual se descrevem as metamorfoses da cidade. Trata-se de um movimento que articula de diferentes maneiras, os níveis e os momentos da vida social e que, ao se territorializar, define se cessar o quadro de vida existente. É o processo de adequação das cidades ao ritmo, sentido e necessidades do desenvolvimento dessa sociedade urbano-industrial [...]; as intervenções higienistas, o urbanismo utilitarista, e segregador como o dos bairros jardins, dos grandes *boulevards* e da produção do espaço urbano como suporte de condições gerais sociais de produção, com as grandes obras de engenharia pesada: pontes, viadutos, energia, transportes. É assim que a cidade vai sendo transformada e produzida para ser o locus de acomodação do processo de industrialização e núcleo do processo de modernização da sociedade. (SEABRA, 2001, p. 76).

O lugar na metrópole é decidido pelos discursos de modernização, que com o passar do tempo (entendidos aqui como mandatos) se transforma em disputa entre os gestores, o capital em busca de lucros e a população, por espaços saudáveis e de uso individual e coletivo, naquilo que Santos (2009) denomina de “cidade corporativa”, ou seja, aquela que produz seu espaço urbano em função das disputas com outras cidades, no que se refere à atração de investimentos, sendo que sua expressão urbana reflete os interesses externos, de investidores não comprometidos com as demandas da população local. Assim:

O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. Quando eu olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital. (HARVEY, 2009, p. 1).

Quando analisamos Manaus, é perceptível a disputa pelo espaço urbano tanto ao que se refere às necessidades da população, bem como as dos empreendimentos promovidos pelo capital, “assim, a segregação residencial significa não apenas um meio para a classe dominante, mas também um meio de controle e de produção social para o futuro”, Corrêa (2002, p. 66). Portanto, o uso do conceito de segregação socioespacial nos discursos políticos, como propostas de desqualificação de governos anteriores, é acompanhado dos interesses dos “agentes modeladores do espaço” por meio dos “promotores imobiliários” que promovem uma disputa pelos lugares de maior valor econômico, que por consequência serão acometidos de intervenções pelo Estado em favor de seus agregados, na busca de se tornar uma metrópole corporativa.

Resta à população os espaços às margens de igarapés ou encostas, que serão ocupados sem os requisitos de infraestrutura, saneamento e engenharia adequada e os que estão em áreas de valor especulativo são pressionados para desocupação, sofrendo com a desvalorização dessas áreas como forma de pressão aos moradores que resistem. Porém, mesmo com a pressão exercida sobre a população, resistem, em meio aos prédios verticais que os sufocam, em uma tentativa de subtrair seus direitos à cidade e aos recursos que estão atrelados ao urbano.

O discurso e a práxis se irradiam na população de Manaus, a partir do processo político e o discurso que se produz em cada grupo e conjuntura política de cada época, que demanda responsabilidade na gestão dos recursos. Isto, por sua vez, é prejudicial à sociedade com seus ideais liberais, que necessitam de uma análise profunda de seus significados e pretensões por parte desta sociedade. Assim:

Que se volte a atenção para as palavras em *si*, e não somente para a decisão explícita que encerram. Que palavras são usadas, com quais propósitos, em que circunstâncias, por quem? Que efeito ideológico *subliminar* desempenham? Como as palavras são “armas”, podem elas também... *desarmar*? Vulnerabilizar? Amansar ou domesticar? E como isso se dá ou pode se dar, em cada concreto? Em que medida as “primeiras palavras” (e que permanecem), ou seja, o discurso e seu vocabulário, influenciam (ou eventualmente atritam com) a “última palavra” – e quem dirá, e como dirá? Que se constate e aceite: não se subestime as palavras por serem “nada mais do que palavras”, posto que, enquanto tal, muito já são, significam e implicam. (SOUZA, 2018, p. 163).

Esse entendimento não constitui preocupação de boa parte da população das metrópoles, pois suas preocupações estão voltadas aos afazeres diários, e passam despercebido quanto ao que se é produzido para o bem-estar social, sendo que em Manaus isso foge à regra. A ausência de criticidade, participação e destinação dos gastos dos impostos arrecadados levam ao domínio e destino total dos gestores sobre esses recursos, que nem sempre são empregados de maneira que dê soluções às demandas da sociedade.

Portanto, entendemos que mesmo em períodos pretéritos que compreendem o surgimento das ocupações às margens dos rios por volta de 5.500 a.C, as organizações sociais sempre demandaram por lugares de convívio coletivo, porém, com a instituição de ambientes particulares e propriedades, iniciou-se a disputa por ambientes com maior quantidade de recursos para sobrevivência dos que participavam do mesmo grupo social, o que se denominou, mais tarde como luta de

classes, formando assim diferentes grupos sociais em disputa pelo espaço de produção.

A disputa representa a forma de domínio de uma sociedade com maior controle sobre as riquezas adquiridas da exploração dos recursos disponíveis no ambiente sob seus domínios, sobre os que vendiam sua força de trabalho, representada pelo poder característico do capitalismo. Por sua vez, este concentra a riqueza nas mãos de poucos, promovendo desigualdades no uso dos recursos disponíveis, o que significa um controle social das classes.

É dessa forma, que se apresenta a segregação socioespacial em áreas urbanas da sociedade atua, que se agrava ainda mais com a capacidade do homem de se sobrepor aos seres de sua própria espécie na forma de disputa e posição. A ponto de haver diferenças nas formas de ocupação e uso do solo, que são fragmentadas a partir da lógica do capital, comandadas pelos proprietários dos meios de produção do espaço urbano nas cidades.

Nesse sentido, Manaus está inserida nessa lógica do parcelamento do solo em constante disputa entre os agentes promotores do espaço por melhores condições de moradias e infraestruturas que dê conta das demandas principalmente dos grupos sociais excluídos desse processo, que abarca ainda, segundo Corrêa (1939), “proprietários fundiários, promotores imobiliários e o estado”. São essas relações que promovem segregação socioespacial em Manaus, institucionalizadas ou não pelo Estado em suas ações de projetos habitacionais e consentimento de empreendimentos privados, tornado o valor da terra inacessível igualmente a todos. Prevalece o poder de compra dos que possuem recursos para acessos a espaços com melhores infraestruturas, em contra partida, os desvalidos de recursos financeiros ocupam as terras desvalorizadas ou sem capacidade de lucro para as incorporações imobiliárias e proprietários latifundiários, que também significa, o controle sobre as classes menos favorecidas.

Esse processo pode ser relacionado em Manaus a partir da análise das áreas segregadas que são deixadas na configuração do espaço urbano, são bolsões de pobreza segregados por classes média e alta que se relacionam apenas por prestação de serviços domésticos demandados pelos prédios que os cercam como destacado na (figura 11), demonstrando a pressão exercida pelos agentes promotores do espaço urbano em detrimento da identidade, relação de vizinhança, símbolos culturais e a relação de pertencimento das pessoas ao lugar.

Esses lugares estão sofrendo pressão constante para que possam desocupar a área, porém, resistem à especulação imobiliária e continuam suas vidas inclusive com tradicionais festas juninas que foram perpetuadas pelos seus familiares mais velhos e são seguidas pelos mais novos a exemplo dos preparos que ocorriam no dia da entrevista no dia 15 de junho de 2019, pelos moradores na área da (figura 11 A). Os moradores dessas casas fazem parte de um núcleo familiar que tem a frente das casas para a Av. Darcy Vargas (figura 11 A1), mas utilizam como acesso os fundos que ficam para a Rua Altair Severiano Nunes (figura 11 A2), uma clara inversão, onde permanece a forma, mas não a função.

Figura 11- Áreas de Segregação em Manaus



Autoria e Org. Lima (2019).

Quanto à família que mora na Av. Brasil, (figura 11 B, B1, B2) no bairro da Compensa, sofrem pressão da maternidade Dr. Moura Tapajós e do conjunto de apartamentos que estão no fundo de sua casa, porém, sente-se feliz ao falar dos benefícios de morar em um lugar que tem os serviços públicos disponíveis ao seu alcance, e os relaciona como: escolas de tempo integral, maternidade, hospital da criança, CAIMI, sede do Governo e Prefeitura, supermercados, bancos e infraestruturas de lazer e acesso a transporte e a ponte sobre o rio Negro, podendo se deslocar para outros municípios com a família aos fins de semana.

Na área de estudo desta pesquisa, são utilizados os mesmos métodos de abordagem para a desocupação, transferência e requalificação de áreas que foram ocupadas por moradores, às margens do igarapé Manaus no bairro Centro, apenas com a diferença em que o Estado é o proponente dessas ações. A área em questão possui valor simbólico, cultural e identitário, por conta da nascente do igarapé, cacimbas e lavadeiras que estão segregados nesta área de fundo de vale, onde brotam vários olhos d'água que são utilizados pela segunda geração de lavadeiras, que ocuparam os igarapés de Manaus, em um período que seus trabalhos eram de relevante importância para a sociedade local. O igarapé teve a função de servir de porto para os aguadeiros, de onde coletavam água para o abastecimento dos moradores. Atualmente, essa área é ocupada por várias famílias de baixa renda que estão segredas ao fundo de vale entre as Avenidas Barcelos e Nhamundá, uma realidade histórica de um residual pretérito presente em nossos dias necessitando de preservação.

Entre os que ocupam esta área estão proprietários de cacimbas herdadas de seus pais, que as utilizaram para lavar roupas das famílias mais abastadas de Manaus mediante pagamento para poder criar seus filhos. Portanto, havia no período, o valor econômico, mas, atualmente, mesmo com as máquinas de lavagem de roupas e a escassez de clientes, continuam utilizando-as para uso pessoal, restou-lhes o valor sentimental, cultural e identitário que o lugar representa para essas famílias, que resistem às interferências de proibição do uso das cacimbas.

Os projetos de reordenamento urbanístico transformaram parte desse ambiente (a jusante) que foi aterrado ou canalizado para construção de moradias e parques aos moldes exógenos de arquitetura, onde não foram preservadas a relevância histórica do lugar e o modo de vida dos moradores desses ambientes.

O que se observa nas ações por (parte do Estado e do Município) são inúmeros equívocos, quanto ao urbanismo proposto, aos usos dos recursos econômicos, descumprimento de leis ambientais e ao estatuto das cidades, ausência de transparências nos projetos de organização do espaço urbano de Manaus e a não consideração das diferenças de renda dos moradores dos referidos ambientes - o que provoca o abandono desses lugares criados por não poderem sustentar os altos valores das taxas de água, energia elétrica, esgoto, a exemplo dos moradores do Parque Residencial Manaus, que não tinham nem o valor para conexão dos hidrômetros da concessionária de água a rede.

Manaus tem passado desde 2003, por um processo de modificação da paisagem com a proposta de melhorias na qualidade da água, construção de moradias e saneamento básico pelo PROSAMIM, que estava previsto para finalização em 2020. São interferências que devem ser analisadas criticamente para não se perder pelas paixões de uma transformação apenas no urbanismo visível e não na vida das pessoas que ocupam esses lugares que, por eles, têm sentimentos de pertencimento. Não se pode negar os benefícios, mas sim estendê-los aos moradores das margens dos igarapés e à recuperação dos recursos hídricos propostos pelo projeto. Algo que não se concretizou no PROSAMIM 1 e suplementar, onde foi aterrado parte do Igarapé Manaus e algumas cacimbas (a montante), retirado apenas algumas famílias e outras deixadas, em um ambiente semelhante ao pós-bombardeio, pelos entulhos das casas demolidas deixados no local.

É uma realidade que nos conduz aos questionamentos: os igarapés serão devolvidos à população ou serão construídos parques controlados como o Jefferson Péres? As moradias construídas obedecerão a características culturais e climáticas da Amazônia? O parque Museu das águas será construído? Qual o destino das cacimbas e das lavadeiras a montante do igarapé Manaus? A necessidade de resposta já representa estranheza, por serem obras desenvolvidas pelo Estado, por ter obrigação de transparência no uso dos recursos público e uma efetiva participação da sociedade nessas decisões. São estes processos que intrigam o pesquisador que estuda ou vier a estudar tal projeto de requalificação urbana da Metrópole de Manaus.

Portanto, são com esses questionamentos sem respostas até o momento, que convivem as pessoas que estão morando na nascente do igarapé de Manaus, segregadas a uma área de intervenção do Estado com discursos de melhorias ambientais, urbanísticas e habitacionais. É neste lugar, onde se encontram as resistências das lavadeiras como guardiãs das cacimbas, que remontam um tempo pretérito de relações de prestação de serviços e uso dos recursos hídricos como forma econômica de sobrevivência e, atualmente representam a resistência residual desse tempo, tendo a nascente do igarapé e as cacimbas como valor simbólico de sua existência enquanto valor cultural. Elas Carregam historicamente a memória da cidade, seus costumes e suas transformações no espaço e no tempo, por meio das lavagens de roupas antes as margens dos igarapés, hoje a beira das cacimbas.

Representam a marca de uma sociedade que foi deixada para trás nos planejamentos e projetos, que miravam um futuro para a metrópole aos moldes globalizados de paisagismo e arquitetura. Estas, agora, seguem submetidas ao capricho de um projeto que propôs saneamento e recuperação ambiental nos igarapés, mas, novamente, ficaram para trás ao se recusarem a sair do ambiente em que representa sua existência e patrimônio identitário que as levou à preservação dos olhos d'água até os dias atuais.

CAPÍTULO III

A cidade não pode ser inerte que não se renove, que não se adapte suas formas aos novos conteúdos, mas não pode ser tão nova que destrua as formas cristalizadas.

OLIVEIRA, José Aldemir de. (2011, p. 30).

6. A RELAÇÃO RESIDUAL DAS LAVADEIRAS NO ESPAÇO E NO TEMPO

6.1 A Perda do Igarapé Manaus

Os igarapés em Manaus eram espaços de encontros, trabalho, pescaria, lazer e abastecimento d'água, serviam como vias para transporte de mercadorias, ou ainda, para locomoção dos moradores de uma margem a outra dentro do espaço urbano. Suas águas representavam refúgio de espécies para reprodução em períodos de cheias do rio Negro. Porém, para tanto, recebiam as contribuições das águas do rio Negro que invadiam estes igarapés durante o período de cheia, sendo drenados harmonicamente para os cursos menores, chamados na região amazônica de igarapés. Já durante o período da vazante suas margens serviam de tabuleiros para desova da tartaruga da Amazônia, campo de futebol de várzea, praia para piqueniques, passeio de canoas e banhos de toda sorte, portanto, tinham finalidade e usos diversos. O ciclo hídrico se completa a partir do momento em que a rede de drenagem destes igarapés desagua no Rio Negro, completando em um ano este processo cíclico, que carrega em seu contexto as formas de ocupação da população manauara ao longo de sua história, que no primeiro momento havia de transpor estes igarapés para ter uma relação de vida de uma margem a outra.

Os igarapés representavam a conexão territorial e a relação social em um período em que os recursos tecnológicos eram escarço, todavia, os moradores

dessas margens possuíam o domínio necessário para desbravá-los. Foram definidos por viajantes e pesquisadores:

Os igarapés são cursos d'água amazônicos de primeira ou segunda ordem componentes primários de distribuição de rios pequenos, médios e grandes. A boca dos igarapés funciona como portal de acesso aos domínios das matas. É através dela que se pode avançar mais facilmente no coração das selvas, ainda que setores médios e superiores do seu curso sejam intransponíveis, tanto pela estreiteza quanto pelo excessivo atravancamento de troncos e galhos de árvores tombados. (AB'SÁBER, 2003, p. 72).

Essas funções e usos foram devidamente investigados a partir de análise dos códigos de postura de Manaus, documentação que carrega as descrições e simboliza o tipo de convivência social estabelecida com capacidade de interferência no cotidiano social. Determinavam em seus artigos as proibições e multas para quem desobedecem e praticasse ações durante o período de proteção das espécies, derrubasse a vegetação ou obstruísse o curso natural dos igarapés, mas que, por muito tempo se permitiu tais ações. Esses documentos comprovam a necessidade de proteção e usos conscientes dos recursos hídricos, fauna e flora, descritas no Código de postura de 1910²⁵, evidenciando as espécies que eram comuns nestes ambientes. Determinou que:

Art. 270. – As pescarias com tarrafa só serão permitidas nos lagos, lagôas e igarapés, nos meses de Março a Outubro.

Art. 271. – a pesca de pirarucus e tucunarés, só poderá efetuar-se nos lagos, igarapés e lagôas, nos meses de Março a Novembro.

Art. 278. – É proibido em todo o município de Manáos a pesca de tartarugas por meio de flecha ou rede de lancear, durante o periodo chamado arribação, e durante o tempo em que elas se juntam nos remanços das praias onde vão desovar, desde Junho até Novembro de cada anno. (CÓDIGO DE POSTURAS, 1910, p. 75-76).

Mas, nem sempre o que se escrevia ou determinava-se no papel era cumprido na prática, porque mesmo com as proibições, essas atividades se realizavam por falta de fiscalização ou necessidades dos moradores. Eles usavam estes lugares para as celebrações de convivência social da vizinhança. “Os igarapés eram lugares da festa, da afirmação do cotidiano e do reforço de um modo de vida. A festa fazia parte de um tempo, de um olhar de forma genérica, como se todos fossem iguais” segundo, Oliveira (2008, p. 39), o que realmente não se concretizava no pensamento e ações das famílias mais ricas da sociedade da manauara, devido

²⁵ Código de posturas do Municipio de Manáos de 1910. Promulgado sob a Lei N. 639 de 13 de setembro de 1910.

ao pensamento europeizado embutido em suas famílias ou por puro preconceito por considerar estes ambientes degradantes e pobres.

Dessa forma, eram constituídas basicamente as funções que os igarapés exerciam na sociedade, mesmo assim, muitos desapareceram para dar lugar às estruturas públicas urbanísticas e sociais, simbolizando os novos usos dos igarapés, que se desenvolveram sobre os leitos e a partir dos solos criados. Outros ainda permanecem, porém suas funções e significâncias não podem ser comparadas às de usos das sociedades nos períodos dos códigos de posturas e das espécies que se abrigavam nesses locais.

O que está posto na atualidade para os igarapés urbanos, é a função exercida de receptor de esgotamento sanitário e dejetos das casas, indústrias e comércio, “a partir de 1967 com a criação do Polo industrial, passaram a ser agredido, com lançamento em suas águas de metais pesados”, segundo, Batista (2013, p. 61). Perdendo até mesmo sua função de drenagem das águas pluviais e há muito tempo, perdeu local de convívio social que eram percebidos nas descrições encontradas nos códigos de posturas. Passaram por uma transformação significativa em seu contexto atual devido à degradação ambiental, poluição e desvalorização de sua importância como fonte de abastecimento d’água e alimento. Conforme afirma:

Para muitos habitantes, os inúmeros igarapés urbanos que entrecortam a cidade, representam a fonte de onde retiram a água para o uso, o alimento para o consumo e dele se utilizam como ambiente de lazer. Infelizmente nas últimas décadas, com a expansão da cidade, esse acesso ao recurso tem se limitado cada vez mais em direção às áreas rurais, devido à mudança de função que a sociedade urbana lhe atribuiu, tratando-o como receptáculo de efluentes e dejetos. (BATISTA, 2013, p. 61-62).

O igarapé Manaus, objeto de estudo desta pesquisa, representou por muito tempo um espaço de socialização entre os manauaras, alcançando registros de destaques em documentos e obras da literatura local, pela sua importância e contribuição aos moradores que dependiam destes lugares. Há registros e descrições que comprovam as características e sua função em documentos produzidos por administradores públicos e sanitaristas, que indicavam funcionamento do “sistema das águas [...] rios pequenos que lhe são próprios defluem uns a céu descoberto, outros sob galerias a poucos metros da superfície do solo, nesses lugares aterrados e hoje constituem o leito de avenidas e ruas” Matta, (1916, p. 10). A releitura desses registros pode reativar as memórias e servir de comparações às formas de engenharias empregadas na reinvenção da cidade e o

modelo que se queria sem a presença dos igarapés. Neste período, foi realizada por Alfredo da Matta a descrição completa de alguns igarapés que cortavam a cidade, descreveu os percursos que realizavam do montante para jusante. Sobre o igarapé Manaus, afirmou que:

O de Manáos tem a sua origem em uma baixada com algumas palmeiras buritis entre as avenidas Barcellos e prolongamento de parte da 13 de Maio, contorna um trecho das avenidas Nhamundá e Japurá e desce por um valle. Passa por um boeiro sob a porção aterrada da rua Leonardo Malcher, que liga as avenidas Joaquim Nabuco á Major Gabriel, banha todos os terrenos das casas ali existentes, descreve pequena curva e deslisa sob a primeira ponte (Romana I); inflecte-se mais e mais e se projeta no da Cachoeirinha, de que é afluente. (MATTA, 1916, p. 12).

Os estudos e mapeamento eram a base da tentativa de sanar problemas de salubridades atribuídos aos igarapés e seus usos, a higienização estava atrelada à possibilidade de aterro para ampliação do espaço urbano, “as novas formas do espaço urbano são desenhadas a partir de ações que desconsideram os igarapés e a população local” conforme, Oliveira (2003, p. 159). Os estudos do ponto de vista do sanitarista, indicavam que essa “porção da avenida Barcellos, aterrada e nivelada, poderia ser considerada um isthmo ligando a cidade ao bairro do Mocó” Matta, (1916, p. 12), podendo ser interpretado como uma clara obsessão por aterros dos igarapés e desaterros das colinas que modelavam a paisagem, que naquele tempo significavam barreiras, a solução foi aplanar, representando modificações substanciais nas características geográficas no relevo local após execução.

As características estruturais do igarapé de Manaus, apontadas para que demandassem intervenções foram destacadas em um Estudo de Impacto Ambiental - EIA pelo Prosamim. Nesse sentido, possibilita entender o quanto foi perdido nos aterros e descaracterização do igarapé, pelo projeto que foi criado para devolvê-los a convivência dos moradores. Concluem que:

Cabeceira e Foz do igarapé de Manaus: semelhante ao igarapé do Bittencourt, porém mais extenso, esse igarapé apresenta vale em “V”, encaixado, de fundo estreito, cortando rochas sedimentares da Formação Alter do Chão, de fácies argilosa. As margens são estreitas, com encostas de declives muito fortes (gradientes muito altos) em alguns locais e desníveis topográficos de 20 m. A largura entre as margens varia entre 20 e 50 metros. A direção do eixo do curso é N a NNE. A profundidade media do leito menor é de 2,33m. A classe de vulnerabilidade pode ser classificada como moderada vulnerável. (PROSAMIM/EIA, 2003, p. 29).

A localização, o percurso e as moradias do igarapé Manaus apontados por Alfredo da Matta, já não são os mesmos, isso porque, parte foi aterrada ou

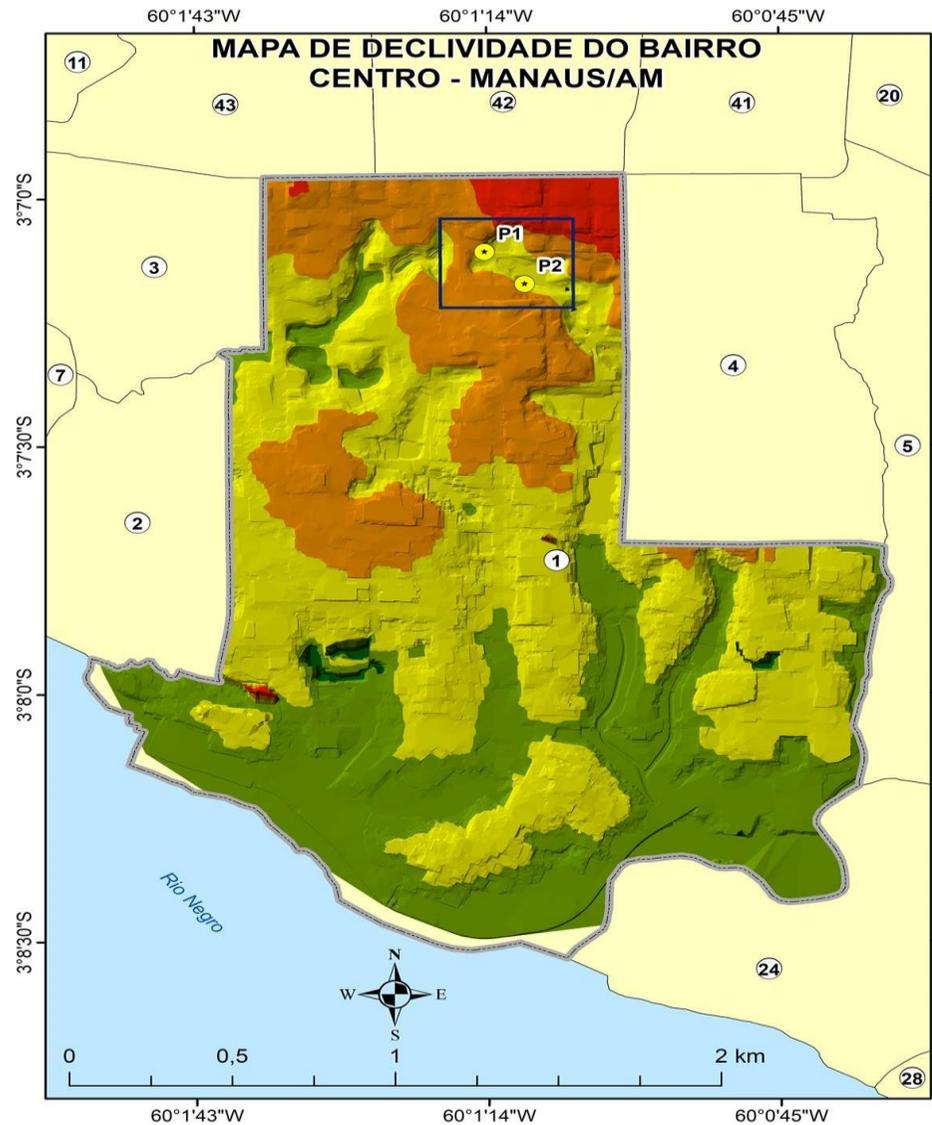
canalizada no trecho entre as Avenidas Tarumã e Sete de Setembro para construção de vias e moradia. Ao longo do tempo algumas mudanças foram adicionadas à paisagem, as margens dos igarapés foram ocupadas por moradores que não tinham moradia e construíram palafitas sob os olhares da governança pública e pela ausência de políticas de moradia, falta de planejamento habitacional e urbanístico na cidade. Em seguida demandou por reestruturação destas áreas por estarem atreladas ao centro histórico e não apresentarem boas impressões aos visitantes e à elite local.

Porém, ainda são visíveis algumas características descritas pelos autores, à montante observa-se uma identificação de declividade conforme (mapa 2), que foram descritas por Alfredo da Matta. Há a presença de uma variação na topografia de aproximadamente entre 47-60 metros da encosta entre as Avenidas Ayrão e Barcelos, abriga em sua base as nascentes que estão sob a proteção do Sr. Jorge, tendo como referências as coordenadas geográficas (Latitude 3° 7' 8" Sul , Longitude 60° 1' 14" Oeste) e D. Concebida, sob as coordenadas geográficas (Latitude 3° 7' 7" sul, Longitude 60° 1' 13" Oeste), são filhos dos moradores que se estabeleceram neste local a partir das proibições do período dos códigos de postura.

Tais proprietários desempenham o papel de guardiões destes recursos que estão dentro de suas propriedades (ponto 1) se somando as lavadeiras e suas cacimbas (ponto 2) logo abaixo entre às Avenidas Barcelos e Nhamundá. Eles resistem à pressão para desocupação por parte governo do Estado, que tem interesse na construção de uma praça para área desocupada. Alguns moradores receberam proposta de desocupação, mas não aceitaram devidos aos valores baixos avaliados para saída.

Outros moradores que moram nas áreas das cacimbas foram transferidos estrategicamente para certificar a presença do Prosamim, mas não houve prosseguimento deixando o ambiente propício para reocupação. O percurso que o igarapé faz por dentro dessa área não foi recuperado ou sequer realizado algum serviço que impedisse o alagamento de algumas casas nas suas margens. Como o trabalho começou a jusante, os moradores tinham a expectativa que ocorresse da mesma forma que foram realizados nesses locais. Não que seja o correto, separa os moradores de seus convívios sociais, mas que trouxesse alguma melhoria para contexto em que vivem há tanto tempo desassistidos.

Mapa 2 - Concentração das Nascentes e Cacimbas

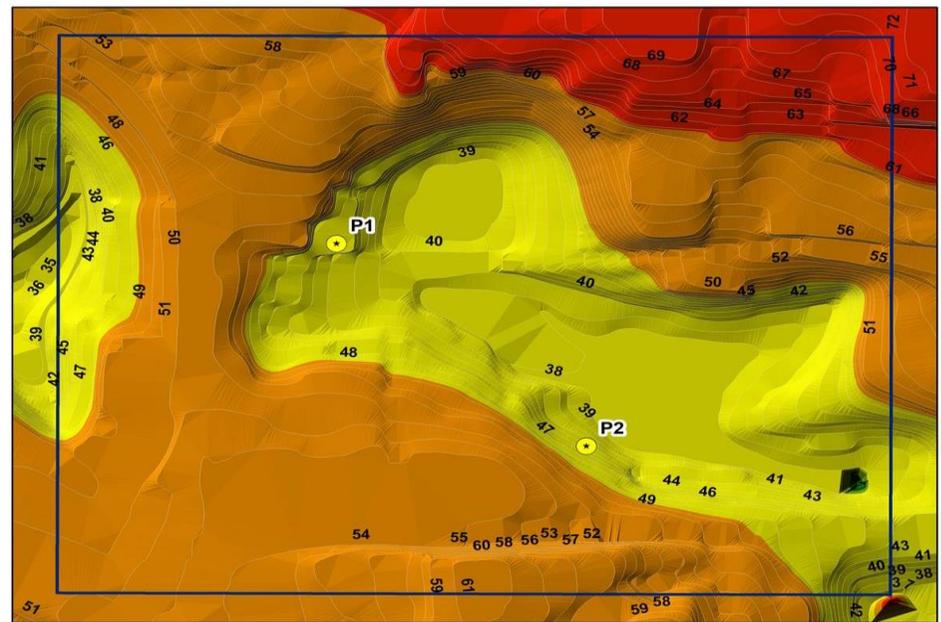


ID*	BAIRRO
1	Centro
2	Nossa Senhora Aparecida
3	Presidente Vargas
4	Praça 14 de Janeiro
5	Cachoeirinha
7	Glória
11	São Jorge
20	São Francisco
24	Educandos
28	Colônia Oliveira Machado
41	Adrianópolis
42	Nossa Senhora das Graças
43	São Geraldo

*O número identificador segue a lei nº 1.401, de 14 de janeiro de 2010 que dispõe sobre a criação e a divisão dos bairros de Manaus, estabelecendo novos limites.

LEGENDA

- Concentração das cacimbas
 - + Bairros limítrofes
 - + Limite do bairro Centro
 - Área de estudo 134.964 m²
- Declividade em graus**
- 0 - 19,2
 - 19,2 - 33,4
 - 33,4 - 47,6
 - 47,6 - 61,8
 - 61,8 - 76



BASE DE DADOS:
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
 Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB)
 Modelo Digital de Elevação extraído da imagem
 Shuttle Radar Topography Mission (SRTM)

ORGANIZAÇÃO:
 André Campos Alves
 Francisco Ferreira de Lima

Manaus, 18 de setembro de 2019

Autoria: André & Lima (2019).

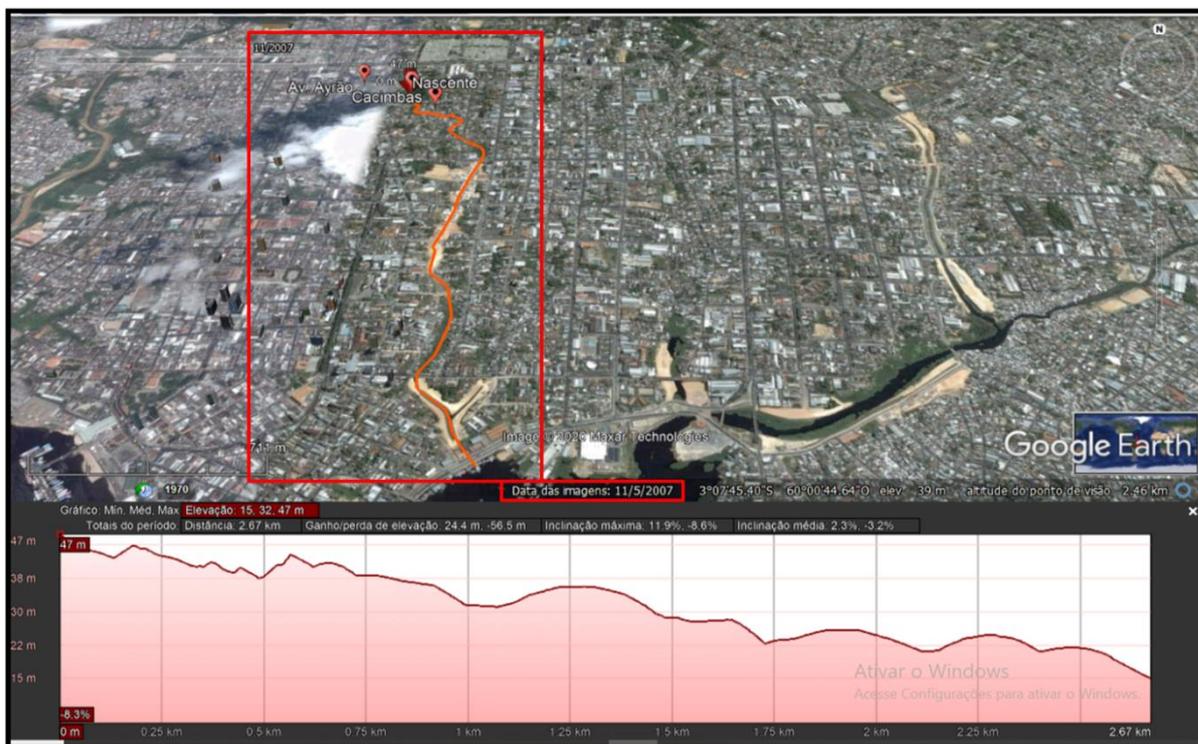
Conforme indicado no mapa de declividade (mapa 2), há formação de um fundo de vale, na base de uma colina de aproximadamente 60m de altura do platô ao fundo de vale, que está à cabeceira do igarapé Manaus, formado por duas nascentes (Mapa 2, p1). Em seguida percorre de forma subterrânea para ressurgir livremente após Avenida Barcelos de dentro de uma tubulação, dessa forma percorre toda área onde estão localizadas as cacimbas (mapa 2, p2). Algumas cacimbas foram aterradas pelo Prosamim e outras permanecem ativas porque estão em propriedades particulares.

A função atual das cacimbas é servir de fornecimento de água para consumo de alguns moradores ou uso na lavagem de roupas e atividades domésticas para outros. Esses recursos estão ameaçados de sucumbir pelas investidas frequentes de desapropriação e aterro das cacimbas e nascentes pelo projeto Prosamim, as ações deste projeto têm modificado as características dos igarapés e transformando-os após aterro, em praças, vias e moradias, tudo em detrimento a identificação dos moradores com o lugar, seguem os mesmos padrões de projetos anteriores que aterraram vários igarapés no dentro histórico de Manaus.

Foi realizado um perfil topográfico utilizando o programa de computador Google Earth, para visualização completa das dimensões e a diferença altimétrica entre a montante e a jusante, por uma extensão de 2,67Km do igarapé, que tem variação de 47m para 15m respectivamente, conforme (figura 12), o que possibilitou também, observar a topografia do terreno, a dimensão dos aterros das margens de vários igarapés, revelando as atividades e concretizações dos planos de aterro dos igarapés que resistiam ou que poderiam ser recuperados ambientalmente pelo projeto Prosamim, o que, se observou, entretanto, foi um projeto exclusivamente habitacional, sem critérios acessíveis aos moradores e pesquisadores em suas ações de transformação do espaço urbano.

No perfil topográfico do Google Earth, percebe-se que em maio de 2007 o aterro das margens do igarapé Manaus (demarcado em vermelho) para construção do Parque Residencial Manaus e Parques Des. Paulo Jacob, Sen. Jeferson Peres e Bittencourt. Porém, o alcance do projeto se estende em toda a bacia do Educandos por vários igarapés como o Mestre Chico, o Quarenta, da mesma forma de atuação com aterros e desapropriações dos moradores e transferências para outras partes da cidade, que nem sempre representa melhoria na qualidade vida destes moradores.

Figura 12 - Perfil Topográfico e aterro do Igarapé de Manaus



Fonte: Google Earth (2020). Org. Lima (2020).

O perfil topográfico (figura 12) permite que se tenha a visualização da totalização do perímetro entre a montante e a jusante do igarapé de Manaus, bem como, suas formas e elevações durante seu percurso até ao igarapé do Educandos, tendo uma diferença altimétrica de 47m do montante a jusante. Possibilita ainda, por meio da imagem de satélite, visualizar os aterros que o Prosamim realizou ao longo das margens dos igarapés da bacia do Educandos a partir de 2006 para criar o parque residencial no trecho do meio e os parques a jusante.

Optou-se como metodologia de pesquisa, dividir o igarapé em três partes, alto curso, médio curso e baixo curso, possibilitando assim, uma análise particularizada de cada trecho, suas características, suas formas de ocupação e as intervenções realizadas pelo Prosamim. Os moradores do lugar acreditam que a tentativa de desapropriação é para se apoderarem da água, que seus interesses para melhorar as condições de moradia ou de saneamento do local proporcionando melhor qualidade de vida pelo Estado, escondem os verdadeiros interesses do projeto que chegam transvertidas de reformas, oriundas de políticas para produção do espaço urbano nas metrópoles, assegurados pelo apelo jurídico do plano diretor em

detrimento a posse centenária dos moradores que estão a montante do igarapé de Manaus.

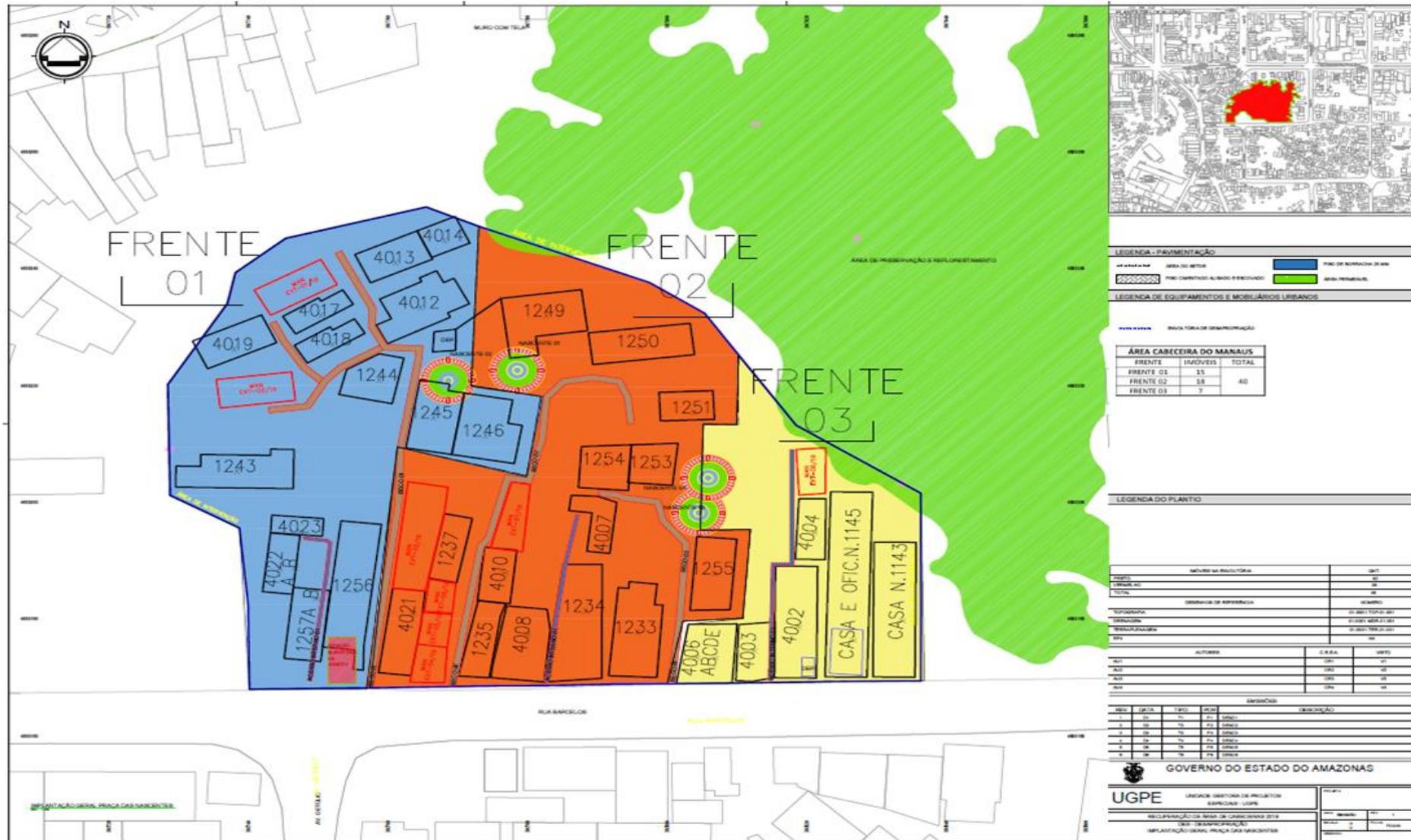
No alto curso, estão localizadas as nascentes e as cacimbas em um trecho comprimido entre as Avenidas Ayrão e Barcelos, as nascentes fornecem água para os moradores para lavagem de roupas e consumo, visto que, acreditam que a água que brota no local permanece pura. Essa área abriga 40 moradias que o Prosamim demarcou para remoção a fim de construir uma praça (figura 13), este documento (planta do projeto) foi solicitado em 2011, como parte da conclusão para pesquisa realizada, conforme Lima (2013. p. 57), mas neste período não foi apresentado o projeto, tivemos acesso somente em 2020. Segundo o departamento de engenharia do Prosamim, “as moradias foram cadastradas e o espaço ficou congelado²⁶”, dessa forma os moradores receberam apenas pelos benefícios sobre o terreno.

Nesse sentido, o que se comprovou em trabalho de campo foi a reocupação tanto na área das nascentes, como na área das lavadeiras, ocasionada pela inoperância e demora para executar o projeto nos espaços que foram realizadas as remoções por meio de indenizações. As reocupações incidem em custos para o Estado, o que encarece consideravelmente o valor da obra, além da duplicação de pagamentos de indenizações pelo mesmo espaço geográfico.

Em contrapartida por parte dos moradores, há uma resistência simbólica e identitária pela permanência no lugar, justificada também pela proximidade que o lugar tem dos equipamentos de serviços públicos que estão instalados em volta, lhes proporcionando certa comodidade de atendimento e acesso a escolas, bancos, hospitais, clínicas, transportes, mercados públicos, feiras e serviços de urbanismo consolidado. Eles reclamam da baixa avaliação do valor das indenizações ou por considerarem esses ambientes carregados de representatividades históricas de suas famílias, que permanecem em suas memórias e pelo simbolismo, que remetem às suas experiências de vida, relação com os vizinhos e com o lugar. Talvez, essas percepções dos moradores não são levadas em consideração na decisão de desapropriação dessas famílias e que os laços arraigados dos moradores com o lugar desaparecem mediante a força do Estado.

²⁶ Termo usado na engenharia para ambientes que são desapropriados e ficam aguardando intervenções urbanísticas e estruturais. Conforme entrevista realizada com a Engenheira Tatiane Lachi do Prosamim em 2019.

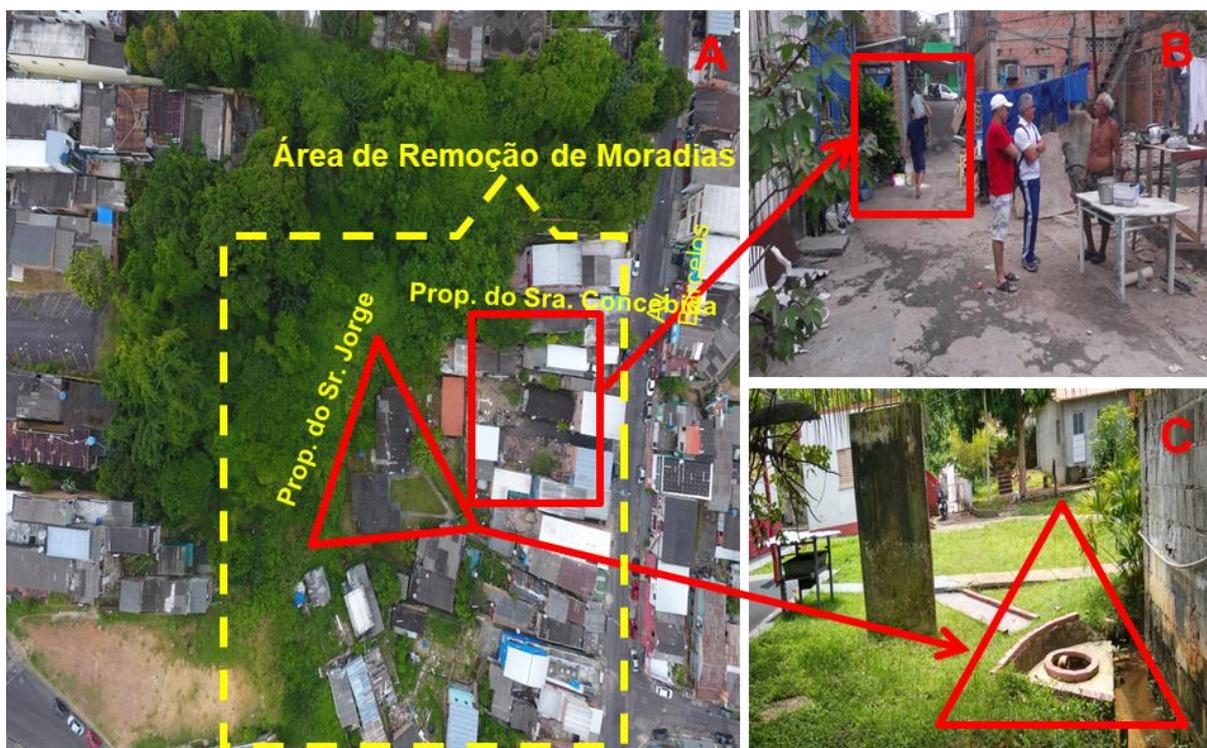
Figura 13 - Localização das Moradias para Remoção pelo Prosamim



Fonte: UGPE, 2019. Organização: Lima (2020).

A área de desapropriação demarcada pelo Prosamim, conforme (figura 14 A), demonstram peculiaridades que não são encontradas em outras partes do espaço urbano de Manaus. Compara-se a uma comunidade cercada pela vegetação e fornecimento de água pelas nascentes e a convivência dos vizinhos que se relacionam no cotidiano por serem na maioria moradores nascidos no local, o que os torna resistente a se distanciarem desse ambiente para locais que não refletem seu modo de vida.

Figura 14 - Área das Nascentes e Moradias Identificadas para Remoção



Autor: Gabriel Lima (2016) e Lima (2020). Organização: Lima (2020).

A água das nascentes é utilizada pelos moradores da vizinhança para beber e no uso de afazeres diários, para tanto, carregam em garrafas de 20 litros e de dois litros para suas casas, a água é retirada da nascente de propriedade da Sra. Concebida (Figura 14B), cenas que nos remetem aos “aguadeiros” já destacados neste estudo. Na nascente de propriedade do Sr. Jorge (figura 14C), a área atualmente aterrada e gramada funcionava como um ponto de encontro para banhistas do local. A referida área foi aterrada e canalizada para um local (identificado em vermelho na figura 14C), após a morte por afogamento de um neto do proprietário. No aterro foram utilizados alguns dormentes do bonde de Manaus, visto que, o proprietário era mecânico desses bondes, o desaterro deste ambiente

seria um grande achado antropológico daquele período, mesmo entendendo que na atualidade do dinamismo das metrópoles esses eventos em espaços urbanos são raros, igualmente a preservação dos igarapés que estão tornando-se distantes da população e da realidade social pela forma de modelos de cidade escolhidos.

Partindo das nascentes o igarapé segue por uma passagem subterrânea, e, cortando a Avenida Nhamundá, ressurge a partir de uma tubulação de esgoto continuando seu percurso sobre as áreas das cacimbas das lavadeiras (figura 15), suprimido entre as Avenidas Barcelos e Nhamundá, até a bifurcação entre a Avenida Nhamundá e Rua Afonso Pena. Neste trecho, o igarapé segue seu curso a céu aberto. É nessa área que se identificou a possibilidade de uma possível renaturalização²⁷ do igarapé de forma que valorizasse as nascentes, cacimbas e lavadeiras. Outra área passível de renaturalização seria à jusante nos parques construídos pelo Prosamim.

Dessa forma, possibilitando uma integração social e resgate histórico do patrimônio ambiental e Identitário de parte da cidade. Tornando-se um lugar de relevância da memória geográfica na paisagem da cidade que se tornou metrópole, sem preservar seus recursos naturais, culturais e Identitários, o que representaria a descontextualização do passado no presente. No sentido contrário, retirou moradores para outros locais distantes do convívio social que havia anteriormente, nos espaços deixados surgiram outras moradias e moradores que não têm a mesma relação com os recursos e com as pessoas mais antigas que vivem no lugar.

Este ambiente tornou-se estranho aos moradores devido à ausência de relação de vizinhança que ocorreu devido à retirada de alguns moradores que conviviam diariamente, deixando os espaços desocupados alvo de ocupações irregulares pela ociosidade e desleixo do Estado com o local.

²⁷ BINDER (1998, p. 27 e 33). A renaturalização de águas correntes pelo processo do “desenvolvimento próprio” (“deixar” em vez de “fazer”) exige a compreensão da dinâmica ambiental da bacia e pessoal técnico experiente, que saiba observar, com paciência, o desenvolvimento do rio e tenha a capacidade de interferir quando necessário (“com mais engenhosidade e menos concreto”). [...] A renaturalização de rios aumenta não só a capacidade de recuperação ecológica, mas também a atratividade de águas correntes para a recreação e o lazer. Todavia e, especialmente em rios maiores, renaturalizado, com boa qualidade de água, a recreação em massa pode gerar conflitos com os interesses de proteção à natureza, como perturbação de locais de nidificação dos animais. Nestes casos, precisa-se compatibilizar interesses, de modo que, a instalação de áreas de lazer juntamente com a conscientização dos visitantes possa evitar prejuízos às biotas sensíveis.

Figura 15 - Área das Cacimbas das Lavadeiras



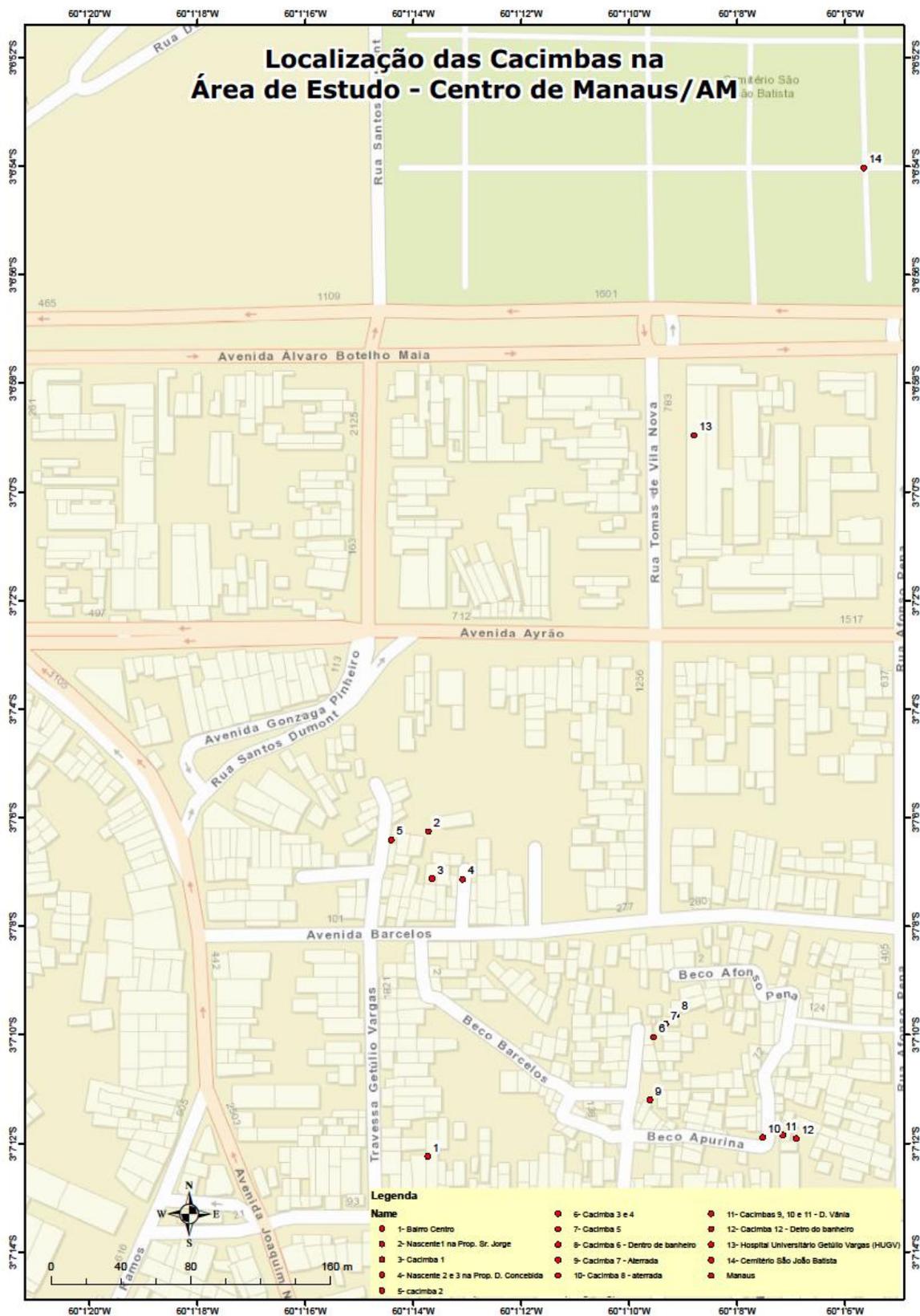
Autoria e Org. Lima (2019). Trabalho de Campo com Drone.

Nesta área, há registro de “24 cacimbas que representava 0,62% do abastecimento de água na área, onde algumas mulheres da segunda geração de lavadeiras obtêm sua renda com a lavagem de roupas” conforme afirma Batista (2013, p. 77), esse local representou possibilidade que as antigas lavadeiras da jusante do igarapé de Manaus encontraram como refúgio dos ataques dos códigos de postura para sobreviver. As cacimbas preservadas, logo, representaram valor ambiental e econômico às famílias e modo de vida. Com a utilização de “Drone” foi possível por meio de registro fotográfico, uma visão panorâmica do contexto da área de estudo e identificação do trecho do igarapé que permanece. Na quantificação dos pontos de cacimbas citados por Batista (2013), foi utilizado o equipamento *Global Positioning System* – GPS para coleta das coordenadas geográficas.

Porém, no trabalho de campo, foram encontradas somente 12 cacimbas conforme (mapa 3), as demais cacimbas ou foram aterradas ou desativadas com a transferência de moradores do local para o Parque Residencial Mestre Chico. Alguns moradores ainda utilizam as cacimbas dentro de banheiros externos para higiene, mas fornecimento de água para toda moradia de dá por meio da instalação

de uma bomba d'água e tubulação. Dessa forma, não precisam do fornecimento da concessionária d'água.

Mapa 3 - Localização das Cacimbas



Autoria: Lima (2021). A partir do mapa de arruamento da metrópole Manaus.

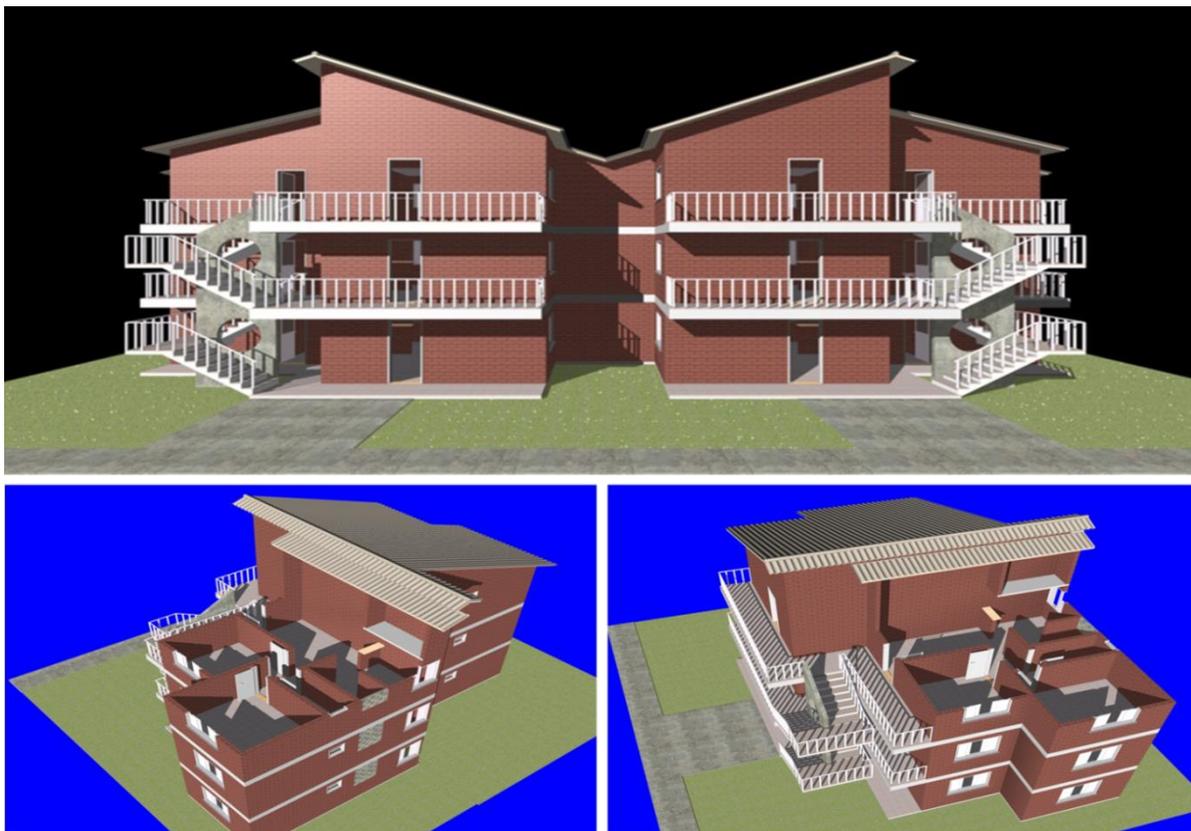
No médio curso, que compreende da Avenida Japurá até a Rua Ipixuna, o igarapé encontra-se completamente aterrado e/ou canalizado. Neste trecho foram construídos vias e prédios de três andares para abrigar as famílias que moravam anteriormente as margens do igarapé em Habitações classificadas como de risco e insalubres para o Estado e “aglomerado subnormais”²⁸ segundo, IBGE (2010). Essas obras ocorreram inicialmente em 2006, com a construção do Parque Residencial Manaus, que foi construído em duas etapas, divididas em forma de quadras com blocos de apartamentos. Baseando-se em Batista (2013, p.191-192), o Conjunto Habitacional Manaus, tem como características os apartamentos em blocos (figura 16), possuem dois quartos, banheiro, cozinha e sala, área de serviços e varanda, medindo 54 m² cada unidade. Eles foram construídos em blocos com 6, 12 e 24 apartamentos em três andares, estão acima da cota de 30 metros sobre solo criado a partir do aterro ou canalização do igarapé para impedir inundações.

A primeira etapa foi inaugurada em 2007 incluíram as quadras I e II com 567 unidades habitacionais, localizadas entre as Avenidas Tarumã e Ramos Ferreira. A segunda etapa foi à construção da quadra III, localizada entre a Avenida Ramos Ferreira e Rua Ipixuna, com 252 unidades, completando um total de 819 unidades habitacionais.

Essa forma de ganhar espaços para construção é conhecida em Manaus em outros momentos, inclusive, segue um padrão aplicados pelos Ingleses desde o final do século XIX. Conforme afirma, Mesquita (2009, p. 226), Eduardo Ribeiro, recebeu orientação do Dr. Henrique Álvares Pereira, o detalhamento do que estava ocorrendo na Europa (Portugal, Alemanha e Inglaterra) em saneamento e higiene pública, que resultou em aterros e canalização em forma de galerias em alguns igarapés do centro histórico de Manaus.

²⁸ IBGE, (Censo, 2010, p. 26-27). O conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico 1991. Possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos como: favela, invasão, grotas, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros. Aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

Figura 16 - Tipologia de Blocos de Apartamentos do Parque Residencial Manaus



Fonte: UGPE (2012). Organização: Lima (2020).

Cada apartamento abriga uma família com até cinco pessoas, entregues aos moradores em 2018, após os dez anos de uso como carência prevista no contrato de financiamento com o BID, podendo o proprietário a partir da posse do título definitivo, promover mudanças e negociação do imóvel.

Esses modelos de habitações foram considerados como exemplo de construção barata e aplicável às camadas de menor poder aquisitivo, mas no dia a dia dos moradores nos blocos de apartamentos (figura 17), há relatos falhas e problemas na construção, nas tubulações, materiais utilizados de baixa qualidade, ausência de área para estender roupas, ausência de isolamento térmico, ruídos e tubulações aparentes. Várias mudanças já foram realizadas pelos moradores: instalação de fiação para internet, tv a cabo e ar-condicionado, forro no telhado, colocação de insulfilm nos vidros das janelas e telas.

Figura 17 - Parque Residencial Manaus



Fonte: Trabalho de Campo. Autoria: Lima (2016).

Na (figura 17), tirada a partir da Ponte Leonardo Malcher, na Avenida Leonardo Malcher em um dos trabalhos de campo sobre o Parque Residencial Manaus, observa-se a forma de construção em tijolos aparentes, sem reboco e ausência de privacidade entre um bloco de apartamentos. Mas para além dessa observação, o asfalto marca o canal do igarapé Manaus que foi aterrado transformado em avenida, simbolizando a intenção urbanística do Prosamim I e contrapondo-se a um dos pilares do projeto “preservação do patrimônio ambiental de Manaus” o motivo da sua criação.

No baixo curso, o igarapé reaparece novamente a céu aberto, porém, apresenta-se com suas margens aterradas para construção da sede do Prosamim (UGPE sobre o igarapé Bittencourt), Parque urbano Des. Paulo Jacob, com 40.357,27m², Parque Senador Jefferson Péres, com 52.000m² (idealizado a partir do aterro dos igarapés Manaus e Bittencourt) e Vias do entorno (UGPE, 2012). A existência de duas pontes Romana I e Romana II, que representou um elo a expansão da cidade para Leste e a integração do centro com os arrabaldes em 1896, atualmente separa os parques e os frequentadores seletivamente, não somente pela classe social, mas também pelos tipos de acessos, equipamentos construídos em cada parque e os modelos de urbanísticos empregados distintamente neles.

No parque Des. Paulo Jacob, construiu-se quadras de areia, lanchonetes e margens concretadas para caminhada, não há arborização, o parque é usado principalmente pelos moradores do entorno na prática de lazer. O parque tem uma aparência de desleixo estrutural e arquitetônico na construção e abandono pela ausência de manutenção e baixo uso de visitantes, que preferem as lanchonetes localizadas nas bordas do parque. Já no Parque Senador Jefferson Péres, construiu-se dentro de gradil com acesso ao Palácio Rio Negro, portal e exposição de rochas, chafariz, estacionamento, equipamentos infantis, sinalização explicativa dos monumentos, segurança e regras de uso, atendendo principalmente aos turistas, cenários para álbuns de casamento e com horário de funcionamento. O parque apresenta constantes serviços de limpeza e conservação, segurança armada e câmeras de segurança, passando uma sensação de que as pessoas podem frequentar que estão protegidas. Mas possui forte odor, o mau cheiro que emana das águas fétidas do igarapé, que não recebeu o tratamento e a recuperação ambiental prometida pelo Projeto Prosamim.

A situação neste trecho no início das intervenções pelo Prosamim eram as de melhores capacidades de recuperação e renaturalização, por apresentarem volume hídrico elevado, curso natural e existência de fauna e flora identificadas no EIA/RIMA. Porém, o Prosamim tomou a decisão de aterrar juntamente com o igarapé Bittencourt. O projeto não teve essa percepção de renaturalização ao construir o Parque Residencial Manaus, que se estende por todo médio curso, o que também ficou demonstrado quanto ao baixo curso. Portanto não se vislumbrou a recuperação do igarapé para a possibilidade contribuição ambiental, social e identitária para os moradores local e o turismo sustentável para os visitantes. Nesse sentido

Nesse sentido a perda dos recursos ambientais e Identitário são perceptíveis ao analisar o contexto ao longo das intervenções desenvolvidas nessa área, a (figura 18) apresentava a forma do lugar, onde é possível perceber o volume d'água que penetrava nestes igarapés e seu alcance territorial sobre o espaço urbano. Ao comparar a imagem e a planta de Alfredo da Matta de 1915, têm-se a noção do percurso que as águas dos igarapés percorriam neste espaço, principalmente no período da subida das águas do rio Negro. Também há um marco comparativo possibilitando dimensionar o volume d'água a partir das pontes e os espaços deixados para o escoamento da água.

Figura 18 - Igarapés Manaus e Bittencourt



Fonte: Pontes Romanas: Duarte (2009, p. 94); Planta de Manaus: Matta (1915, anexo 3).
Organização: Lima (2020).

O igarapé de Manaus sofreu muitas transformações, novas formas espaciais se impondo em detrimento das antigas, que eram consideradas como sinônimo de atraso pelos administradores públicos que por muito tempo serviram de refúgio de lazer para as famílias manauaras.

Oliveira descreve a Manaus sendo moldada por objetos artificiais, ocorridos entre os séculos XIX, onde “sua forma foi estruturada pelo conjunto de sistemas naturais, igarapés, áreas alagadas e margem do rio Negro” Oliveira (2008, p. 34). Porém, o autor destaca que a partir do século XX, essas características foram “superada por aterramento e construção de pontes”, seguiu-se um padrão urbanístico homogeneizante constituído artificialmente para dar forma à cidade, que nesse processo carregado de “simbolismo e de imaginação” uma influência que fariam desaparecer do espaço urbano as forma “espaciais pretéritas”, o que restaria desse processo seriam lembranças no “imaginário coletivo” o que, de fato, se ver hoje no espaço delimitado para investigação por esta pesquisa.

Nesse sentido, o Prosamim por meio de suas intervenções transforma o contexto geográfico, histórico e identitário criando novas formas para o lugar, utilizando-se dos aparatos jurídicos, necessidade de moradia e saúde para implementar aterros, literalmente do passado, em nome da modernização deixando marcas significativas de mudanças na paisagem. Conforme o ocorrido no médio e

baixo curso do igarapé Manaus, que pode servir de exemplo para os demais, que não são entendidos pelos interventores como um recurso natural de pertencimento a sociedade e a cultura amazônica.

O indicativo de perdas dos recursos naturais, que se intensificam no processo de intervenção do Prosamim, torna-se perceptível ao comparar as mudanças a partir de registros fotográficos. O recurso hídrico na foz do Igarapé Manaus e Bittencourt fez parte da paisagem e era utilizado pelos moradores para acesso ao Rio Negro e outras atividades já discutidas nesta pesquisa.

A perda da função do igarapé torna-se visível com o avanço das moradias que ocuparam suas margens. Mas ainda é possível notar a resistência dos igarapés Manaus e Bittencourt na área delimitada em amarelo (figura 19), nota-se na figura a obstrução do acesso de embarcações entre o igarapé e o Rio Negro com a construção Avenida Lourenço da Silva Braga sobre a foz dos igarapés. Nesse sentido, perdeu-se também, a possibilidade de criação de uma área de preservação no centro histórico, que pudesse atender as necessidades do turismo, transportes, lazer e contribuição na redução da sensação térmica da temperatura integradas aos principais recursos amazônicos: a água e a floresta.

Figura 19 - Igarapé de Manaus Substituído pelo Parque Jefferson Peres



Fonte: Chico Batata, 2010. Organização: Lima (2020).

Mas, nos projetos subsequentes não prevaleceu tal noção, seguiram os conceitos anteriores, tendo como características o urbanismo do aterro, canalização e do concreto como forma de superar os igarapés urbanos (figura 20). Os canais hídricos foram reduzidos a filetes d'água, suas margens aterradas para possibilitar a criação dos parques e moradias (médio curso) que decretaram dessa forma a morte dos igarapés Manaus e Bittencourt, assim como outros que sofrem esse tipo de intervenção.

Figura 20 - Aterro dos Igarapés Manaus e Bittencourt



Fonte: Duarte (2009).

Esta forma de entendimento tem prevalecido e representa a persistência em tornar Manaus em uma metrópole aos moldes importados de conceitos superados. Seguindo, assim, na contramão dos países que buscam melhor convivência e qualidade de vida por meio da preservação dos recursos naturais ou estabelecendo práticas de recuperação de áreas degradadas ou impactadas. Eles aplicam novas tecnologias e engenharias que tornem os ambientes mais harmônicos entre o homem e a natureza.

Dessa forma alguns países passaram a recuperar rios e canais, que por muito tempo serviram de receptores de dejetos dos esgotos, o que reforça a necessidade de atualização ou revisão dos conceitos e tecnologias empregados nos projetos de infraestrutura urbanística em Manaus.

Outros países já tiveram resultados positivos com a recuperação de seus rios (quadro 5), por isso, o bem-estar social é relevantes. Segundo Haydée (2014), Um dos rios, o Tejo, nasce na Espanha onde banha quatro cidades, ao longo de seu 1.107 km passa por quinze em Portugal até o Oceano Atlântico, atingindo 3,6 milhões de habitantes. Em sua recuperação foram gastos oitocentos milhões de euros e, segundo Haydée (2014) “envolveu a construção de infraestrutura de saneamento de águas residuais e renovação de condutas de abastecimento de água. Hoje, até golfinhos voltaram a saltar nas águas do rio europeu.” Na Amazônia as intervenções seriam de preservação do recurso naturais em áreas rurais e recuperação de áreas naturais em espaços urbanos.

Quadro 5 - Rios e Canais Renaturalizado

RIOS RECUPERADOS				
Rio	Cidade/País	Período	Dimensão	Investimentos
Sena	Paris/França	1960-2024	776 Km	
Tamisa	Londres/ Reino Unido	1964-1984	350 km	200 milhões de libras
Tejo	Lisboa/Portugal	2000-2012	1.107 Km	800 milhões de euros
Cheonggyecheon	Seul/Coreia do Sul	2003	5,8 km	370 milhões de dólares
Han	Seul/Coreia do Sul	1998	514 km	
Reno	Alpes Suíços + 6 Países	1987	1.300 Km	15 Bilhões de dólares
Cuyahoga	Cliveland/U.S.A	1970-1972	160 Km	3,5 Bilhões de dólares
Canais de Copenhagen	Dinamarca	1991-2025		

Fonte: Haydée (2014). Organização: Lima (2020).

A divisão do igarapé Manaus, possibilitou entender as práticas do Prosamim desenvolvidas no alto curso, médio e baixo cursos, concernentes às respostas ambientais, habitacional e qualidade da água, que foram prioridades nas propostas para implantação do projeto. Nesse sentido, se especializaram de forma desconectadas umas das outras para melhor análise, porém, os impactos em qualquer um dos cursos interferem ao longo do igarapé de Manaus como um todo.

Enquanto se priorizou os trabalhos no médio e o baixo curso, o alto curso ficou esquecido por quatorze anos, visto que, não se concretizou o projeto que foi definido para o local até a finalização desta pesquisa. Quanto aos demais, no médio curso, a primeira etapa de apartamentos foi entregue em 2007 e no baixo curso os parques em 2009 e 2010.

As prioridades para esses locais tendem a transformar o espaço em mercadoria e, como tal, fora do alcance das classes mais pobres, que se viram obrigadas a negociar os apartamentos por não poderem pagar as tarifas de água e

taxa de esgoto, energia elétrica e taxa de iluminação pública. A parte contemplada com os projetos se valorizou economicamente, enquanto a área das nascentes e cacimbas foi literalmente “congelada”, desapropriaram alguns moradores e transferiram para o Parque Residencial Mestre Chico. No lugar das casas retiradas foram erguidas novas moradias devido à morosidade e não prosseguimento às obras planejadas para o local.

Analisando as estruturas construídas pelo Prosamim é possível identificar que preocupação principal foi com a estética paisagística dos parques residenciais, priorizando os impactos de uma visão de fora para dentro, por outro lado, a vivência dos que moram nos apartamentos, não relatam a mesma sensação de dentro para fora. Os moradores em seus relatos reclamam de rachaduras nas paredes, falta de forro no teto dos apartamentos do terceiro andar entregues com telhas e armação aparentes, reclamam da cobrança de taxas de esgoto e iluminação pública.

Um dos moradores relata que seu maior desconforto no parque são as altas contas das concessionárias de água e energia, – “não consigo ficar dentro do apartamento sem ar-condicionado ligado, falta ventilação. Meu maior descontentamento é que antes eu era feliz mesmo morando às margens do igarapé, eles não vinham cortar minha água ou energia, porque sabiam que não tínhamos condições de pagar, aqui, esses serviços deveriam ser taxados, porque continuamos sem recursos”, disse JC em entrevista realizada em 10 de junho de 2020. Um dos fatores, conforto térmico foi amplamente discutido no estudo realizado por Batista (2013, p.217), demonstrado por meio da tabela 1.

Tabela 1 - Conforto Térmico dos Apartamentos do Prosamim

PARQUE RESIDENCIAL DE MANAUS - CONFORTO TÉRMICO					
PERÍODO	APARTAMENTO	MÍNIMA °C	UMIDADE	MÁXIMA °C	UMIDADE
24/FEV 03/MAR	SOL NASCENTE	23,0	10%	30,9	99%
	SOL POENTE	27,1	65%	31,1	99%

Fonte: Batista (2013, p. 217).

Segundo Batista (2013, p. 216), a tabela revelou as diferenças entre temperaturas e a umidades dentro de um apartamento com a incidência do “sol

nascente e sol poente” sobre os apartamentos construídos pelo Prosamim. Segundo a autora, as medições ocorreram “durante uma semana, entre os dias 24 de fevereiro a 3 de março de 2013, período de inverno amazônico caracterizado por elevado índice pluviométrico e baixas temperaturas”. As coletas de dados das mínimas se deram com ar-condicionado ligado, Já as máximas com ar-condicionado desligado.

Portanto, os modelos espacializados sobre o leito do igarapé, que são determinados pela opção de moradias pelo Prosamim, contribuem como objetos de impactos no conforto térmico. No entanto, afetaram o meio social e visual em busca da aprovação da sociedade manauara, que por sua vez, encuca as ideias dos processos estruturais entregues aos moradores, fortalecendo uma narrativa de modernização estrutural e cultural para metropolização do espaço, que nem sempre se reflete na realidade vivida por moradores dessas áreas ou da convivência nesses ambientes reproduzidos como conceito de moderno. Porém, representa o reflexo de visões artificiais em detrimento das peculiaridades de Manaus. Assim:

Somos submissos em Manaus da pior forma, copiamos o que foi feito de ruim em outras cidades e com um atraso enorme. Quando as soluções já foram até abandonadas em detrimento de outras mais adequadas à cidadania, aí nós copiamos o “modelo” de urbanização, o projeto de cidade. (VALLE, 2013, p. 217).

Nesse sentido, as perdas ambientais a partir do aterro e canalização dos igarapés, a perda identitária com aterro das nascentes, cacimbas, transferência das lavadeiras para apartamentos, a historicidade dos registros de pertencimento ao lugar, as transformações espaciais do igarapé em parques exógenos, não são levadas em consideração pelos gestores e os que tecem opiniões sobre os objetos arquitetônicos e paisagísticos desses ambientes, considerando-os qualidade de vida para quem vivia às margens dos igarapés, concepção que é utilizada pelo Estado como mecanismos para justificar suas ações e ideias. A sociedade de certa forma contribui com as modificações quando não participa ou não percebe nas audiências públicas as interferências no cotidiano de cada lugar e validando esses projetos.

Outro caminho no qual atua o Estado é a decretação da lei de Área de Especial Interesse Social - AEIS²⁹ que influenciou diretamente na obtenção e

²⁹ Lei nº 1837/2014 - Parágrafo Único - As AEIS são porções do território que devem, prioritariamente, assegurar moradia digna para a população de baixa renda, por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como

intervenção do Estado sobre o parcelamento do solo e no seu bojo as margens dos igarapés. Geralmente são áreas de menor poder econômico, pouca resistência e degradação do ambiente, portanto, menor gasto nas indenizações, aceitação da sociedade externa e poder de impactar com construção de estruturas de moradias, ruas e parques, conforme o Prosamim tem realizado em Manaus.

Conforme afirmam Batista e Ribeiro (2014, p. 26), enquanto permanecer transferência do “ônus da produção desigual dos benefícios” apenas para os mais pobres “seja pela cidade ou por intervenções como a do Prosamim, os efeitos sobre o ambiente natural não cessarão e não se alcançará justiça social em ambientes urbanos”. Tal ônus se apresenta sobre os moradores pela ausência de ocupação profissional fixa, o que os limitam a renda de pequenos “bicos” como vendas, motivo para que adaptem os apartamentos em pequenos comércios, oficinas e salões de beleza como forma de renda para pagamento das despesas.

Dessa forma, o modelo adotado pelo Prosamim como melhorias habitacionais para os moradores dos Igarapés Manaus, não contempla a realidade econômica a que foram submetidos, diferentes da que cada um vivia anteriormente, não melhoraram com a ida para os apartamentos do Prosamim. Destaca-se a melhoria no equipamento habitacional, apesar do aterro dos igarapés, nem sempre os moradores podem honrar os compromissos com as concessionárias de serviços essenciais e públicos, o que os leva a vender os apartamentos e procurar outra forma de morar, que esteja dentro de suas condições de pagamento. Ao analisar as formas de moradia em Manaus Oliveira e Costa, caracterizam os fatores que devem ser observados na reprodução do espaço urbano em áreas de igarapés. Que:

Por isso, antes de considerar as áreas de igarapés, invasões e favelas como subnormais, como aberração na paisagem da cidade, é preciso compreendê-las como parte da lógica de produção da socioespacialidade urbana numa sociedade desigual, onde morar na cidade pressupõe ter possibilidade de pagar por isso. Todavia a produção da habitação não pode ser reduzida apenas à localização ou às relações sociais de posse. Ela representa uma multiplicidade de fatores sociais, culturais e econômicos. A moradia é sem dúvida uma localização física, mas é ao mesmo tempo uma expressão psicossocial, sendo produto e condição da sociedade e da sua produção e reprodução. (OLIVEIRA e COSTA, 2007, p.4).

Ademais, os autores destacam que o estudo das formas de habitação são caminhos para percepção de problemas socioespaciais de desigualdades, que

a provisão de novas habitações de interesse social, dotadas de boa oferta de serviços, equipamentos públicos e infraestrutura urbana.

revelam várias divisões e padrões sociais, até mesmo dentro de um mesmo bairro. Tais estudos também apontam que a resolução dos problemas habitacionais em Manaus deveria pressupor “ação do Estado nos três níveis de governo”, com projetos que vislumbassem a diminuição das desigualdades por meio do “crescimento da economia, da distribuição de renda, de política habitacional para a população da baixa renda e de criar condições para implementar a reforma urbana” Oliveira e Costa (2007). Os autores destacam que a reprodução da cidade no que se refere à moradia se “configura uma teia de relações sociais, conjuntos de interesses [...] com hierarquicamente estruturadas”, todavia, há dificuldade de perceber essas relações e interesses na sociedade civil, justificando o amplo domínio do Estado nas ações e escolha dos modelos habitacionais.

Baseando-se nos autores e em comprovadas pesquisas de campo é possível identificar que as demandas citadas continuam atuais, espraiando em problemas de desigualdades sociais, saneamento básico, saúde e degradação ambiental que continuam sem soluções. Soluções previstas nos objetivos do Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés de Manaus, mas que se mostrou insuficiente, tanto na recuperação dos igarapés, quanto nas soluções sustentáveis socioespaciais do espaço urbano de Manaus.

6.2 As Lavadeiras de Manaus: dos Igarapés às Cacimbas

Os projetos de modernização que tornaram Manaus uma metrópole, não mantiveram os ambientes que foram importantes para esse avanço na história, no tempo e no espaço. Algumas atividades foram substituídas, desapareceram completamente ou resistiram aos eventos extremos do progresso e modernização, praticando suas atividades até a contemporaneidade. As lavadeiras são exemplo que protagonizaram a realidade em que a população daquele período se comportava mediante as necessidades e atividades rotineiras nos igarapés, como lavar roupas, louças, tomar banho, pescar e até mesmo, reunir-se para cantar e conversar às margens dos igarapés.

Foram extremamente importantes também, para a manutenção do *status* social da classe rica local, que não se ocupava de afazeres como os das lavadeiras. Dessa forma, comprovando a atuação das lavadeiras desde os primórdios, em grande parte “constituídas de pinhas de escravas e de mamalucas, [...] eliminada a escravidão, homens também viriam a exercer a profissão” Monteiro (1994, p. 135),

em todo espaço urbano e onde houvesse necessidades de sua atividade. As comadres, assim eram chamadas as lavadeiras, tiveram vários registros dos viajantes, como em 1865, por Luís e Elizabeth Agassiz, quando percorreram várias cidades do Amazonas. Sobre Manaus, descreveram:

Não se percorre qualquer ponto das cercanias da cidade, em qualquer direção, que não se observe um traço característico dos habitantes da terra e de seus costumes. Esta manhã, por volta das sete horas, dei o meu passeio habitual pela floresta vizinha de nossa casa, à beira de um igarapé, teatro habitual de quase todas as cenas da vida exterior da cidade. Aí se reúnem os pescadores, as lavadeiras, os banhistas, os homens que pegam tartarugas. (AGASSIZ, 1865, p. 274).

Monteiro (1977; 1994), dedicou-se a escrever sobre algumas dessas atividades que existiam e desapareceram em Manaus. Nesta pesquisa já abordamos algumas delas (aguadeiro, catraieiro, regatão, seringueiro), que trabalharam duramente para manter-se durante uma fase de desenvolvimento da cidade. Mas, trataremos especificamente dos caminhos e descaminhos das lavadeiras, abordando também outros sujeitos que compunham as relações subalternas, que foram determinados ora por suas condições sociais, depois por determinações políticas e geográficas, o que as empurrou para alguns igarapés para em seguida algumas traçarem uma rota em direção a montante do igarapé de Manaus. É nesse lugar estratégico que encontramos uma parte residual da segunda geração de lavadeiras, este ambiente foi escolhido como refúgio mediante pressão social, política e especulativa.

As determinações políticas partiam dos códigos de postura que visavam à preservação de alguns cursos d'água para abastecimento das moradias, em detrimento de outros que eram aterrados para construção de ruas, praças e prédio públicos. Já a pressão social, se dava por parte dos comportamentos das famílias que se viviam como se fossem europeias, mesmo estando nos trópicos, este período foi descrito por Jefferson Peres (1984), já abordado nesta pesquisa. Quanto às determinações geográficas, refletidas principalmente nos espaços ocupados pelas lavadeiras e lugares determinados politicamente pelos códigos de posturas, eram de difícil acesso, situados às margens dos igarapés com expressiva vegetação e volume excessivo d'água. Estes lugares tornaram-se atrativos para o crescimento da cidade e constantemente as lavadeiras eram removidas para outros lugares, mais afastados do centro, sofriam com a especulação imobiliária.

Elas estão atualmente em processo de desapropriação pelo projeto Prosamim, que pretende transferi-las para outras áreas juntamente com os moradores das nascentes, por ocasião de intervenções para construção de um projeto chamado “Praça das Nascentes”. Mas uma vez, lutam pela sobrevivência em meio à ausência de reconhecimento histórico e identitário dos gestores territoriais, são herdeiros e guardiões de um local tradicional que não existiria sem seus esforços para preservação e uso dos recursos hídricos ali disponíveis em forma de nascentes e cacimbas e agora serão novamente retiradas em nome do interesse social da terra. Travou-se, todavia, uma disputa por espaço e reconhecimento ao longo da história dos sujeitos urbanos, os quais carregam as marcas da cultura e técnicas de lavar e engomar roupas na cidade de Manaós.

Não se trata de uma visão melancólica ou saudosismo investigar a cultura e os modos de vida estabelecidos a partir destes ambientes e suas relações, mas sim a preocupação de preservar um pedaço do passado da cidade e o registro de uma parte da realidade vivida e contada poucas vezes, que boa parte dos habitantes da metrópole talvez não saiba de sua origem e existência. É um relato que não desperta a atenção atualmente, como tantos outros que não foram escritos ou caíram no esquecimento da sociedade contemporânea. São relatos e fatos históricos de uma cidade que se modernizou segregando os sujeitos por serem classificadas como sinônimos de atraso e oposição à modernidade.

Mesmo com tantos ataques, as lavadeiras não passaram despercebidas em Manaus, tiveram sua importância no seu tempo, que juntamente aos igarapés e os aguadeiros, foram desaparecendo pelas decisões urbanísticas que foram implantadas para a transformação do espaço urbano, pelas técnicas de engenharias aplicadas ou pelas relações sociais abraçadas pela sociedade dominante, que concomitantemente resultavam nas permanências ou não das atividades em determinados espaços geográfico nos quais tinham interesses.

Assim, “o aguadeiro de carroça desapareceu aos poucos da história e da economia amazonense, quando teve início o serviço de abastecimento de água encanada” Monteiro (1977, p. 45). Sofreram com o Código de Posturas aprovado pela Assembleia Provincial do Amazonas em 1874, que determinou: “Art. 39, fica proibido tirar-se agoa para vender-se á população, no igarapé do aterro, e ali lavar-

se animaes, sob pena da multa de 5\$000 ou dois dias de prisão”³⁰. Os aguadeiros, contudo, permaneceram por algum tempo praticando o abastecimento d’água aos moradores devido às falhas na distribuição pública de água pela cidade, que ocorrem até os dias atuais. Eles, apesar de toda resistência, não resistiram ao avanço da população mais carente sobre seus locais de coletas d’água e a contaminação dos igarapés, favorecidos pelo descaso do poder público.

Os referidos códigos de posturas também se estendiam às lavadeiras, que ocupavam os mesmos lugares das coletas d’água dos aguadeiros para lavar roupas e dependiam econômica e exclusivamente dos igarapés para exercício de suas funções; porém, não ocorreu da mesma forma e nem pelo mesmo motivo. Os aguadeiros se ocupavam da coleta da água dos igarapés para vender às famílias, prática que foi interrompida, conforme Mesquita (2009, p. 218-219), a distribuição da água encanada iniciada pelo Governado Eduardo Ribeiro em 1893, e continuada pelo Governador Fileto Pires Ferreira, foram construídos os reservatórios do Mocó e castelhana, em 1898 foram colocados os primeiros hidrômetros. Ambos os reservatórios, foram construídos a montante dos igarapés de Manaus e Castelhana, deu-se, então, o desaparecimento dos aguadeiros, mas a resistência das lavadeiras permaneceu, inclusive com protestos contra as leis que as proibiam de exercer a profissão. Assim:

Quando seria possível a mulher libertar-se um pouco das convenções sociais. Então elas tomariam a si o direito de sair à rua nos ranchos carnavalescos, nos grupos folclóricos, gauderindo no muito celebrado CORDÃO DAS LAVADEIRAS, da década de novecentos. Esta razão maior da reprodução aqui da súmula apresentada na primeira edição deste livro. (MONTEIRO, 1994, p. 135).

O advento da distribuição da água encanada nas casas fez com que algumas lavadeiras fossem trabalhar internamente nas casas das famílias, mas, outras permaneceram prestando os seus serviços em suas próprias casas ou à beira dos igarapés ou cacimbas, distantes dos olhos do Estado, como foi o caso das que se estabeleceram primeiramente à jusante do igarapé de Manaus e foram empurradas para montante, ali se estabeleceram para fornecer seus trabalhos. Elas atendiam tanto aos trabalhadores do comércio central como os comerciantes. Lavavam, passavam e engomavam para fora e para muita gente. O que contribuiu

³⁰ Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas (21 de Abril de 1874). Manáos, impresso na typographia do – Commercio do Amasonas – de Gregorio J. de Moraes. Manáos, 1875. Acervo Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

significativamente para a derrocada das lavadeiras não foi à demanda por serviços, mas sim, os constantes ataques dos códigos de posturas, que as acusavam de poluir os cursos d'água, em época de crescentes casos de epidemias de febre palustre e varíola, que ocorriam por falta de tratamento adequado das águas e saneamento dos cursos d'água que cortavam todo perímetro urbano.

Os códigos de posturas de 1848 se ocupavam em acusar as lavadeiras de poluir os igarapés e disseminar doenças, tinham a pretensão de proibir as atividades:

Art. 70 - Somente em distância de três braças de circunferência dos poços públicos, ou fontes se poderá lavar roupa, ou ter depósito de objetos que tornam imunda, e infecta a água, sob pena de incorrer o infrator na multa de dois mil réis, ou um dia de prisão.

Art. 71 - A pessoa que se lavar dentro das fontes, chafarizes, ou poços públicos, ou nos mesmos lançar imundices incorrerá na multa de dez mil réis, ou quatro dias de prisão em qualquer dos casos. (SAMPAIO, 2016, p. 27).

As proibições não se limitavam apenas à lavagem de roupas, mas a todo processo que as lavadeiras desenvolviam há muito tempo nos cursos d'água, destacado em outro trecho do código de posturas de nº 49/1896. As proibições se estendiam para os passeios públicos das moradias, alcançando até mesmo outras atividades que tinham vínculos com as lavadeiras, na verdade foram proibições aos trabalhadores que se utilizavam dos recursos que havia nos igarapés. Os códigos determinavam:

Art. 124 – É proibido nas ruas públicas partir lenha, cozinhar, estender couros ou peixes, lavar e corar roupa, ferrar animais; sob pena de multa de 30\$0000 réis, ou dois dias de prisão.

Art. 125 – É proibido estender roupa nas janelas, bater ou limpar tapetes ou roupas na rua pública, das 6 horas da manhã às 12 da noite. Ao infrator 20\$000 Réis de multa ou 1 dia de prisão. (SAMPAIO, 2016, p. 131, 132).

As proibições tiveram influência direta sobre as lavadeiras, pois elas passavam o dia na lida com as roupas, nesse processo ferviam as roupas para tirar as impurezas, e, no mesmo local também se alimentavam preparando comida com utilização da lenha. Por esse motivo algumas lavadeiras se deslocavam para locais mais distantes do centro a fim de se livrar das pesadas multas ou de prisões.

Outros fatores do deslocamento com base nos códigos de posturas foram o crescimento populacional, o fornecimento de água encanada e a vinculação de doenças por vetor hídrico, fatores que contribuíram para as constantes acusações das lavadeiras na poluição dos igarapés. Comportamentos inadequados e promover

discórdia entre as famílias, também eram usados contra as comadres pela sociedade que se comportava como puritana. As acusações partiam devido às conversas que as lavadeiras realizavam durante lavagem das roupas, trocavam informações e contavam os segredos dos patrões e das famílias, que não eram nada puritanos.

Esses ambientes serviam também como momento de descontração e cantoria entre elas, como se fosse um cerimonial da plebe, uma espécie de resposta pelas acusações sofridas. Monteiro descreve o ambiente em que viviam as lavadeiras, de onde é possível se ter noção de como viviam e suas relações com os sujeitos que frequentavam o mesmo lugar para outros afazeres. Dessa forma:

Posto não constituísse nenhum empeco à evolução sócio-política da província, a sociedade anônima resultava na verdade um dos mais terríveis veículos da bisbilhotice e das enfermidades. Todos os segredos dos lares eram ali glosados animadamente. Todas as doenças que vitimam o ser humano eram transmitidas pela água conspurcada. Batendo e esfregando, esfregado e batendo, à barrela ou no estendedouro, ao som de solfas dolentes ou de rompantes gargalhadas, iam esvendando segredos, episódios íntimos ou quiçá picarescos, e assim entretinham as horas em alegre companhia. Enquanto isso, os escravos, ancoretas à cabeça, ou ao ombro, iam e vinham transportando água, ou acompanhavam o diapasão chocarreiro, esfregando ou decoado as roupas dos amos. Pelos barreiros e touças os molecotes esturdiavam trêfego. (MONTEIRO, 1994, p. 135-136).

A reflexão torna-se necessária para dimensionar a perda de uma atividade e várias formas de comportamentos sociais que se desenvolviam naquele espaço e que, atualmente, não são possíveis, porque os igarapés não existem mais ou porque não se preservou a identidade cultural daquela sociedade para posterioridade. Porém, se a sociedade não valoriza com a devida importância o passado, é porque na contemporaneidade, foi cercada de estruturas que não os permitem, nem ao menos, o romantismo ou comparação com sentimentos pretéritos, visto que, até mesmo os nomes das antigas ruas, praças e monumentos foram substituídos. A toponímia das vias identificaria um elo histórico entre o passado e o presente, mas fez parte de um passado que se pretendia esquecer.

No presente o que predomina na paisagem, são arquiteturas que simbolizam apenas um lado do que foi vivido, o que não possibilita reflexões sobre o que éramos o que somos e o que poderíamos ter sido. Há valorização nos projetos estruturais e urbanísticos desenvolvidos em busca de arquitetura que não pertenceu à sociedade manauara, como: as características fundamentais da cidade, suas peculiaridades geográficas, identidades, recursos hídricos, as pessoas e sua cultura.

Tudo isso inseriu um pensamento de esquecimento do processo histórico, arquitetado minuciosamente para retirar da memória o que era estranho ao conceito dos construtores de um novo espaço urbano e negando suas peculiaridades. Manaus tornou-se uma sonhada cidade moldada falsamente por símbolos exógenos, na configuração do espaço urbano, que leva à negação do passado. Assim:

Construímos socialmente uma espécie de sentimento de perda, de angústia que nos paralisa como sociedade e que tem um efeito muito curioso e danoso. Esquecemos o passado quando ele não se enquadra em nossas demandas simbólicas e, no entanto, ao invés desse mesmo passado ser lembrado para não ser esquecido como um exemplo que não devemos fazer, nem repetir, repetimos o passado sem pensar no presente e sem imaginar o futuro. (VALLE, 2013, p. 41).

Se a memória nos trai, é possível fazer um resgate dos acontecimentos em livros, estudos ou relatos dos moradores que possam trazer momentos de uma Manaus que muitos da atualidade não conheceram. Que segundo Valle (2013, p. 41), há dependência ao exógeno, do qual não somos cúmplices, havendo assim o ofuscamento do protagonismo local. “Copiamos fórmulas mágicas e salvadoras de regras e processos econômicos”, assim ocorreu em Manaus, promovendo uma descaracterização urbanística e cultural em virtude da aceitação em um mundo globalizado, globalizante e excludente. O efeito da exclusão promovido pela perseguição do discurso da modernidade se refletiu principalmente nas camadas mais pobres da sociedade manauara, que passaram a ocupar os espaços de menores condições urbanísticas para dar lugar a influências e conceitos de modernidade estrangeiras. O que ocasionou uma ocupação de ambientes nem sempre salubres, mas era o que lhes restavam no momento. Assim:

A expansão ocorreu nos sentidos norte, leste e oeste da cidade. O bairro Cachoeirinha foi criado para os mais pobres. As várzeas dos igarapés do Bitencourt e de Manaus, bem como o Mestre Chico, foram ocupadas e durante muito décadas foram a possibilidade de morar e lutar pelo direito à cidade dos segmentos subalternos. As moradias de taipa, de madeira ou cobertas de palha foram proibidas na área central, que agora tinha formas específicas de produção do espaço. Ao mesmo tempo em que os pobres iam sendo removidos para os arredores, as linhas de bonde elétricos, a tecnologia mais avançada à época no que se refere ao transporte público, iam sendo estabelecidas por companhias inglesas. (LIMA, 2014, p. 106).

Foi justamente durante a expansão, que houve a delimitação dos espaços que deveriam ser ocupados pelos trabalhadores e grupos sociais excluídos, um arranjo geográfico (mapa) para dividir os mais ricos, dos que não estavam

diretamente ligados às formas econômicas determinadas pelo monopólio do comércio no centro de Manaus. Tais sujeitos sociais, entretanto, contribuíam com sua participação apenas com a mão de obra para serviços braçais, entre eles as lavadeiras que ocupavam as margens dos igarapés centrais, lavavam toda a roupa das famílias e doentes dos hospitais. “Conclua-se por isso, que muita roupa suja seria lavada à beira mar e nas baixadas dos igarapés”. Monteiro, (1994, p. 135).

Os lugares de atuação das lavadeiras são determinados pelos códigos de posturas, mas também são determinantes as delimitações espaciais a que cidade se estendia. As delimitações territoriais também determinavam as áreas que as lavadeiras deveriam ocupar, outro fator eram os aterros dos igarapés como o que ocorreu no igarapé do Espírito Santo para construção da atual Avenida Eduardo Ribeiro. As lavadeiras ocupavam praticamente todos os igarapés do centro e se transferiam conforme a cidade crescia. Assim:

[...] elas se aglomeravam nas proximidades da Olaria (local ocupado atualmente pela catedral); no igarapé da Ribeira das Naus (depois chamada Ribeira dos comestíveis), da nascente à larga embocadura; no Porto Real (baixios do terreno onde está o próprio da Fazenda Estadual); nos igarapés de São Vicente-de-Fora e do Espírito Santo. Passaram depois aos igarapés do Aterro ou dos Remédios, de Manaus e a ponta dos Remédios, e do igarapé do Espírito Santo para cima, da Castelhana e da Cachoeira Grande. (MONTEIRO, 1994, p. 138)

Monteiro (1994) destaca que as medidas contra as lavadeiras foram mais intensas quando ocorreu em Manaus “a epidemia da bexiga, febres, associados ao beribéri, a gripe, a varíola, diarreias, febre palustres e catarrais” a câmara municipal tomou atitudes contra as lavadeiras tão severas, que o autor indica que naquele momento “as medidas sanitárias e profiláticas revertem caráter que chega a desconfia-se de perseguição” Monteiro, (1994, p. 138).

Mas, as lavadeiras gozavam tamanha de importância, que quando em meados de 1878 estabeleceu-se uma comissão mediante aos protestos de greve coletiva para determinar o “lugar para lavagem de roupa, aponta dos Remédios, de São Vicente e igarapé do aterro, e que se evite as lavagens de roupas nas ruas Henrique Martins e conceição” Monteiro (1994, p. 142). Porém em 1888, após constatação de que as águas dos igarapés estavam ficando estagnadas e a véspera da do fornecimento de água encanada adota-se medidas restritivas de uso dos igarapés para lavagem de roupas e banhos. Articulação, segundo o autor, por vereadores conhecidos e que são lembrados em nomes de ruas como: Manuel Dias

Barroso e Leonardo Antonio Malcher. Assim os conflitos de uso dos igarapés são discutidos politicamente à revelia dos se utilizavam desses espaços para os afazeres diários de suas famílias, mas que atendiam aos eminentes vereadores e a toda sociedade na lavagem de roupas pelas lavadeiras e fornecimento de água pelos aguadeiros. Conforme:

Nova providência assecuratória da saúde e do bem estar da população. Contra as lavadeiras e os banhistas, que lavavam aquelas e se refrescavam estes sem mais aquela no igarapé de Manaus. Oito praças deveriam rondar o local, desde às seis da manhã às dezoito da tarde. Com o objetivo saneador de evitar abusos e impedir se reproduzissem as cenas alegres de nudismo, e para que a água coletada pelos aguadeiros de pipa não se contaminasse. Gato escondido com o rabo de fora, porque chegada que fosse a noite e a coberto da vegetação ciliar, os banhistas inveterados não sacrificavam a oportunidade. (MONTEIRO, 1994, p.142).

As lavadeiras acompanhavam a todo o momento os desígnios das leis impostas, o crescimento urbano e populacional da cidade, dessa forma, sempre era obrigado a se deslocar para os ambientes mais afastados. Assim:

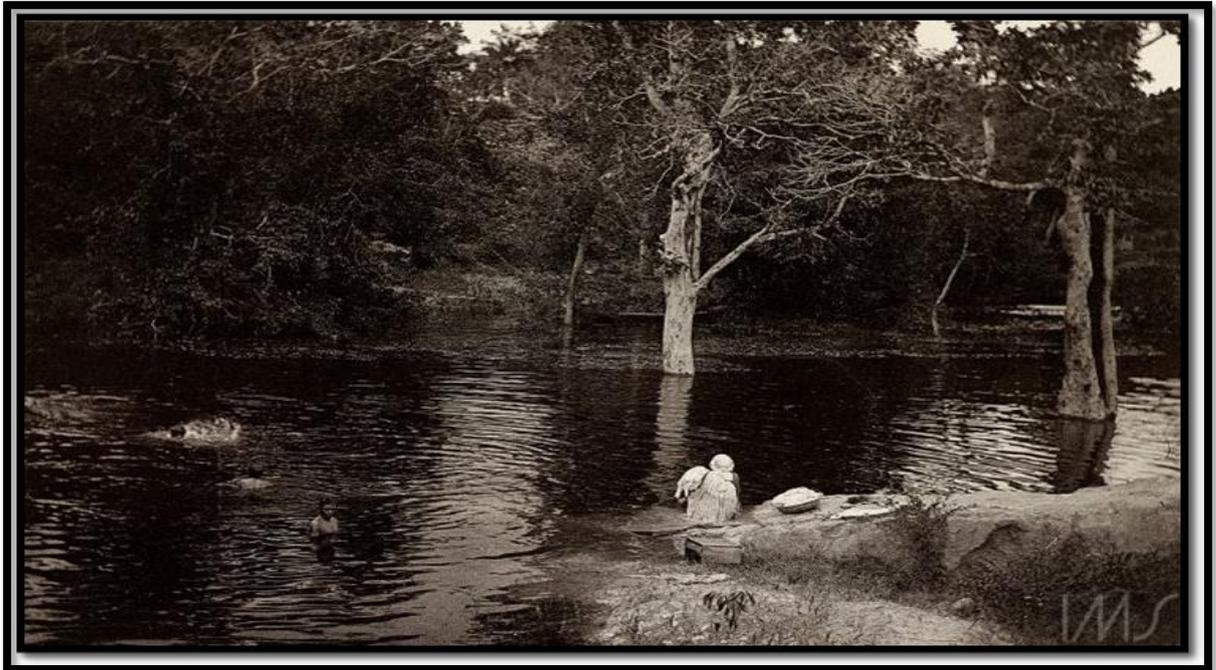
À proporção que a cidade crescia horizontalmente, dilatando-se para o norte e oeste, eram as lavadeiras repelidas para essas direções. Princiaram lavando nos braços d'água da Ribeira (depois do seminário), da Olaria, de São Vicente-de-Fora, e no igarapé do Espírito Santo, sendo mais tarde alijadas d'esses pontos para o igarapé do Aterro e ponta dos Remédios; daí, finalmente para o igarapé de Manaus. (MONTEIRO, 1977, p. 33).

O autor argumenta ainda, a prática da lavagem de roupas em meados de 1977, na “zona suburbana da Cachoeirinha, no igarapé da Cachoeira Grande, vulgarmente chamado São Raimundo, no de Manaus, nos pedrouços do litoral” Monteiro (1977, p. 33). Portanto, esse é o período em que as lavadeiras se afastam dos holofotes políticos, sociais e especulativos, abandonando os igarapés próximos da área urbana, passam a ocupar os lugares mais distantes dos perímetros urbanos da cidade. Atuavam em outros igarapés de primeira ordem ou canais principais próximos das nascentes, a exemplo da Cachoeira Grande (figura 21), que demonstra os vários usos que o igarapé proporcionava aos moradores, lavagem de roupas, pescaria, lazer e fonte de abastecimento de água para as famílias.

O igarapé Cachoeira Grande tornou-se mais tarde, represa para fonte de abastecimento da cidade. No ano de “1889, as águas da Cachoeira Grande passam a abastecer diversos pontos da cidade, através de torneiras provisórias” Cosama (1991, p. 19), era a principal fonte de abastecimento d'água encanada da cidade a

partir da insuficiência dos reservatórios do Mocó e Castelhana que não davam conta de fornecer água para a população que havia crescido consideravelmente.

Figura 21 - As Lavadeiras do Igarapé da Cachoeira Grande



Fonte: Álbum Visita de Manaus. Acervo Instituto Moreira Salles – Foto: Hurbner, George (1890).

Outro local onde se desenvolveu a lavagem de roupas foi o igarapé do Franco, também na zona Oeste, (figura 22), tornando-se exemplo da decisão de ocupação de lugares onde não houvesse as proibições, impostas pelos códigos de posturas que ocorriam desde 1838. As determinações sobre as formas das casas e ditando comportamentos, se repetiu no código de posturas de 1875. O qual não permitia o uso de palhas para as coberturas das casas, como se não bastassem às proibições de uso dos igarapés, causando a saída dos moradores dos ambientes centrais em busca de lugares onde pudessem exercer suas funções e morar conforme suas condições. Dessa forma:

Art. 9º- Fica proibido de ora em diante nas ruas dos Remédios, Boa-Vista, Espírito-Santo, Marcílio Dias, Flores, Imperador, Brasileira, Manaus até o Aterro, Henrique Martins, Cinco de Setembro, S. Vicente, Independência, Sete de Setembro, Palma, Constituição, Inocentes e travessas que lhes são correspondentes, bem como em todas as praças, a edificação de casas cobertas de palha, sob pena de demolir-se a cobertura por conta de quem a fizer e sujeito a multa de 30\$000 réis ou oito dias de prisão. (SAMPAIO, 2016, p. 61)

Foi determinante para o abandono destas práticas na frente da cidade (rio Negro, igarapé Educandos e foz Cachoeira Grande e Educandos), perdas de

espaços provocadas pela implantação do projeto urbanístico de aformoseamento do centro histórico, projeto que não levou em consideração a permanência dessa população, suas atividades e sua importância para identidade e cultura local.

Mas, essas atitudes, que além de históricas e frequentes, como aparecem registradas nas determinações do Código de Posturas. “Fica proibido dentro dos limites urbanos a edificação de casas cobertas de palhas, sobe pena de demolir-se a cobertura por conta de quem a fizer, e ficara ele sujeito a multa de 30\$000, ou seis dias de prisão”³¹. Incidiam principalmente na classe trabalhadora que sem recursos para construção de moradias, eram obrigados a morar em bairros criados de forma irregular a exemplo da Compensa, chamada de “primeiro, Vila de Sapé e depois Cidade das Palhas e Compensa” Figueiredo (2010, p. 17). É importante entender que era a mesma forma de cobertura da cidade flutuante visto que, muitas famílias haviam se transferido para o bairro que pertencia à família de Oscar Borel, que veio para Manaus refugiado da Alemanha por conta da guerra. As lavadeiras levavam também os filhos para ajudar ou brincar durante sua jornada de trabalho, o que tornava um encontro de famílias e uma celebração de amizade.

Figura 22 - Lavadeiras do Igarapé do Franco



Fonte: Jornal A Notícia (1969). As lavadeiras de roupas da “cidade das palhas” Igarapé do Franco, hoje Av. Brasil.

³¹ Código de Posturas do Município de Manaus 1893, Lei nº 23 de 6 Maio 1893. Biblioteca Virtual do Amazonas – Acervo Museu Amazônico.

Outras se deslocaram ocupando igarapé na Colônia Oliveira Machado (figura 23) que também abrigavam as lavadeiras do bairro de Educandos, que se reuniam às margens deste igarapé para trabalhar, por conta das proibições de atuações às margens do rio Negro.

Figura 23 - Lavadeiras do Bairro Colônia Oliveira Machado



Fonte: Álbum do Amazonas (1901-1902). Acervo: Biblioteca Mario Ypiranga Monteiro.

Nos Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, havia três pontes, Romana I (Floriano Peixoto), Romana II (Marechal Deodoro) (1896)³² e Benjamim Constant, que completavam a extensão da Rua Brasileira (atual Av. 7 de Setembro), acesso do centro ao bairro de Cachoeirinha, estas obras sobre os igarapés demarcavam o avanço da cidade para leste. Porém, suas nascentes estavam no sentido Norte. Os três igarapés são tributários do Igarapé de Educandos que deságua no Rio Negro.

Nesses lugares também se desenvolviam atividades de lavagem de roupas que atendiam aos comerciantes e trabalhadores próximos a estes espaços. No

³² DUARTE (2009, p. 94) Na administração estadual de Eduardo Ribeiro, essas duas pontes de madeira foram substituídas pelas de alvenaria, existentes até os dias atuais. A concorrência pública para a construção delas foi aberta em 27 de novembro de 1892. As obras da ponte sobre o igarapé de Manaus foram executadas por Antônio Ignácio Martins e Manoel Antônio Grangeiro. Destes, apenas o primeiro ficou responsável pela construção da outra ponte. As obras foram iniciadas em 1893 e concluídas no primeiro semestre de 1896. Por meio do Decreto Municipal 3, de 4 de julho de 1896, as pontes Romana I e Romana II receberam, respectivamente, as denominações Floriano Peixoto e Marechal Deodoro. No entanto, devido à ordem de suas localizações na avenida Sete de Setembro – senti do Centro-bairro –, também são conhecidas como Primeira Ponte e Segunda Ponte.

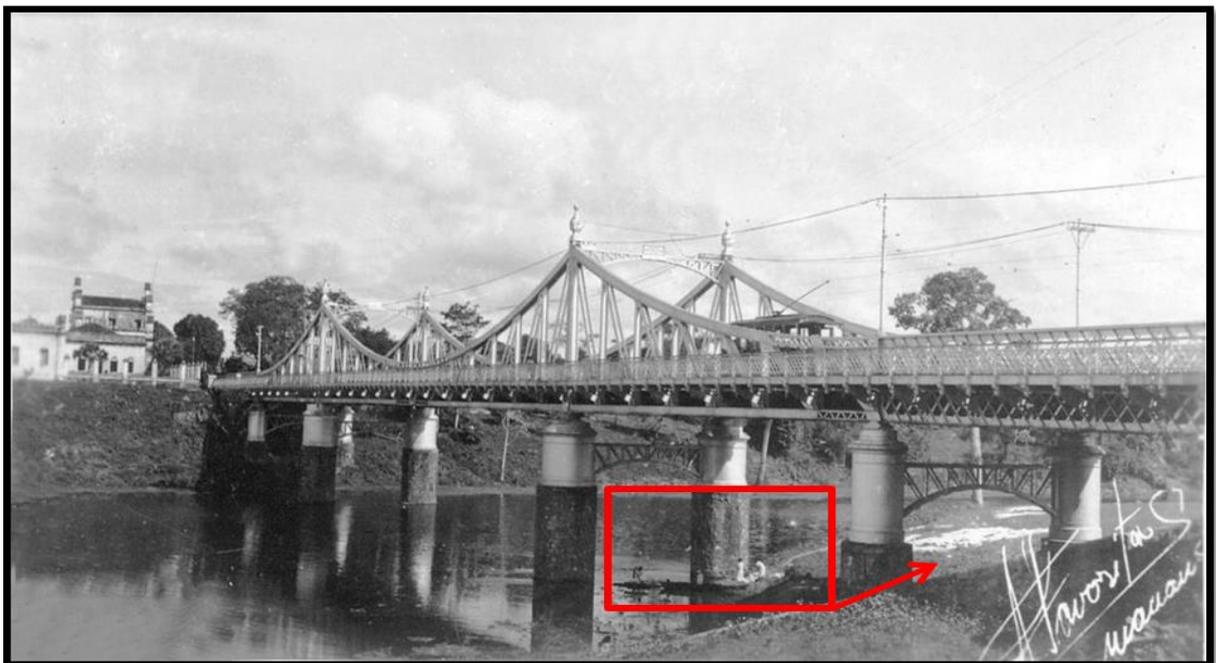
igarapé do Mestre Chico, sob a ponte de ferro – Benjamim Constant (Figura 24), havia aí, atividades das lavadeiras, mas já eram notadas as diferenças de ambientes que os igarapés proporcionavam anteriormente. A essas lavadeiras e a paisagem representada na imagem. Suas margens quase sem vegetação, demonstrando impossível sua permanência nestes locais, o que se concretizou com as ocupações irregulares por ocasião da queda da cidade flutuante e a chegada dos órfãos dos seringais a Manaus, que ocuparam as margens destes igarapés.

Para além desses fatos, contribuíram ainda mais para o seu afastamento desses locais as proibições de estender roupas e banharem-se, o que ia diretamente contra seus costumes e tradições que era de uso e interação com os igarapés. Lei nº 23 de 6 de maio de 1893, promulgada pela Intendência Municipal. Assim:

Art. 51. É proibido assoalhar-se roupas nas janellas, ruas, estradas, e praças, ou arma cordas, varas, etc., para estendel-as assim como laval-as nos lugares que não estiverem designados pela Municipalidade. Ao contraventor a multa de cinco mil réis ou um dia de prisão e o dobro na reincidência. (CÓDIGO DE POSTURAS, 1893).

Essas atitudes por parte do poder Municipal inviabilizavam a permanência e as práticas desenvolvidas pelas lavadeiras, o que fez com que aos poucos abandonassem os locais determinados pelos códigos de posturas.

Figura 24 - Lavadeiras do Igarapé Mestre Chico (1895)

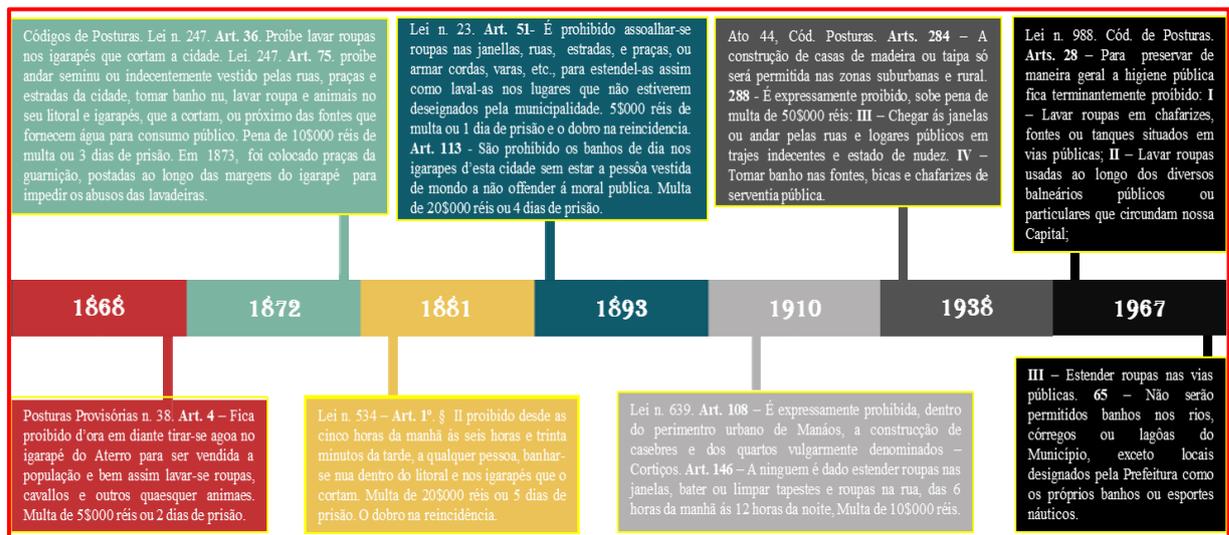


Fonte: FJ. Teixeira, Poesia em Movimento, 2020, . Org. Lima (2020).

Já nos igarapés Manaus e Bitencourt as lavadeiras se agrupavam na união dos dois (onde hoje é o Parque Jefferson Peres), lavavam roupas, enquanto à tardinha os moradores mais próximos jogavam bola em “campo de várzea”³³ que se formava durante a vazante do rio Negro, tomavam banho ou simplesmente passeavam e pescavam nas canoas durante todo dia, representava um dos últimos redutos da prática de lavagem de roupas nos igarapés. A construção das pontes representou a divisão, os moradores passaram a ocupar a parte mais ao Norte que alagava para menos, com a barragem das pontes Romana I e II, já as lavadeiras foram para a nascente onde trabalhavam com as águas dos igarapés e das cacimbas.

No sentido de tornar compreensível o contexto de vida das lavadeiras e os ataques que sofriam pelos códigos de posturas do Município, foi realizada a compilação (figura 25), para melhor representar as investidas políticas contra a sociedade das lavadeiras às margens dos igarapés. Tornou-se inevitável a sua supressão, não só pelas proibições dos códigos de posturas, mas também pelos aterros constantes dos cursos d’água que moldavam o relevo. Naquele período representava o único ambiente de encontro da sociedade de menor poder econômico, portanto, faziam do ambiente um lugar sagrado de seu trabalho e lazer de todos os dias.

Figura 25 - Os Códigos de Posturas: Proibições de uso dos Igarapés



Fonte: Códigos Postura (1893, 1910, 1938, 1967). Acervo Biblioteca Mario Ypiranga Monteiro; Monteiro (1994, p. 138); Sá (2012, p. 55, 60); Sampaio (2016, p. 55, 76). Org. Lima (2020).

³³ MOTA (2008, p. 74). Os campos de várzea eram comuns nos igarapés que cortavam a Avenida Sete de Setembro, igarapé de Manaus, Caxangá, Educandos, Morro da Liberdade, Matinha e igarapé do 40, assim como outros campos localizados sob as pontes de Manaus e às margens de outros igarapés, representava a prática de esportes acessíveis às pessoas de baixa renda.

As atividades desenvolvidas nos igarapés não foram abandonadas totalmente, continuaram sendo realizadas utilizando atualmente, a nascente e as cacimbas do igarapé de Manaus. No montante encontraram ambiente favorável com água pura e abundante, um local cheio de vegetação e cercado por colinas, consolidando assim, o espaço que precisavam para permanecer na profissão. Algumas ainda permanecem no local como herdeiras e guardiãs destes recursos, fazem relatos de suas lembranças e comparações do passado com as tecnologias que existem na atualidade. Assim:

D. Vânia - Meu filho apesar de ter água encanada e máquina de lavar, eu ainda sou da moda antiga, prefiro mil vezes lavar roupas na cacimba, porque acredito que lavo melhor do que a máquina, eu quero que ela lave melhor do que eu, porque desses, eu também sei fazer, mana eu quero que lave melhor do que eu [...] (LIMA, 2013, p. 50).

São relatos que impressionam quando se percebe o contexto em que vive está lavadeira em uma casa de três andares, que se orgulha de dizer que construiu com ajuda da lavagem de roupas e criou os filhos com este trabalho. Sua cacimba está conservada e limpa ao lado de outras duas que estão no cadeado e sem uso, quanto a sair do local, revela que o Prosamim não paga o valor que vale o imóvel e já estou com certa idade para ir para outro local, gosto daqui.

Outra que morou no local durante 50 anos, D. Suzete. foi transferida para o Parque Residencial Mestre Chico. Os moradores da nascente a consideram como referência, os que permanecem no local recomendam que se tratando de lavadeiras seja preciso conversar com ela, tornou-se reconhecida como uma lavadeira de respeito, responsabilidade e honesta, mas teve que se ceder à pressão do Prosamim e pelas mudanças na paisagem, que não permitiam desenvolver seu trabalho. Porém guarda em sua lembrança até hoje momentos que viveu no local. Afirmou que:

D. Suzete. - Sua imagem do local é referente ao solo que era tudo areia e não a lama que é agora, que isso passou a acontecer devido a construção de ruas e aterramento das áreas de igarapé, quanto as cacimbas disse não sentir saudades, mas relatou que na época em que morava no local a bagunça era grande da molecada por ocasião da falta d'água se reuniam para tomar banho de cacimba e carregar água para os afazeres de suas mães e que perdeu o interesse, por conta da perda de sua mãe. Mas que em suas recordações ainda tem as conversas a beira das cacimbas com as outras lavadeiras do local. (LIMA, 2013, p. 54).

Descreveu o local atual como muito bom, tem água, luz elétrica, telefone, internet, e que está adaptada, porém, ao tentar localizar onde morava mesmo

perguntando dos moradores, o autor teve dificuldades de encontrá-la para entrevista. Contou sobre a única dificuldade que sentia no local “não tem onde estender roupas, se deixar fora eles levam e que recorda das crianças brincando e carregando água das cacimbas para suas casas, quando faltava água no bairro”. Lima (2013, p. 54). Nesse sentido, se encaixa no que afirmou Batista ao definir as transformações que ocorreram com a transferência de algumas lavadeiras para o Parque Residencial Mestre Chico. Afirmou que:

Fato é que o padrão construtivo impôs mudança de valores e hábitos que, quando não acatados, geram críticas externas pois, a lógica da cidade não vê na desordem a possibilidade de ordem. Na área da cabeceira o igarapé Manaus, entre as ruas Japurá e Nhamundá, abundante em “olhos d’água”, muitas moradoras tinham habito de quorar a roupa e lavá-las em cacimbas, ganhando a vida com esta prática. Hoje, residindo no Parque Residencial Mestre Chico, devido a falta de espaço, não exercitam mais o ofício. Lavam as roupas em máquina de lavar e centrifugar. Não se utilizam mais do recurso hídrico gratuito abundante nas cacimbas que lhes geravam renda e passaram a pagar pela água e luz para manter a máquina em funcionamento. (BATISTA, 2013, p. 215).

As lavadeiras quando passaram a utilizar as cacimbas “eram aproximadamente umas vinte e cada uma tinha sua cacimba e camburão de fervura” afirma D.V. Alguns desses instrumentos foram registrados por Monteiro (1994), que representavam a quantidade de roupas que elas lavavam durante dia e engomavam a noite para ser entregue nas manhãs do dia seguinte em trouxas à cabeça para aos comerciantes e aos que encomendavam seus serviços. Conforme:

Borduna ou cacete para eliminar sujeira;
 Trincal, pó branco importado, para lustre de colarinhos, punhos e peitilhos;
 Goma de tapioca para endurecer colarinhos, punhos e peitilhos;
 Anil de bola, em forma de boneca, importado depois, porque antes o Amazonas produzia e exportava. Servia para clarear o branco;
 Sabão comum em pedra;
 Cera (vela estearina), para dar luzimento no brim HJ;
 Sabugo de milho para retirar a sujeira;
 Sabugueiro (Sambugos nigra), utilizado quando não existe sabão natural;
 Tabua de bater e esfregar, à margem do rio ou lago;
 Pedra de bater e esfregar, à margem do rio ou lago;
 Boneca – pano limpo, que ajuda a salpicar a goma na roupa que se está engomando (MONTEIRO, 1994, p.142,143).

As lavadeiras da atualidade não usam muitos dos materiais que foram relacionados por Monteiro, mas conservam a cultura de fervura das roupas em camburões (figura 26 B e C) para tirar as impurezas do uso das roupas, deixam de molho por algum tempo, batem com o “cacete” e lavam novamente para em seguida estender ao sol para secar, são técnicas que datam o período em que as doenças

contagiosas assolavam Manaus. As lavagens já não são as margens dos igarapés de outrora, seus afazeres agora são nas cacimbas. Não há tanta demanda como antes, mas suas lavagens são das roupas da família e de alguns moradores que não tem tempo para tal atividade, entregam aos cuidados das que ainda exercem a profissão com zelo e dedicação, conforme (figura 26 A).

Figura 26 - Lavadeira D. Vânia: Uso da Cacimba, Fervura e Limpeza das Roupas



Fonte: Trabalho de Campo (2013 – 2019). Org. Lima (2020).

O local onde as lavadeiras ainda exercem este trabalho só é possível devido à preservação de alguns olhos d'água que elas transformaram e cacimbas e que usam frequentemente desde que suas permanências foram proibidas a jusante. Essas fontes são utilizadas também para abastecimento d'água de algumas famílias que moram nesta área, quando há interrupção deste recurso fornecido pelo serviço de distribuição da concessionária.

A importância de preservar este ambiente não está dissociada da permanência cultural, identitária e histórica das lavadeiras, que herdaram de seus antepassados, transformando-o em valor simbólico e relação de pertencimento. No princípio, fugindo das determinações dos códigos de posturas, era uma relação meramente econômica e de sobrevivência, passando a ser um lugar estratégico do ponto de vista de sua localização, sagrado, quando se referem ao ambiente que nasceram, foram criados, vivem, construíram espaço social em uma rede de

relações de vizinhança, visto que todos se conhecem e estão historicamente ligados pelas recordações no local.

Nesse sentido, a preservação estende-se à recuperação ambiental dos recursos hídricos, disponíveis das cacimbas e igarapé, que são o orgulho dos moradores e representam o contexto histórico, identitário e ambiental de um período em que Manaus decidiu canalizar ou aterrar esses igarapés. Portanto, justifica a resistência à desapropriação do local, por conta do valor simbólico e usos públicos dos equipamentos instalados nas proximidades, que representam uma melhor qualidade de vida aos moradores, que já havia sido percebida na decisão de permanência de seus pais e avós no local.

Ao mesmo tempo em que sofrem pressão dos agentes do estado para deixar o local, o que representaria um distanciamento em suas vidas cotidianas e relação de vizinhança, sofrem também com a reocupação do espaço devido à ausência de controle e fiscalizações por parte do projeto Prosamim, na retirada de alguns moradores deixando espaços propícios a ocupações irregulares.

Dessa forma, os gestores públicos fecharam os olhos para estes usos e costumes, utilizando no primeiro momento os códigos de posturas, e em seguida os projetos urbanísticos ao longo do tempo se baseiam no valor da terra como uma mercadoria, que pode ser comprada, trocada ou vendida sem reconhecer que está nela. Se antes não havia interesse do Estado por esses espaços, é porque a terra não representava valor de lucro no mercado imobiliário, que segue uma lógica de construção de estruturas exógenas como reflexo das ideias que predominam nos espaços globalizados para oferecer aos afortunados. Segundo Maricato (2015, p. 83), “A representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica, na qual parte dela, a “cidade” da elite, toma o lugar do todo”, dessa maneira, o que está posto na nascente do igarapé de Manaus representa aos olhos dos gestores públicos, atraso, desordem, desleixo e pobreza por estar desvinculado à lógica capitalista de reprodução das cidades, que deve ser eliminado para dá lugar às construções elitizadas com o valor simbólico do progresso.

Porém, o que incomoda do ponto de vista externo ao lugar, são as formas de construção de quem mora nesses ambientes, geralmente suas construções são realizadas por improvisações e sem o apoio das políticas públicas para garantir o mínimo de salubridade, saneamento e acesso aos equipamentos sociais do Estado.

No entanto esses lugares representam segundo Santos (2006) uma “rugosidade³⁴”, a permanência da relação tempo/espaço, que mesmo com as transformações agressivas em busca da homogeneidade da/na cidade, os moradores expressam pertencimento dentro da lógica do próprio lugar, construída pelos moradores. Tornar os espaços sociais fragmentados que não segue uma hierarquização em adesão a uma dita modernidade global e globalizante. Dessa maneira, a área em que os moradores do montante do igarapé de Manaus ocupam, representam uma “rugosidade” da transformação que a cidade sofreu ao longo de sua reprodução, espacializados nas estruturas e socialmente no modo de vida dos moradores, que remontam ao período de seus antepassados. Assim:

Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, proveniente de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas. [...] O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas. (SANTOS, 2006, p. 91).

As estruturas urbanísticas representam a moldura de uma sociedade elitista que se instalou em Manaus no período áureo da Borracha e os igarapés, cacimbas e lavadeiras uma sociedade apartada do alcance dessa riqueza foram segregados desse processo para lugares distantes de uma cidade, que não os comportava como sujeitos na realidade social vislumbrada na forma de cidade, e agora metrópole.

Portanto na paisagem não poderia ter os igarapés, as lavadeiras e os aguadeiros, por representarem expressão e sinônimo de atraso na concepção dos idealizadores de uma nova forma de espaço urbano que deveria ser implantado. As perdas desses recursos ocorrem por meio das decisões equivocadas de configuração dos espaços que geram exclusões, espacializados em ocupações irregulares pelos excluídos nas áreas dos igarapés. As lavadeiras encontraram nos igarapés e depois nas cacimbas uma forma de sobrevivência, com o passar do tempo e permanência, ocuparam o espaço das nascentes do igarapé Manaus, por ser o último refúgio que a cidade oferecia e as perseguições pelas leis municipais

³⁴ SANTOS (2006, p. 92) O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.

não lhe alcançavam. Se no passado foram acusadas de poluição dos igarapés e comprometiam a visão de uma cidade europeia, atualmente são consideradas, juntamente com outros moradores do local, como entraves aos interesses de construção de uma metrópole global na Amazônia.

Essas atitudes têm a conivência dos órgãos fiscalizadores que não seguem o que determina o Plano Diretor Urbano do Município de Manaus³⁵, que dispõe sobre as estratégias para a ordenação ambiental, habitacional e social determinando as ações que deveriam ser tomadas e as penalidades aos que as descumprissem. Mas o que ocorre é uma desobediência histórica das aplicações do plano diretor, tornando-se mais pesado sobre as classes sociais desvalidas, sendo mais brandas para os que detêm os recursos econômicos e políticos ao alcance das mãos, dessa forma, as áreas ambientais desaparecem dando lugar aos condomínios privados.

No que tange ao meio ambiente, torna-se visível a série de agressões cometidas nesses ambientes de fundo de vale, como é o caso do Igarapé Manaus, tornando-se sistemático e institucional as formas que são subtraídos tanto os cursos d'água como a vegetação das margens destes igarapés, configurando crime. Conforme o código florestal - LEI Nº. 12.651, de 25 de Maio de 2012. Que trata sobre as Áreas de Preservação Permanente – APP. Dispõe no capítulo II:

Art. 4º - considera-se Área de Preservação Permanente em zonas rurais ou urbanas:

§ 1º – as faixas marginais de qualquer curso d'água natural ou perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a)** 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b)** 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c)** 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura [...]. (VADE MECUM, 2019, p. 805).

Nesse sentido, o crime ambiental está concretizado com o aterro do Igarapé Manaus e a supressão de toda vegetação, fauna e flora que havia no local, que pelo

³⁵ Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus, em atendimento ao disposto no artigo 182 da Constituição Federal, nos artigos 39 a 42-B da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, e nos artigos 227 e 228 da Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAN). Art. 25 - I - Promover intervenções estruturadoras no espaço da Cidade que criem novas oportunidades empresariais e permitam ao Poder Executivo Municipal recuperar e redistribuir a renda urbana decorrente da valorização do solo; II - ampliar a oferta de habitação social e o acesso à terra urbana, fomentando a produção de novas moradias para as populações de média e baixa renda adequadas à qualificação ambiental da Cidade; III - prevenir ou corrigir os efeitos gerados por situações e práticas que degradam o ambiente urbano e comprometem a qualidade de vida da população, principalmente invasões e ocupações nas margens dos cursos d'água; IV - incentivar a verticalização dos conjuntos habitacionais populares de modo a conter a expansão horizontal da Cidade.

processo dito modernista transformou o igarapé em uma avenida, conservando apenas o nome. Portanto, as instituições contribuem para descaracterização e desobediência ao Código Florestal, que considera:

Art. 3º. XX – áreas verdes urbanas [...] indisponível para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais.

XXII – faixa de passagem de inundação: área de várzea ou planície de inundação adjacente a cursos d'água que permite o escoamento da enchente. (VADE MECUM, 2019, p. 804).

O que se percebe nas ações por parte do Estado, é que primeiro se permite a ocupação de espaços que não deveriam ser utilizados para moradia, depois, há desapropriação do local que se encontra totalmente devastado. Porém o processo de ocupação irregular é gerado pela falta de políticas habitacionais que atendam aos menos favorecidos, que geralmente são empurrados para espaços sem a infraestrutura adequada. Este processo tem impacto sobre os igarapés que são a parte mais frágil, perdendo a função ambiental, social e a possibilidade econômica por meio do turismo e transporte público em que poderiam ser utilizados.

6.3 Manaus: o igarapé que virou avenida

As metrópoles se destacam pelo seu conteúdo econômico que se torna visível por meio dos investidores em busca de ganhos **econômicos** e nas infraestruturas implantadas pelo Estado com políticas para atendê-los; todavia, por outro lado, há de se pensar no conteúdo **ambiental**, que estes espaços possuem e promovem a harmonia e equilíbrio do ambiente; Outro aspecto que deve ser levado em consideração é o social, que se refere às formas e conteúdos produzidos por cada sociedade e sua cultura, completando, dessa maneira, a tríade da sustentabilidade. Tais aspectos são inseparáveis na análise urbana de desenvolvimento de uma metrópole. São estes fatores que examinados ao mesmo tempo, permitem uma visão da totalidade das intervenções econômicas, interferências ambientais e sociais, visíveis em resultados espacializados que se sobrepõem à paisagem urbana transformada em metrópole, negligenciando o conceito de sustentabilidade, reproduzindo ambientes alheios a sociedades autóctones, não assegurando a possibilidade das gerações futuras de suprirem suas necessidades como no caso de Manaus.

Dessa forma, Manaus trilhou seus passos seguindo o que acontecia globalmente. Alguns períodos econômicos foram importantes. No período da borracha, por exemplo, as transformações para “belle époque” representaram a revolução urbana que influenciou na cultura e arquitetura, baseadas nos acontecimentos oriundos da França (Paris), Itália (Veneza), Inglaterra e Portugal. As mudanças significaram acolher também os costumes dos estrangeiros, direcionando “o principal objetivo das obras de melhoramento fosse realmente a **confeção de uma vitrine**” Mesquita (2009, p. 367). Onde, deveria comportar modernidade, riqueza e luxo, bem distante do que a sociedade local representava naquela época, mas atendia aos caprichos dos investidores que chegavam.

Outro período que representou transformações abruptas foi o da implantação da ZFM em 1967, em substituição ao anterior. A criação de um novo modelo econômico à ZFM representou a chegada em Manaus dos trabalhadores dos seringais e suas famílias. A cidade não foi capaz de absorver toda mão de obra disponível, não havia estrutura e capacidade de abrigar os que chegavam dos seringais ou de outros estados à procura de uma colocação de trabalho.

A entrada ocorria de qualquer forma, “porque ninguém mantinha o controle total da imigração e do êxodo em ascensão, numa área sem estruturas para suportar novos comportamentos, aumento populacional e outras mudanças no campo social” Antonaccio (2001, p. 145). Logo, os que chegavam a Manaus ocupavam qualquer lugar que fosse possível estabelecer moradia, na frente da cidade (cidade flutuante) ou as margens dos igarapés. Que dessa forma:

Dentre os primeiros igarapés de Manaus ocupados destaca-se os igarapés Manaus, Quarenta e Mestre Chico. Os migrantes sentiam-se livres para construir suas casas no curso dos igarapés, porque a água, ao contrário da terra, não se constituiu propriedade privada; portanto, não é, no sentido da moradia, mercadoria (OLIVEIRA, 2003).

Os Igarapés de Manaus sempre foram tratados como obstáculos ao desenvolvimento e à modernidade pelas autoridades governamentais, que por meio de obras voltadas para higienização intervieram com aterros como solução. As marcas deixadas no espaço urbano são visíveis principalmente no centro histórico, onde os igarapés foram transformados em ruas e avenidas, praças e parques. A exemplo dos principais igarapés aterrados relacionados no quadro 4 desta pesquisa.

Esse modelo urbanístico herdado contribuiu para o distanciamento entre a população e as estruturas construídas e o ambiente vivido. Segundo Valle e Oliveira

(2003, p. 156), afirmam que “a descaracterização dos aspectos físicos foi significativo desde o início de sua formação” para os autores a ideia de transformar Manaus em Paris dos trópicos ou Veneza no século 19, significou muitos igarapés aterrados, escondendo os traçados marcantes desses ambientes na paisagem e os usos diários dos moradores, comportamentos que ao olhar dos estrangeiros era primitivo, essa visão influenciou e se impôs, “trata-se de um urbanismo imposto. As obras executadas na cidade alteram a dinâmica das águas” Valle e Oliveira (2003, p. 159), representava a proibição à população dos banhos e atividades nestes locais. Essas sequelas do passado estão visíveis nas funções a que esses espaços foram submetidos e substituídos atendendo apenas aos mais afortunados.

Essas fases foram determinantes na construção do espaço urbano da cidade de Manaus e a formação da paisagem, as interferências urbanísticas ficaram mais visíveis a partir do século XIX e foram concretizadas no século XX. Segundo Oliveira (2008, p. 35), “A economia da cidade foi marcada por períodos de crescimento fortemente dependentes do mercado internacional, como a borracha e a implementação da Zona Franca, intercalados por outros de estagnação”. Nesses períodos a configuração espacial era delimitada pelos recursos hídricos e bem definidos pelos igarapés, que por sua vez serviam de acesso de pessoas e mercadorias de uma margem a outra. Segundo este autor:

A forma urbana de Manaus foi sendo moldada a partir do padrão topográfico limitado por vales afogados, com o rio Negro penetrando cidade adentro. A cidade foi se conformando aos igarapés que isolavam os blocos urbanos, e sua forma foi estruturada pelo conjunto de sistemas naturais, igarapés, áreas alagadas e margem do rio Negro. Se até o final do século XIX foram os igarapés que condicionaram a direção do crescimento da cidade, no início do século XX, os fatores naturais delimitadores da cidade foram sendo superados por aterramentos e pela construção de pontes. (OLIVEIRA, 2008, p. 34).

Quando há uma comparação entre os dois ciclos econômicos, vale lembrar que houve um espaço temporal entre eles chamado de “estagnação econômica na Amazônia entre 1920 e 1960” Corrêa (1978, p. 53), que segundo o autor, se deu pela ausência de um produto comercial e econômico que substituísse a produção de borracha que não suportou a competição como a Malásia e tivesse escala mundial. A tentativa foi à implantação da ZFM em 1967, que cessaria a estagnação econômica e justificaria a idealização de uma cidade cosmopolita para Manaus com uma nova configuração do espaço urbano que correspondesse às características comerciais globais. Todavia, esta forma de substituição foi baseada em subsídios de

impostos como pré-requisito para instalação das empresas, uma insegurança constante para existência do modelo e não representou melhoria na qualidade de vida dos moradores:

O lugar se transforma em cidade, e ao mesmo tempo em que exibia padrões cosmopolitas esconde e expulsa para o subúrbio os pobres, pois o projeto modernização incompleto era excludente, passando a “maquina”, aterrando igarapés, fazendo pontes, ampliando e calçando ruas, edificando construções que não se adequavam às condições naturais e se afastavam da cultura dos habitantes locais e dos segmentos mais pobres. (OLIVEIRA, 2019, p. 92)

Para Souza (2010, p. 185) As consequências das mudanças significaram a afirmação da classe mais rica sobre as mais pobres com a reprodução da cidade onde “sua expansão urbana é um fenômeno estrangeiro em surtos esporádico que não oferecem continuidade”. Este autor afirma ainda, que:

A infraestrutura urbana de Manaus, ainda hoje, é a mesma implantada em 1910. Uma infraestrutura que se preocupa com as comodidades de uma elite minoritária e nunca preparou os caminhos por onde no futuro a sociedade capitalista iria enveredar. A cidade dos barões da borracha não foi construída para atender o proletariado industrial, nem o maciço êxodo do interior. Ela queria se parecer com a miniatura de Paris, onde os bairros proletários foram exilados para a periferia distante do centro [...]. (SOUZA, 2010, p.185).

Os igarapés não suportaram as interferências e os sucessivos aterros, visto que, a ideia principal, era realmente retirá-los da paisagem, “o lugar que é hoje uma das principais avenidas da área central de Manaus era no século XIX o Igarapé do Espírito Santo, por onde transitavam as canoas que vinham do Rio Negro à cidade”. Souza e Oliveira (2016, p. 530), assim ocorreram a todos os que serpenteavam o espaço urbano, no que se convencionou chamar centro histórico. A ideia ideológica de uma cidade europeia para Manaus permanece viva no pensamento e nas ações dos administradores políticos, mesmo após a derrocada da borracha e a decadência da ZFM com passar dos anos. Os igarapés continuam sendo aterrados, marcando um distanciamento social desses ambientes, que recuperados ambientalmente, contribuiriam para a identidade de quem vive na Amazônia, podendo ser utilizado no dia a dia dos moradores e como ponto turístico aos visitantes; porém, no Século XXI, ainda temos essas práticas.

Um desses igarapés que passou por recente intervenção foi o Igarapé Manaus, para além de tantos outros que deram lugar a uma nova configuração espacial, este marcou o início das intervenções de um projeto urbano de

intervenções nos igarapés em pasceria do Estado do Amazonas, BID e Caixa Econômica Federal. Ele está localizado entre a Avenida Joaquim Nabuco e Rua Major Gabriel no bairro centro, segue da Avenida Barcelos à bacia de Educandos por 2,67 km, do montante a jusante. Além de carregar o nome da cidade, contribuiu e resistiu às transformações ocorridas por muito tempo, até a chegada do Prosamim. Teve sua importância histórica, econômica, ambiental e social, sendo relatada na literatura, na relação de vida da população local em seus banhos e nas atividades dos aguadeiros e lavadeiras que conviveram nesses ambientes.

O local das nascentes que foi utilizado por famílias para recreação, coleta d'água e lavagem de roupas era onde se tinha a possibilidade de encontrar água livre de contaminação podendo ser distribuída pelos aguadeiros a população. O local transformou-se em um porto de abastecimento com a interferência Municipal, (figura 27) em 1889, perdurando até a chegada da água encanada, mas permaneceu servindo de abrigo para as famílias que se reuniam a fim de aproveitar a beleza do lugar nos finais de semana. Esses espaços ainda existem com algumas diferenças e incorporados aos terrenos das moradias de familiares dos moradores daquele período.

Figura 27 - Nascentes do Igarapé Manaus – 1889



Fonte: Monteiro (1977, p.77).

O município então criou um reservatório para que fosse preservado como fonte de abastecimento para a cidade de Manaus, o que representou o reconhecimento da função social que o igarapé exercia nos primórdios do desenvolvimento urbano de Manaus ou a estatização do espaço. Conforme afirma:

Porto dos aguadeiros em 1889, mandado construir pela Câmara Municipal de Manaus na nascente do igarapé de Manaus, situado no bairro do Mocó [...] a água flui dos recessos da mata para o reservatório de concreto e continua alargando-se até encontrar o igarapé da Cachoeirinha de Manaus, também conhecido por dos Educandos. A abundância da água, em regimes de marés ânuas, é provocada pelo represamento, no inverno, das águas do rio Negro. (MONTEIRO, 1977, p. 77).

O Porto dos Aguadeiros era localizado na nascente do Igarapé Manaus, onde hoje há um grupo considerável de cacimbas que foram mantidas pelos moradores ao longo do tempo para o abastecimento d'água e lavagem de roupas; estes permanecem com essa função dentro das propriedades de alguns moradores. Os aguadeiros tiveram o fim de seus préstimos aos moradores, porém, as lavadeiras permaneceram com suas atividades no local lavando roupas para os trabalhadores dos comércios que cercavam a área, o que lhes rendiam o sustento da família, podem ser identificadas em sua segunda geração à beira das cacimbas.

Segundo Mesquita (2009), por certo tempo este igarapé serviu de marco delimitador do espaço urbano em direção a Leste, lhe cabia a “delimitação do bairro dos Remédios, sobre ele teve que ser erguida a Ponte Romana I para prolongamento da Rua Brasileira”. Atuou em determinado tempo como acolhida para as lavadeiras e como ponto de coleta d'água para os aguadeiros, também a jusante. Atravessou os anos de 1900, resistindo às transformações implantadas pelo governador Eduardo Ribeiro, mas não resistiu aos ataques do governador Eduardo Braga. Assim:

O “divisor de águas” entre a administração do Presidente da Província do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896), e o governo de Eduardo Braga, tem pouco mais de um século. Enquanto o primeiro viveu num tempo impregnado de ares de beleza, progresso e civilização, quando a modernidade imprimiu as suas marcas na paisagem de Manaus, considerada àquela época a “Paris dos Trópicos”, o outro vive a Manaus da Zona Franca, das novas tecnologias, onde as cidades reproduzem uma lógica globalizada pautada no desenvolvimento industrial. Apesar dessas diferenças, ambos pensaram a cidade para o Outro. (JUNIOR & NOGUEIRA, 2011, p. 106).

Nesse contexto, “o outro” era representado pelos que enxergavam em Manaus uma forma de enriquecimento fácil, por meio da exploração dos recursos

naturais e da mão de obra barata. A preservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas não lhes diziam respeito “a vida cotidiana é negligenciada e a natureza passa a ser vista como fonte de lucro e recurso, ou seja, a função é a de produzir riqueza” Valle e Oliveira (2003, p. 160). As investidas contra os igarapés de Manaus foram várias, tanto pelo Estado como pelo Município, durante a administração do “prefeito Alfredo Nascimento, elaborou-se o projeto, “Nova Veneza” com o objetivo de intervir no igarapé de Manaus” Junior & Nogueira (2011, p. 106).

Manaus teve que passar por intenso processo de transformação de seus igarapés para atender aos anseios da modernidade e do progresso. Aterrar, canalizar e transformar igarapés em ruas, avenidas e praças têm se constituído ao longo dos séculos XIX, XX e, adentrando, o XXI na bandeira do poder público aliada às preocupações estéticas. (JUNIOR & NOGUEIRA, 2011, p. 107-108)

Os projetos de urbanização dos igarapés já tiveram vários nomes desde o período da borracha, conforme destacado, porém, o que se deve levar em consideração é o “*modus operandi*” na aplicação dos projetos, que priorizam o aterro à preservação das características do lugar. Impõem-se por meio dos discursos de saneamento, modernização, falso crescimento econômico e ideias europeizadas, repetindo-se no Prosamim. Apaga da memória o convívio social com os ambientes naturais e identitários, perdendo assim, a possibilidade de uma cidade ambientalmente equilibrada e socialmente justa, criando-se a negação da cidade na inclusão dos moradores e sua cultura atrelada aos rios.

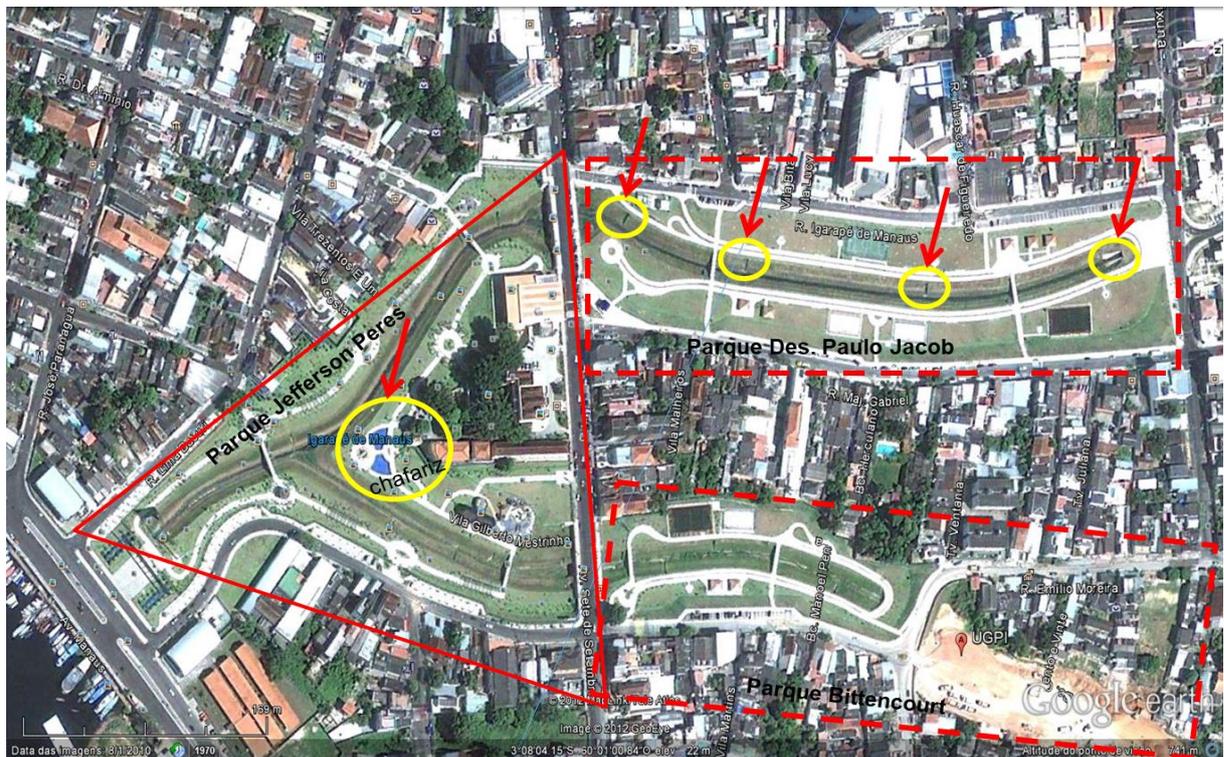
As recentes interferências executadas pelo Prosamim marcam o distanciamento das primícias ambientais e sociais, mesmo que estejam claramente descritas em seus objetivos principais. No caso do igarapé de Manaus, as mudanças significam a continuidade de processos históricos anteriores que transformaram os igarapés em ruas, avenidas e praças. As formas podem ser diferentes, mas os resultados são iguais, mediado por um discurso de modernidade que nunca chega aos moradores mais pobres, mas que os conduz cada vez mais para locais distantes dos equipamentos públicos implantados pelo Estado em suas intervenções.

O processo de transformação do Igarapé Manaus em avenida passa pela conivência dos órgãos de governo ao permitir as ocupações de suas margens, que geralmente são de pessoas excluídas do direito à moradia, sujeitas à especulação

imobiliária, que se utilizam da estratégia de degradação do lugar para que se torne mais barato, o que gera lucro nas negociações em processo de desocupação.

O Prosamim passou a pensar na intervenção nessa área em 2003, mas somente em 2006 concretizou-se fazendo cadastro dos moradores e parceria com o BID. Portanto, passamos investigar as ações e consequências deste projeto em todo trecho que compreende o Igarapé Manaus. A ideia era recuperar o igarapé da jusante para montante como forma de valorizar o centro histórico, principalmente o Palácio Rio Negro e casarios da Avenida Sete de Setembro e entorno. Justificando-se a construção do Parque Senador Jefferson Péres (entregue em 2009), Parque Des. Paulo Jacob (entregue em 2010), Parque Bittencourt (entregue em 2010), nestas obras foram aterrados os igarapés Bittencourt e Manaus demonstrados na (figura 28). Os parques não estão interligados, a não ser pelos igarapés que seguem por baixo das pontes romanas até a bacia do Educandos. Essa criação paisagística não foi capaz de despoluir os igarapés, que serviriam de atrativo natural e histórico aos moradores e visitantes, criou-se um chafariz (demarcado na figura 28 com círculo amarelo) para que os visitantes tirem fotos em um monumento artificial, falsamente simbolizando o encontro dos igarapés.

Figura 28 - Transformação de Igarapés em Parques



Fonte: Costa (2012). Organização: Lima (2020).

Na composição dos parques, conforme a (figura 28) foi identificada a destruição de fragmentos de floresta das margens dos igarapés, dando lugar à construção do sistema de esgotos (círculos amarelos na praça Des. Paulo Jacob) que descarregam dejetos para dentro do que sobrou após canalização e aterro do igarapé de Manaus.

Nesse sentido, as escolhas do urbanismo para a reprodução dos espaços públicos da metrópole, simbolizam a negação sistêmica da cultura manauara. Para além desses fatos, os igarapés tornaram-se inconvenientes ao local pelo fato de não terem o tratamento e escoamento necessários para sua preservação, o que causa perturbação pelos odores exalados pelo que restou do igarapé, um pequeno córrego que foi deixado no transcorrer dos parques. Fatalmente, esses motivos levarão os administradores públicos a aterrar esses trechos, marcando o fim de mais um igarapé da paisagem e da memória.

Em seguida realizamos uma comparação entre as imagens de satélite do Google Earth (figuras 29 - A e C) com uma imagem aérea (provavelmente realizada entre 2004 e 2009 figura 29 -B) de autoria de Duarte (2009 p. 95). Os referidos períodos são cruciais na consolidação do fim do igarapé e sua transformação em avenida, demarcado em azul na (figura 29).

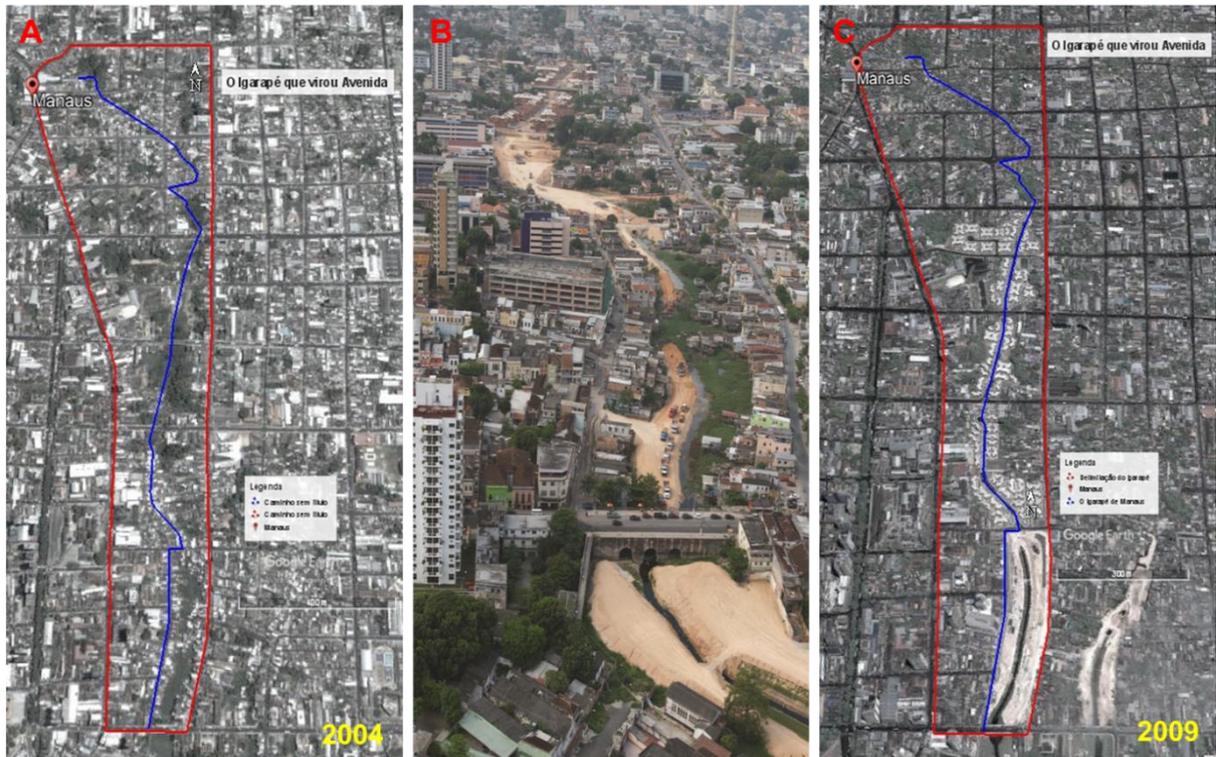
Em 2004 (figura 29A) a área ainda se encontrava com sua cobertura vegetal e curso natural das águas. Mas, a partir de 2006 sofre a interferência do Prosamim (figura 29B) com aterros de suas margens e passa a se chamar Avenida Igarapé de Manaus, na (figura 29C) percebe-se a diferença dentro do perímetro demarcado em vermelho das ações do Prosamim. Nota-se visualmente a transformação e as perdas da paisagem natural com a composição dos parques urbanos e residenciais sobre o solo criado com canalização e aterro do igarapé.

Nota-se que nas quadras a montante, seguindo o perímetro do igarapé demarcado na (figura 29), que não houve a conclusão das obras. São nessas quadras, estão abrigadas a segunda geração das lavadeiras, cacimbas e as nascentes do igarapé de Manaus, que até o momento da conclusão desta pesquisa, havia apenas o projeto de desapropriação para construção de um parque urbano no local. O qual foi prometido desde as primeiras intervenções no local em 2006.

Identificamos ainda, durante esta pesquisa a dificuldade de acesso às informações sobre o projeto à montante, como: valor da obra; data de finalização; retirada dos moradores das áreas que já foram indenizadas, destino dos que serão

retirados, recuperação do recurso hídrico. Não foi possível definir estas questões por ausência de dados de alguns setores da UGPI/UGPE (Prosamim) durante esta pesquisa.

Figura 29 - Comparativo temporal do igarapé de Manaus



Fontes: Figuras A e C: Google Earth (2004 e 2009); Fig. B: Duarte (2009). Organização: Lima (2020).

O projeto da construção do parque foi solicitado em 2011 junto ao Prosamim e somente obtivemos resposta em 2020. O indicativo que não havia esse projeto para o local. Chegamos a essa conclusão após identificação de intervenções na área que fica entre as Avenidas Barcelos e Nhamundá e em seguida o abandono das obras. Quando questionados na UGPI, não souberam explicar se havia atividades nesse local. Em 2011 nos enviaram apenas um esboço do que iriam construir no local (Museu das Águas) em uma imagem de satélite (figura 30), o que reforça o entendimento sobre a ausência de um projeto pronto para a montante do igarapé de Manaus até 2017.

A imagem que foi enviada revela apenas a localização das cacimbas e o contexto da área que seria trabalhada pelo Prosamim; porém, houve retiradas de moradores em uma área abaixo das nascentes, entendendo-se que toda área ao longo do curso do igarapé seria para construção do parque prometido. Essa ação

ocasionou nos moradores uma inquietação sobre o destino deles, que perdura até a defesa desta pesquisa.

Figura 30 - Esboço para Nascentes em 2011



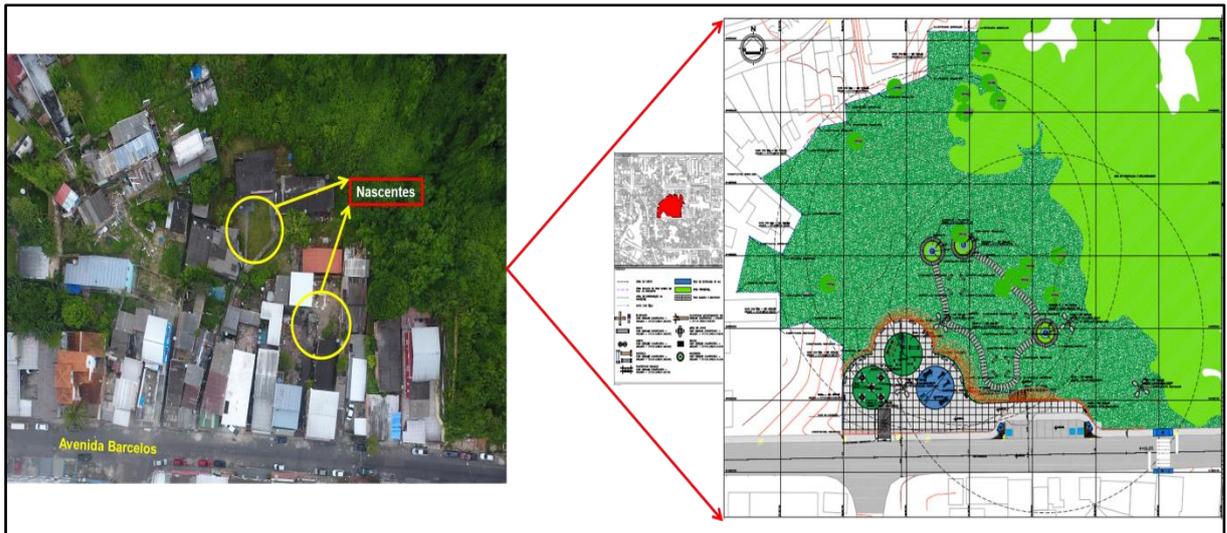
Fonte: Lima (2013). Baseado em documento eletrônico: UGPI (2013).

Em 2020, foi protocolado novo pedido, recebemos o projeto que foi elaborado em parceria entre a UGPE e o Consorcio Rio Javari, datado de 2017, o que comprova a inexistência de projeto anterior a este período. A partir de então, passamos analisar o projeto que nos foi repassado pelo Prosamim, realizamos a comparação do projeto com uma imagem de Drone de 2019 (figura 31), após trabalho de campo. Identificamos a partir dessa comparação, a demarcação de 42 moradias entre as Avenidas Ayrão e Barcelos, localizadas no entorno das nascentes, que deveriam ser retiradas e não foram até o momento para dar lugar ao parque. Identificamos que conforme o projeto não havendo previsão para o trecho entre da Avenida Barcelos à Avenida Japurá, que se refere a parte que estão localizadas as cacimbas e a segunda geração das lavadeiras que por muito tempo ocuparam os igarapés e foram empurradas para este local, ora pelos códigos de postura ou/e pelo aterro sistêmico dos igarapés.

Nesse sentido, o Prosamim repete a atuação aos moldes do passado, segregando mais uma vez as lavadeiras, em um projeto que não as contempla, ao

contrário, as destitui de suas raízes e identidade com seus antepassados. A atuação do Prosamim com transferências de alguns moradores desse ambiente para outros parques habitacionais, apartamentos em solo criado sobre os igarapés, segundo Batista (2013) este modelo de projeto representa a transferência do ônus, instituindo por um intercâmbio ambiental desigual em desfavor dos mais pobres.

Figura 31 - Desapropriação e Construção de Parque na Nascente



Autor: Imagem de Drone, Lima, 2019. Fonte: Projeto de Parque das nascentes, UGPE (2020).

Portanto, não há interligação das obras no igarapé que virou Avenida entre o parque residencial Manaus, áreas das cacimbas e nascentes. O Parque Residencial Manaus termina um pouco abaixo da Avenida Tarumã sem acesso a esta com automóvel, na finalização do parque construíram um escadão para acesso dos moradores a uma pequena praça na Avenida Tarumã; porém, não se prolonga ou têm qualquer conexão com a outra parte do igarapé ou as nascentes à montante.

O projeto previsto para as nascentes a partir de 2017 (figura 31) não contempla o trecho que está localizado entre a Avenida Nhamundá/Tarumã, como foi especulado no período inicial do projeto Prosamim com a retirada de moradias e remanejamento de moradores das áreas das nascentes e cacimbas. A ausência de soluções para esta área possibilitou a especulação imobiliária e promove insegurança entre os moradores, principalmente com a reocupação das áreas que foram abandonadas após transferências de alguns moradores. Para, além disso, as expectativas criadas com as possibilidades de melhoramento habitacional, saneamento e recuperação urbanística, ambiental e social do igarapé de Manaus prometido pelo Prosamim, transformaram-se em frustração com a não concretização

das intervenções. Houve ainda, um aditivo financeiro junto ao BID para conclusão das obras do Prosamim 1 (quadro 6)³⁶. O empréstimo foi para aquisição de equipamentos e destinava o valor de US\$39.130.000 para intervenções nos montantes dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico entre o período de 2006 a 2009.

Quadro 6 - Aditivo Financeiro - Prosamim I

Plan de Acción para las Adquisiciones (PAA) Financiamiento Suplementario (BR-L1217)										
Nº de referencia	Descripción del contrato y costo estimado de la adquisición	Método de adquisición	Revisión (previa o posterior)	Fuente de financiamiento y porcentaje		Pre-calificación (Sí / No)	Fechas estimadas		Situación (pendiente/ en proceso/ adjudicado/ cancelado)	Observaciones
				BID (%)	Local (%)		Publicación del anuncio específico de adquisición	Finalización del contrato		
18.	2. Obras Infraestructura sanitaria en las áreas de los igarapés de Manaus, Bittencourt y Mestre Chico. Costo estimado: US\$15.172.000	LPI	Previa	98	2	NO	4º trim./06	1º trim./10	Adjudicado	Valor reajustado.
19.	Reformas varias en el Centro de Control, la Estación Meteorológica y el emplazamiento para la instalación del registrador de datos para la CPRM. Costo estimado: US\$17.000	CP	Posterior	98	2	NO	2º trim./09	4º trim./09	En proceso	Contratación para junio de 2009 a más tardar.
20.	Ejecución de obras y servicios de recuperación ambiental y recalificación urbanística de los igarapés de Manaus, Bittencourt y Mestre Chico. Costo estimado: US\$131.170.000	LPI	Previa	98	2	NO	4º trim./06	1º trim./10	Adjudicado	Contratado el 03/03/2006
21.	Ejecución de obras y servicios de recuperación ambiental y recalificación urbanística en las áreas de montante de los igarapés de Manaus, Bittencourt y Mestre Chico. Costo estimado: US\$39.130.000	LPI	Previa	98	2	NO	2º trim./09	2º trim./2011	En Proceso	Contratación para junio de 2009 a más tardar.

Valor de los bienes: US\$3.454.500; Valor de las obras: US\$185.489.000; Valor de los servicios diferentes de consultoría: US\$446.000; Valor de las consultorías: 20.306.000 ;Total general: US\$209.695.500

Fonte: Anexo III, Proposta de aditivo. BID (2009). Organização: Lima (2020).

Os valores demonstrados no (quadro 6) são parte do empréstimo suplementar para conclusão das obras iniciadas e inacabadas no Prosamim 1. Porém, se forem somados os valores desembolsados para esta finalidade, teremos o montante de US\$ 310.000.000 (trezentos e dez milhões de dólares americanos) em dois empréstimos 1692/OC-BR/2006 (projeto BR-L1005) e 2165/OC-BR/2009 (projeto BR-L1217) com base no Regulamento Operacional do Programa – ROP (2017, p. 26). Portanto, mesmo com aporte de mais recurso não foram concluídas as obras que haviam sido previstas nos contratos. Nesse sentido, a aplicação desses recursos no montante do igarapé de Manaus, onde o processo foi iniciado em 2004 com cadastro das famílias pelas assistentes sociais do programa, não foi finalizado até o término dessa pesquisa.

³⁶ BID (2009). O quadro montado a partir de recorte do Plano de Ações para Aquisições (PAA) do anexo III páginas de 1-12, incluso na proposta de empréstimo suplementar (BR-L1217) e contrato 2165/OC-BR, celebrado entre Governo do Estado do Amazonas e o BID no valor de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de dólares americanos) em 2009.

Assim, identificamos que o procedimento histórico de canalizar e aterrar os igarapés tornou-se viável aos olhos dos gestores públicos, são adotados devido à rapidez dos resultados visíveis, a possibilidade de construção de moradias e mobilidade urbana pela construção de avenidas sobre os leitos ou margens dos igarapés. Porém, esta forma de reordenação urbana acarreta outros problemas, como: a perda significativa de recursos hídricos, ambientes ambientalmente inviáveis para o convívio social durante o dia, no caso dos parques, e moradias fora das características locais, o que representa um desvio do padrão social urbanístico local se apresentando como reconfiguração do espaço central e dos igarapés.

Outros fatores que influenciaram essa percepção estão baseados às iniciativas de deixar as obras sem conclusão para conseguir aditivos financeiros, o que aumenta consideravelmente o valor. Essas práticas revelam a realidade das obras desenvolvidas pelo Município, Estado, e governo federal, que conseguem transferir valores de uma obra para outra, deixando algumas inacabadas.

No caso do igarapé de Manaus, o projeto nem havia sido formulado conforme destacado, outro equívoco foi o início a partir da jusante que priorizou o centro histórico em detrimento das nascentes. Podemos citar ainda, as memórias³⁷ e estruturas de relações apagadas da paisagem, cinemas, campos de futebol de várzea, passeios de canoa, pescar, tomar banho, pular e brincar no igarapé, lavar roupas e estender para enxugar. Está apenas nas memórias dos moradores e ausentes nas escolhas do espaço criado artificialmente para o modo de vida urbana, determinando a perda da função e uso do igarapé que foram substituídas para tornar Manaus uma vitrine e não qualidade de vida para a sua população.

Agora, a navegação se dá por meio de automóvel sobre um igarapé que foi transformado em avenida, os prédios às suas margens, nos remetem a uma tentativa de criar novos vizinhos ao centro histórico, uma nova roupagem para as palafitas, indicando modernidade, mesmo não absorvendo as tecnologias modernas

³⁷ VALLE (2013, p. 11-12). A memória é a manifestação do vivenciado no ato dos indivíduos ao selecionarem suas lembranças. Se escolhermos uma ou outra lembrança temos nossos motivos e o fazemos como estratégia que no conjunto da vida social fazem um sentido que não é passível de crítica pela escolha em si, mas podemos questionar as estratégias e os resultados dessas escolhas. A memória, o que lembrar, e as histórias que daí serão decorrentes, contadas, faladas, escritas, e que definirão quem somos nós, quem são os outros e como nós nos vemos, ou melhor, como gostaríamos de sermos vistos, tudo, mas tudo isso mesmo é construção, é lido a partir do real, mas não é real. Não podemos em nenhum momento entender e querer que os outros entendam essa ou outra forma que a cidade, a nossa cidade, do vivido, das relações, do econômico, do cultural, dos momentos, das vias, das casas, enfim os lugares, as paisagens daí produzidas serão. Construímos apenas.

em suas obras. Os moradores não se identificam com o lugar, há um estranhamento, não na forma de habitar, mas aos recursos que lhes custam este ato, visto que, seu poder aquisitivo não lhes permite arcar com estas despesas lhes atribuídas. Houve uma transformação do ato de morar com a construção dos prédios em solo criado as margens do Igarapé Manaus, transformou-se em mercadoria, onde os moradores vendem seus apartamentos para seguirem para lugares mais acessíveis as suas condições econômicas, e aos que permanecem, resta o pequeno comércio de mercadorias nas salas dos apartamentos do primeiro andar como tentativa de sobrevivência e permanência no lugar das memórias e vivendo a realidade.

Se analisarmos a obra como um todo, perceberemos que as nascentes onde vivem a segunda geração das lavadeiras e famílias herdeiras do período em que as lavadeiras sofreram os ataques dos códigos de postura, são novamente, destituídas dos valores identitários e da posse da terra para dar lugar a um parque conforme a atual gestão do Prosamim.

A transformação do igarapé Manaus em avenida carrega no seu bojo, além do desaparecimento do igarapé, o fim das atividades das lavadeiras, retomando-se a as mesmas atitudes para com a população mais pobre. Se naquele período dos códigos de postura seguiram no igarapé de Manaus até suas nascentes, onde encontraram ambiente para suas práticas em um lugar que não interessava à administração local, na atualidade, não têm escolhas. As Lavadeiras, desafortunadamente, são destituídas da posse e transferidas para áreas sem infraestruturas, distantes dos serviços públicos e sem a possibilidade das práticas de seus afazeres, devido estes lugares não apresentarem nem ao menos quintais para estender roupas, pelas formas que foram construídos os prédios nos parques e conjuntos habitacionais.

Segundo, Batista (2013, p. 192), o modelo Prosamim transformou o que era bônus em ônus para os mais pobres, a transferência de moradores dos igarapés exerceu pressão sobre outras bacias hidrográficas e não melhorou a qualidade da água dos locais de intervenção. O que era apontado como solução para a infraestrutura, moradias e recuperação ambiental dos igarapés pelo Prosamim, subtraíram da paisagem os igarapés transformando-os em avenidas, praças e parques residenciais, como é o caso do igarapé de Manaus. “Subtraí-los da paisagem, como ocorreu com as intervenções do PROSAMIM ao canalizar os cursos

d'água lhes atribuindo uma nova função no ordenamento urbano, é subtrair parte da natureza que é vida e dela a cidade necessita” Batista (2013, p. 128). Dessa forma, eliminando as outras possibilidades econômicas, passeios turísticos, carga e descarga de mercadoria, porto de passageiros e atividades de lazer e práticas tradicionais como a lavagem de roupas e passeios de canoa ou catraias, promovendo dessa forma o que autora afirma ser “intercambio ambiental desigual” (p.22), para a autora, há uma troca do natural pelo construído com acesso de privilegiados ao que é produzido pela natureza, induzindo aos mais pobres as aglomerações subnormais, o que “comprometem o bem-estar destas populações e a qualidade dos ambientes das cidades” (p. 25).

Quando o igarapé desaparece da paisagem carrega junto as práticas que fazem parte da vida cotidiana do manauara. Ao passo que exerce pressão sobre outros corpos d'água cada vez mais distantes, na metrópole ou em municípios vizinhos como Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Iranduba, que estão recebendo pressão dos habitantes de Manaus a procura de locais com possibilidades de lazer, balneabilidade e pesca. Nesse sentido, as intervenções podem causar danos irreversíveis ao ambiente e a população. Dessa forma:

As modificações ocorridas em Manaus não se restringiram apenas ao espaço urbano e suas construções, mas também na cultura e no meio ambiente. Os igarapés que supriam as necessidades da população, tanto por meio de navegação como por abastecimento dos moradores, aos poucos, foram desaparecendo e sendo transformadas em ruas e avenidas da cidade. As atividades realizadas nos leitos e canais de igarapés de forma inadequada podem causar danos irreversíveis ao meio ambiente, ou até mesmo exterminar igarapés como ocorreu e ocorre atualmente na cidade de Manaus, a partir das obras de intervenção. (SILVA & LIMA, 2007, p. 3-4).

As mudanças são significativas conforme registros fotográficos após o processo de intervenção de urbanismo no igarapé de Manaus. O resultado marcou a paisagem, transformando o trecho do médio e baixo curso do igarapé Manaus em Avenida Manaus, cercada por moradias (Figura 32).

A (figura 32 A e B) representa o trecho entre Avenida Tarumã e Avenida Leonardo Malcher, que se liga de um lado a outro por meio de uma ponte construída sobre o igarapé Manaus, que ficou sem função. Após o aterro. A Avenida Manaus continua por debaixo da ponte até a avenida Ramos Ferreira (figura 32C), mas, não têm acesso direto na sequência da Avenida que segue até a Rua Ipixuna. Portanto, não se cumpre nem ao menos a mobilidade urbana da construção de uma Avenida e deixa a desejar sobre as formas, materiais e acessos das famílias que moram nos

apartamentos do Parque residencial Manaus, que estão separados por barreiras físicas em forma de escadão, que constituem a ausência de continuidades na transformação do Igarapé Manaus em Avenida Manaus.

Figura 32 - Manaus: O Igarapé que Virou Avenida



Autoria: Lima (2018). Trabalho de campo.

A perda de ambiente natural torna-se visível ao perceber que em todo igarapé, agora, aterrado e vegetação suprimida, chama-se Avenida Igarapé de Manaus, os moradores plantaram algumas árvores onde se refrescam ao ar livre nos dias de calor insuportável dentro dos apartamentos. Torna-se perceptível nessas ações do Prosamim, que não há possibilidades de recuperação dos igarapés devido ao processo de aterro e canalização instituído pelos projetos de urbanismo que priorizam o concreto em detrimento do verde e canais fluviais urbanos. Esse processo torna a metrópole um lugar com maior quantidade de ilhas de calor afetando significativamente as relações sociais dos moradores.

Não se questiona a necessidade da construção de moradias e mobilidade urbana na metrópole. Porém, não é aceitável a perda de recursos tão necessários à saúde, por meio da transformação histórica e sistêmica dos processos de reconstrução da cidade, que levam a perdas irreparáveis no ambiente e na identidade local. Segundo, Lima (2020) em entrevista à Amazônia Notícia e Informação, ressalta, “Além da beleza natural, estamos perdendo oportunidade de transporte e turismo por não cuidarmos adequadamente dos nossos igarapés” a

exemplo do que ocorreu na transformação do igarapé de Manaus em “Avenida Igarapé de Manaus” pelo Prosamim e continua ocorrendo em outros igarapés na metrópole de Manaus pelos sucessivos projetos desenvolvidos para outras áreas e até para o interior do Amazonas.

O desafio de encontrar o equilíbrio entre o espaço urbano pretendido, o contexto histórico e o meio natural preservado, que se fazem necessários ao *cambiar de cidade* para metrópole. Sem esquecer a origem indígena da cidade, seus recursos naturais necessários e Identitários, seus aspectos climáticos, o regime de subida e descida das águas do Rio Negro que sofre barramento do Rio Solimões, regido pelas precipitações de 2.300 mm/ano, corroboram para a necessidade de preservação dos igarapés que exercem a função de escoamento das águas e refúgio de espécies aquáticas nestes períodos. Sua contribuição é prevenção das enchentes nas áreas de comércio do centro da capital, que com os aterros dos igarapés as águas passam a ter maior volume nas galerias que ocupam o subsolo dos comércios, ruas e avenidas, descrito por, Matta (1916), como “uma tentativa de nivelamento com aterro dos igarapés” para ganhar área de construção.

Portanto, sua preservação tem como fator principal o equilíbrio natural e a capacidade de contribuir para a qualidade de vida da população da área urbana da metrópole de Manaus; porém, ao contrário tais constatações, os gestores permanecem com as ideias de querer uma “Paris dos trópicos” ou uma “nova Veneza”, repetem-se as ideias de Alfredo da Mata de 1916. No contra ponto, a memória nos conduz à canção de Torrinho “porto de lenha, tu nunca serás Liverpool com essa cara sardenta e olhos azuis”. Principalmente porque as raízes e os costumes, peculiares ao povo daqui não são extraídos, mesmo com o branqueamento impostos por meio das estruturas, etiquetas comportamentais e a descaracterização dos espaços públicos e identitários.

A perda com intervenção realizada no igarapé de Manaus, que o transformou em avenida, parece ser o destino dos outros igarapés. Representa trajetória e a lógica da negação ao ser daqui, do cotidiano local, da relação dos moradores com os igarapés, de banhar-se ao fim da tarde de verão, de jogar bola as suas margens e passear de canoa pelas suas águas. A perda implantada pelo discurso de saneamento e modernidade que nunca chega. Certo é que mais um igarapé foi aterrado para dar lugar a uma Avenida em Manaus. Foi-se o igarapé de Manaus, surgiu a Avenida igarapé de Manaus e o Parque Residencial Manaus.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Manaus que estudamos, vivemos e percebemos, nos parece estar sempre em busca de uma modernidade³⁸, idealizada ideologicamente por uma sociedade elitizada, mas, não concretizada, principalmente ao que se refere à sociedade mais pobre, representada na resistência residual da segunda geração das lavadeiras, identificada pelo pesquisador na nascente do Igarapé Manaus e, na área das cacimbas. Essa população foi excluída das decisões e caminhos trilhados durante sua história, foi segregada para os arrabaldes, onde produziu sua própria história, em um período de maior poder econômico, mas também de maior perseguição à classe menos favorecida. Nesse sentido, esta pesquisa não exclui a experiência e as memórias do pesquisador como produto desse processo de relações e aprendizados ao longo dos anos.

Certamente, o reflexo do pensamento da elite quando se referiam à cidade como de sua propriedade se conectavam com o que pensava o governador Eduardo Ribeiro (1882 – 1896), “encontrei uma aldeia e fiz dela uma cidade³⁹”. Mesmo escondendo suas mazelas e os pobres, mas, os queriam ao alcance dos olhos para prestação dos serviços que lhes eram desprezíveis. Caracterizando assim, uma relação de exploração e desprezo, refletido na própria forma e concepção de cidade⁴⁰. Como afirmou Oliveira (2019). Para os serviços serviam, mas para representar a população da cidade eram escondidos e segregados, não sendo considerados como parte da produção do espaço da cidade.

A noção da (re) produção do espaço urbano de Manaus, não teve o mesmo sentido para os ricos e pobres, enquanto os primeiros pensavam em lucrar e serem iguais aos europeus e em outras partes do mundo, aos os outros, que eram da cidade lhes bastava apenas à tranquilidade de viver no que era seu por direito, rios, floresta e modo de se expressar, compunham esse desejo. Portanto, a produção dos objetos espacializados representa o resultado das relações e a articulação entre os

³⁸ DIAS (1988, p.29). A modernidade em Manaus, não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições (...).

³⁹ OLIVEIRA (2019, p. 92). Cita a expressão atribuída ao governador do Amazonas Eduardo Ribeiro, referindo-se as mudanças implantadas na cidade com recursos da extração e comercialização da borracha.

⁴⁰ OLIVEIRA (2019, p. 97) A cidade não é o resultado só das determinações do Estado e do capital, ela também comporta conflitos e contradições que se expressam na sua paisagem pelas ações dos simples, dos pequenos que atenuam os efeitos estruturais hegemônicos e determinam contradições e modos diferenciados de relacionamento dos vários sujeitos produtores da cidade.

sujeitos que integram e interferem diretamente na paisagem por suas ações, produzindo o que Santos (2006, p. 92) chamou de “rugosidade” onde convivem no espaço e no tempo da cidade, objetos novos e antigos, característicos do passado e do presente com representatividade e funções específicas em cada sociedade ou grupos sociais. Essa convivência torna-se fundamental para determinar os caminhos que se pretende para o futuro.

Tais diferenças perduram aos dias atuais, se repetem como nos séculos XVIII, XIX e XX, os igarapés são aterrados para construção de avenidas, pessoas são deslocadas para os locais distantes, longe dos olhares dos turistas, camuflando os problemas habitacionais, saúde, transporte e educação e o que é mais grave, desmatando e aterrando outros igarapés dos lugares para onde são transferidos. Como se o peso da miséria fosse transferido sempre para os menos favorecidos⁴¹. As diferenças são identificadas no contexto do Prosamim, pela verticalização das construções dos parques às margens dos igarapés aterrados ou canalizados e culturalmente são submetidos a etiquetas de comportamento e controle social.

Neste trabalho identificamos que os governos federal, estadual e municipal participam ativamente de todo processo político, econômico e ideológico da (re) produção do espaço urbano da metrópole, por meio dos projetos de infraestrutura e urbanismo. Seguem um pensamento de Governo e não de Estado, dessa forma as intervenções são engendradas a partir das ideias e pensamentos da perpetuação dos que exercem o poder político a revelia da equidade social e especificidade do lugar e sua sociedade.

Essas relações ganham força determinante na ocupação do espaço, formando grupos sociais estabelecidos por ocupações territoriais, o que causa segregação e alto valor para apropriação da terra, onde nem todos têm a opulência econômica de pagamento pela terra ou pela manutenção dos lugares criados artificialmente. Aos menos favorecidos lhes são impostos a ocupação irregular de áreas onde os equipamentos públicos e infraestruturas, nem sempre podem ser utilizados por estes seguimentos ou não existem. Enquanto que em outra ponta, estão os de melhor poder aquisitivo ocupando áreas de melhores condições

⁴¹ BATISTA (2013, p. 273). Enquanto se manter o modelo de transferência do ônus agregado pelas condicionantes do intercâmbio ambiental desigual, aos menos favorecidos, os efeitos adversos sobre o ambiente natural não cessarão. E a dimensão do ambiente do urbano e da moradia, mantida a metodologia da exclusão da inclusão igualitária, não se alcançara equidade social na escala da cidade.

ambientais e infraestruturas proporcionadas pelo Estado. As desigualdades sociais que permanecem em Manaus são fruto de uma reconfiguração histórica e institucional do espaço urbano, observado pela diferenciação na forma, de morar, onde morar e acesso aos equipamentos públicos.

Em Manaus as formas habitacionais e aterro dos igarapés indicam as intenções de verticalizar os espaços da metrópole, vislumbrando o que ocorre em outras regiões metropolitanas. Que segundo, Pádua (2015, 89), “aprofundando a fragmentação e a segregação” isso ocorre com introdução de “novos conteúdos no espaço” determinando dessa forma a “saída de parte da população antiga, que é segregada de seu próprio lugar de moradia na cidade”. Os modos de vida são transformados bruscamente, assim ocorreu com os moradores da Avenida Darcy Vargas e Avenida Brasil, que vivem encaixotados pelos prédios verticalizados, trânsito engarrafado, poluição sonora e ambiental, impactando seu modo de vida.

Portanto, esta pesquisa identificou que na construção e verticalização das moradias às margens do igarapé de Manaus: a criação de um corpo estranho arquitetonicamente quanto à forma e construção do Parque Residencial Manaus, quando comparado ao entorno; a perda ambiental e incapacidade de recuperação do igarapé, flora e fauna; a imposição de “uma nova etiqueta urbana e ambiental”⁴² que estabelecem modificações dos costumes e cultura apenas por morar em um apartamento.

Houve de certa forma, uma mudança de vida nos costumes e práticas diárias de algumas lavadeiras ao serem removidas da área das cacimbas para os apartamentos criados pelo Prosamim. As interferências se deram de forma abrupta, causando alguns transtornos adaptativos no tempo e espaço, visto que, estavam habituadas ao convívio com seus familiares e vizinhos diariamente nos encontros que tinham durante a lavagem de roupas nas cacimbas. Nesse espaço, apesar de serem considerados como ocupação irregular os moradores, os moradores haviam estabelecido uma relação de pertencimento, amizade e vizinhança, ao serem transferidas para o Parque Residencial Mestre Chico, foram separadas desses laços. Lá não havia onde lavar e estender suas roupas, os horários de dormir passaram a ser determinados pela insegurança e o medo do comportamento de

⁴² MENEGHINI (2012. P. 35), nesse momento, são também colocadas questões relacionadas à tipologia ambiental, educação sanitária e ambiental, e etiqueta urbana, com o objetivo de que haja um bom relacionamento entre vizinhos, bem como a manutenção dos espaços comuns, como calçadas, áreas de convivência e de lazer.

outros moradores que não lhe conheciam e pelo tráfico de drogas. Os espaços deixados pela desapropriação desses moradores na área das lavadeiras foram reocupados, devido à inoperância e a morosidade do Prosamim para atribuir função ao lugar.

Houve reocupação dos espaços nos “vazios” deixados pela intervenção e a constatação em entrevista com o departamento de engenharia do Prosamim, confirmou-se que não há no programa prazo e nem recursos para a conclusão das obras para o local. Podendo ser contestado pelo valor dos empréstimos junto ao BID para uso na cabeceira dos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico no valor de US\$ 320, 9 (trezentos e vinte Milhões de dólares e novecentos mil dólares) somando-se os Prosamim 1 e suplementar. Identificamos ainda, que até 2017, foram realizados contratos entre o Prosamim e o BID no valor de R\$ 1.709.632.599,15 (um bilhão e setecentos e nove milhões e seiscentos e trinta e dois mil e quinhentos e noventa e nove reais e quinze centavos).

Na nascente do igarapé e na área das lavadeiras, constatou-se o abandono dos trabalhos do Prosamim desde 2006, o espaço denominado como “congelado” (termo do departamento de engenharia do Prosamim), causam incertezas do destino das famílias que moram no local, pressão psicológica por não saberem qual será o destino dos moradores e a hostilidades dos novos moradores. Durante a pesquisa identificamos a existência de um projeto denominado de Áreas Remanescentes, encomendado pelo Prosamim ao Consórcio Rio Javari desde jan/2017 para executado na cabeceira do igarapé Manaus. Até a conclusão desta pesquisa não havia ocorrido a implantação, segundo o departamento de engenharia por falta de recursos financeiros, o que invalida os pressupostos ambientais e sociais de concepção do Prosamim.

Nesse sentido, ao analisar o projeto percebemos que seriam retirados todos os moradores da área das nascentes para dar lugar ao projeto, dessa forma um atropelo as condições sociais, ambientais, identitária, memória e histórica dos moradores com o local registrado durante a pesquisa. O projeto em sua concepção não contempla a área das lavadeiras entre as Avenidas Barcelos e Nhamundá, foi desse local foram retirados moradores anteriormente, ficando a interrogação de qual necessidade dessa intervenção se não estavam previstas dentro do projeto?

Sugestões de Melhorias que deveriam ser implantadas: No âmbito dos apartamentos, placas para captação de energia solar para redução no valor do

pagamento de consumo de energia, caixa d'água ou cisterna para coleta de água da chuva para uso serviços de limpeza. Na nascente criação de lavanderia comunitária, renaturalização do trecho e das nascentes do igarapé, reconhecimento por meio de títulos definitivos aos moradores destes locais, identificação do local como Área de Proteção Ambiental e estudo arqueológico neste local, produção documental histórico do igarapé e seus moradores em memória a importância histórica no contexto da (re) produção do espaço urbano e a resistência residual das lavadeiras. Um projeto que contemple diretamente os moradores e valorize sua permanência no local.

Ao final deste estudo, portanto, confirmamos a ligação identitária dos moradores com a herança e o modo de vida na segunda geração das lavadeiras. A relação histórica e simbólica das cacimbas para as lavadeiras e as nascentes para os moradores proprietários. Também foi possível identificar e contextualizar o valor histórico e identitário da preservação deste destes ambientes, destacando sua importância como elo entre passado e o presente para determinar um futuro sem as perdas sociais, culturais e ambientais. Confirmou-se também, o gasto excessivo econômico na execução dos projetos, como os custos para de “insetos e roedores”⁴³. Porém, os gestores públicos quanto à preservação do igarapé de Manaus, suas peculiaridades e a sociedade das lavadeiras que resistiu aos ataques e perseguições por meio dos códigos de postura e da sociedade opulenta na nascente do igarapé Manaus, não atribuíram o mesmo valor e importância.

Por fim, ao concluir esta pesquisa nos envolvemos de esperança que as modernidades sonhadas para a metrópole pelos gestores, não apaguem da paisagem as características físicas, culturais e identitária que se locupletam pela presença dos igarapés, florestas e sociedade autóctones. Mas, se ocorrer, certamente de nossa memória não sairá. Temos noção de que a mudança de lócus ou moradia não significa que não haverá invisibilidade, segregados e excluídos por parte do Estado e sociedade, o que demanda inquietação e aprofundamento dos estudos sobre estes fatos e uma busca incessante de soluções por meio dos debates e pesquisas em apoio às causas sociais e melhor qualidade de vida, justificando a necessidade desta pesquisa e aprofundamento.

⁴³ UGPI/PCAO (2008, p.125). Os custos referentes aos serviços de controle de insetos e roedores, exceto os cupins, na área do Igarapé do Quarenta, dentro do PROSAMIM importam a importância de R\$2.378,750 (dois milhões e trezentos e setenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais).

8. REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Geografia Urbana: A Cidade de Manaus. **Boletim Paulista de Geografia–BPG**. São Paulo, n. 15, p.18-45, 1953. Semestral. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletimpaulista/article/view/1340/120>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.

ACRÍTICA: Ponte Rio Negro e Arena da Amazônia estão na Mira da Operação Lava Jato. Manaus, 15 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/ponte-rio-negro-e-arenadaamazonia-estao-na-mira-da-operacao-lava-jato>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

ALBUQUERQUE, Marcelo. **A Paris de Hausmann**. 2018. Disponível em: <<https://historiaartearquitetura.com/2018/11/01/a-paris-de-hausmann/>>. Acesso em: 17 Out. 2019.

ALVAREZ, Isabel Pinto. A produção e Reprodução da Cidade como Negócio e Segregação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). **A Cidade Como Negócio**. São Paulo: Contexto, 2018. 272 p.

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2000. 516 p. (O Brasil visto por estrangeiros). Edgar Sussekind de Mendonça. Disponível em: <<file:///C:/Users/particular/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20UFAM%202019/AGASSIZ.pdf>>. Acesso em: 15 Abr. 2019.

ACÇÃO DO TCU MIRA OPERAÇÕES DA CAIXA: Tribunal aceita pedido do ministério público para investigar se o banco usou critérios políticos para represar operações para a região Nordeste. São Paulo, 4 dez. 2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,acao-do-tcu-mira-emprestimos-da-caixa,70003112665>>. Acesso em: 04 Dez. 2019.

ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Amazonas**: a outra parte da história. Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 2001. 306 p.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti; VALE, Milene Miguel do; MARQUEZ, Suely Oliveira Moraes. **Metodologia do trabalho científico**: normas para a construção de trabalhos acadêmicos. Ed. EDUA. Manaus, 2017. 78p.

BATISTA, Selma Paula Maciel. Injustiça socioambiental: **O caso PROSAMIM**. 2013. 288 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Manaus, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13092013-104105/pt-br.php>>. Acesso em: 26 Mar. 2019.

BATISTA, Selma Paula Maciel; RIBEIRO, Wagner Costa. Mecanismos da Produção de Injustiça Socioambiental em Ambientes Urbanos. In: **Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira**. Vol. 1. Ed. Valer. Manaus. 2014. 242p.

BENCHIMOL, Samuel. **AMAZÔNIA: UM POUCO-ANTE E ALÉM DEPOIS**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977. 842 p.

BID. Contrato de Empréstimo de Financiamento Suplementar. **Contrato empréstimo**: 2165/OC-BR. Resolução DE-74/09. 2009. 46p.

BID. Instrumento de Alteração Contratual. **Financiamento suplementar Contrato de empréstimo**: 2165/OC-BR. (alteração nº 1). 2014. 5p.

BINDER, Walter. **Rios e Córregos, Preservar, Conservar e Renaturalizar**: a recuperação de rios, possibilidades e limites da engenharia ambiental. Rio de Janeiro: Semads, 1998. 41p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 98 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o direito a cidade como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016. Cap. 4. p. 95-110.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). **A Cidade Como Negócio**. São Paulo: Contexto, 2018. 272 p.

Código de Posturas Municipais de Manaus. (1893). Manaus. Typographia do Amazonas. 1893. Acervo: Biblioteca Mario Ypiranga Monteiro.

COMÉRCIO. Jornal do, Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-do-comercio/170054>>. Acesso em: 15 Out. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002. 93 p. (Princípios).

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 2. p. 41-51. (6ª reimp).

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016. Cap. 2. p. 39-60.

CORRÊA, Roberto Lobato. Periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p.1-164, 1987. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n3.pdf>. Acesso em: 10 Abr. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COSAMA, Companhia de Saneamento do Amazonas. **História do Saneamento de Manaus**. Manaus: Espaço Comunicação Ltda. 1991. 97 p.

COSTA JUNIOR, Waldemir Rodrigues; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. A requalificação ambiental dos igarapés de Manaus (2005-2008): um contínuum das políticas de urbanização do século XIX. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 105-123, 2011. Semestral.

COSTA, Marcos O. **O Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus: prosamim.** Prosamim. 2012. Disponível em: <https://marcosocosta.wordpress.com/2012/11/25/o-programa-de-saneamento-dos-igarapes-de-manaus-prosamim/>. Acesso em: 28 Out. 2020.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: manaus1989-1920.** 2. ed. Manaus: Valer, 2007. 170 p. (Memórias da Amazônia).

DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920.** 1988. 121 f. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

DOBB, Herbert Maurice. **A evolução do capitalismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. 483 p. Trad. Afonso Blacheyre.

DUARTE, Durango. **Manaus entre o passado e o presente.** 2009. Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/pontes-romanas-i-e-ii/>. Acesso em: 05 Jun. 2020.

EDITORA SARAIVA. **Vade Mecum Saraiva.** Obra de autoria da editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes, Fabiana Dias da Rocha. São Paulo: Editora Saraiva Educação. (27ª ed). 2019.

ESTADÃO. Economia e Negócios. **Ação do TCU mira empréstimo da caixa.** Disponível em: < <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,acao-do-tcu-mira-emprestimos-da-caixa,70003112665>>. Consultado em: 06 Dez. 2019.

FIGUEIREDO, Walney Freitas de. **A História do Bairro da Compensa: invasão ou necessidade.** Invasão ou necessidade. Manaus: Muiraquitã, 2010. 52 p. (Coleção Prêmio dos Bairros). Disponível em: <file:///C:/Users/particular/Downloads/livrosdeamor.com.br-a-historia-do-bairro-da-compensa.pdf>. Acesso em: 16 Mar. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 3. ed. França: Loyola, 1970. Trad. Lara Fraga de Almeida Sampaio.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

G1 AM. **Julgado superfaturado, monumento de R\$ 5,5 mi está abandonado, no AM.** Manaus, 25 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2016/07/julgadosuperfaturadomonumento-de-r-55-mi-esta-abandonado-no-am.html>>. Acesso em: 04 Fev. 2020.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico.** 8. ed. Rio de Janeiro: Ibge, 1993. 446 p.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes - Selo Martins, 2014. 294 p. Tradução: Jeferson Camargo.

HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos Naea**, Pa, v. 12, n. 2, p.269-274, 1 dez. 2009. Quadrimestral. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v12i2.327>. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/327/513>>. Acesso em: 05 Jun. 2019.

HATOUM, Milton. **Dois irmãos**. São Paulo. Companhia das letras. 2000. 266p.

HAYDÉE, Lygia. **Sete cidades que despoluíram seus rios e podem nos inspirar**. 2014. Alterado 13/09/2016. Disponível em: <https://exame.com/mundo/7-cidades-que-despoluiram-seus-rios-e-podem-inspirar-brasil/>. Acesso em: 05 Mai. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Cidades**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>>. Acesso em: 09 Jul. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1286#resultado>>. Acesso em: 11 Jul. 2018.

JUNIOR, Waldemir Rodrigues Costa; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. A requalificação Ambiental dos Igarapés de Manaus (2005-2008): Um contínuum das políticas de urbanização do século XIX. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. V. 24. N. 1. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/issue/view/699>>. Acesso em: 01 Set. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p. Tradução: Rubens Eduardo Frias.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2002. 178 p. (Trad. Sérgio Martins).

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **Geosp**: espaço e tempo, São Paulo, v. 24, p.109-123, 30 abr. 2008. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74098>>. Acesso em: 11 Abr. 2019.

LÊVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1967. 456 p. Trad. Chaim Samuel Katz e Eginaldo Pires.

LIMA, Francisco Ferreira de. **A cidade e o turismo: o igarapé de Manaus como elemento da identidade manauara**. 2013. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Turismo, Escola Superior de Arte e Turismo - ESAT, Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Manaus, 2013.

LIMA, Marcos Castro de. A CIDADE, O URBANO E O RIO NA AMAZÔNIA. **Revista Acta Geográfica**, Manaus, p.107-117, 2008. Semestral. Revista ACTA Geográfica. Disponível em: < file:///C:/Users/particular/Downloads/203-1377-1-PB%20(3).pdf >. Acesso em: 24 Abr. 2019.

LIMA, Marcos Castro de. **Quando o amanhã vem ontem: a institucionalização da região metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental**. 2014. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Geografia, Universidade de São Paulo - USP, Manaus, 2014. Disponível

em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06042015-191044/publico/2014_MarcosCastroDeLima_VOrig.pdf>. Acesso em: 15 Abr. 2019.

LIMA, Marcos Castro de. **ONG luta para salvar o último igarapé limpo de Manaus.** 2020. Elaborada por Sam Cowie. Disponível em: < <https://brasil.mongabay.com/2020/01/ong-luta-para-salvar-o-ultimo-igarape-limpo-de-manaus/>>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

LOURO, Francisca de Lourdes Souza; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de Dois Rios, Gentes e Matas:** literatura e geografia dos sentimentos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. 120 p.

MANAUS, Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus. **Lei Complementar 002/2014.** Diário Oficial do Município de Manaus. Manaus. 2014

MANAUS, Porto. **Nível do Rio Negro.** Disponível em: < <https://www.portodemanaus.com.br/?pagina=nivel-do-rio-negro-hoje>>. Consultado em: 16 Jun. 2021.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: Qual planejamento urbano. **Cadernos Ippur**, RJ, n.12, p. 113130, 1997. Anual. Disponível em <<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/cadernos-ippur.pdf>>. Acesso em: 03 Mai. 2019.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTA, Alfredo A. da. **Geographia e Topographia Medica de Manáos.** Manaus: Typographia da Livraria Renaud, 1916. 119 p.

MENEGHINI, Marcia Elisa Freire **A construção de uma nova etiqueta urbana e ambiental:** um estudo etnográfico do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus - AM. 2012.

MESQUITA, Otoni. **La Belle Vitrine:** Manaus entre dois tempos (1890-1900). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009. 396 p.

MOTA, Vanderlan Santos. **Espaços Públicos de Lazer em Manaus:** o papel das políticas públicas. Manaus: Valer, 2008. 234 p.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. **Fundação de Manaus.** 4. ed. Manaus: Metro Cúbico, 1994. 159 p.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. **O Agudeiro:** subsídios para a história social do Amazonas. 2. ed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977. 101 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia:** pequena história crítica. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 48 p. Disponível em: <[file:///C:/Users/particular/Downloads/Geografia_Pequena_historia_critica\[1\].pdf](file:///C:/Users/particular/Downloads/Geografia_Pequena_historia_critica[1].pdf)>. Acesso em: 06 Mai. 2019.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <<http://www.more.ufsc.br/>>. Acesso em: 11 de Ago. 2019.

NONATO, Áureo. **Porto das Catraias**: Um Memorial da Adolescência. SCA/Ed. Governo do Estado. Manaus. 1987. 216 p.

OLIVEIRA, José Aldemir de; COSTA, Danielle PEREIRA. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (30). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24530.htm>>. Acesso em 16 de Jun. 2020.

OLIVEIRA, J. A. As cidades da natureza, a natureza das cidades e o controle do território. In: XIII Coloquio Internacional de Geocrítica, 2014, **Anais**. Barcelona. El control del espacio y los espacios de control. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014.

OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Vol. 2. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010. 574 p.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Crônicas de Manaus**. Manaus: Valer, 2011. 114 p.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Espaço-Tempo de Manaus: A natureza das águas na produção do espaço urbano. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p.33-41, jun. 2008. Semestral. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3520>>. Acesso em: 03 Fev. 2020.

OLIVEIRA, José Aldemir de; ALECRIM, José Duarte; GASNIER, Thierry Ray Jehlen (org.). **Cidade de Manaus**: visões interdisciplinares. Manaus: Edua, 2003. 295 p.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso**. Edua: Manaus, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de; LOURO, Francisca de Lourdes Souza. **Manaus de Dois Rios, Gentes e Matas**: literatura e geografia dos sentimentos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. 120 p.

PARK, R; BURGUESS, E. **The city: suggestion for investigation of human behavior in the urban environment**. Chicago. Univ.of Chicago press. 1967.

PERES, Jefferson. Evocação de Manaus: **Como eu a vi ou sonhei**. Manaus. Ed. Valer. 1984. 239 p.

PROSAMIM, Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. **Prosamim suplementar**. 2012. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/prosamim-i/>>. Acesso em: 27 Mar. 2019.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Políticas Públicas no Espaço. **Cidades**: Justiça e direitos um debate sobre o urbano, SP, v. 13, n. 22, p.41-70, 2016. Anual. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/5373>>. Acesso em: 03 Mai. 2019.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade, Região, Território. In: Enciclopedia Einaudi. (vol. 8). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.

ROSSIN, Antonio Carlos. **PROSAMIM**: Um programa de melhoria ambiental com inclusão social no centro da Amazônia. 2008. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/estudo-de-caso-prosamim/>>. Acesso em: 23 Mai. 2019.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo, (Org.). **Posturas municipais, Amazonas (1838-1967)**. Manaus, AM: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2016. 406 p.

SÁ, Jorge Franco de. **Manaus**: higiene, meio ambiente e segurança do trabalho na época áurea da borracha. Manaus: Edua, 2012. 256 p.

SANTOS, Regina Célia Bega dos. O espaço metropolitano e as tendências contemporâneas para os movimentos sociais. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. 2. ed. Manaus: Adua, 2010. Cap. 29. p. 511-529.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. 260 p. (Coleção Milton Santos 1).

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio técnico-científico Informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 190 p.

SANTOS, Milton. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. 5. Ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2009. 136p. Trad. Sandra Lencioni.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 136 p. (Coleção Mi). 2 reimp.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Urbanização e Fragmentação: Apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana. In: SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **Urbanização e Cidades**: Perspectivas Geográficas. Presidente Prudente: Unesp, 2001. Cap. 5. p. 75-94.

SILVA, Silvana Lima da. LIMA. Marcos Castro. **Impactos Socioespaciais da Intervenção Urbana aos Ribeirinhos da Cidade de Manaus – AM**. Manaus. 2007. Disponível em: <<http://anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT8-1070-1043-20080509215031.pdf>>. Consultado em: 30 Nov. 2020.

SOUZA, Leno Barata. Cidade Flutuante: Uma Manaus sobre as águas. **Urbana**: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, São Paulo, v. 8, n. 2, p.115-146, maio 2016. Quadrimestral. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/search/search>>. Acesso em: 03 Fev. 2020.

SOUZA, Lupuna Corrêa de; OLIVEIRA, José Aldemir de. DO CAMINHO DE CANOA ÀS ESCADAS DOS ARRANHA-CÉUS: Avenida Eduardo ribeiro, Manaus, amazonas. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 530-540, fev. 2016. Edição Especial. Disponível em: <file:///C:/Users/particular/Downloads/Dialnet-

DoCaminhoDeCanoaAsEscadasDosArranhaCeus-5548148.pdf>. Acesso em: 25 Ago. 2020.

SOUZA, Marcio. **A Expressão Amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. 3. ed. Manaus: Valer, 2010. 264 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alassandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 8. p. 147-166. 6 reimp.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016. Cap. 3. p. 61-94.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2018. 80 p. (Repensando a geografia).

EICHINGER, Bernd. **Perfume: A história de um assassino**. Alemanha/França/Espanha. 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H4B81P61Rbk>>. Consultado em: 12 Out. 2019.

TOCANTINS, Leandro. **O Rio Comanda a Vida**: Uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro. 4. Ed. RJ. Editora Americana. 1972. 352p.

UGPE. Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. **Escopo de Intervenções Realizadas no Prosamim I. 2012**. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/prosamim-i/>>. Consultado em: 30 Out. 2019.

UGPI. Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. **Programa de Controle Ambiental de Obras – PCAO**. 2008. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/05/PCAO-prosamim2.pdf>>. Consultado em: 03 Mai. 2012.

UGPI. Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, Plano diretor de ambiental – **Plano Diretor da Reposição de Moradias, Remanejamento de População e Reintegração de Atividades Econômicas das Áreas Requeridas para Implantação do PROSAMIM PDDR**, Manaus. 2005. 136 p.

UGPI. Concremat Engenharia; Governo do Estado do Amazonas; Unidade de Gerenciamento do Programa Social e ambiental dos igarapés de Manaus – UGPI. Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, **Estudo de Impacto Ambiental – EPIA**. Manaus. 2003. 394 p.

VALLE, Arthemisia de Souza. A cidade de Manaus: análise da produção do espaço urbano a partir dos igarapés. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; ALECRIM, José Duarte; GASNIER, Thierry Ray Jehlen (org.). **A cidade de Manaus**: visões interdisciplinares. Visões interdisciplinares. Manaus: Edua, 2003. Cap. 5. p. 151-184.

VALLE, Geraldo Jorge Tupinambá do. **A cidade do esquecimento**: Manaus entre a memória das ausências e as ausências da memória. 2013. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, SP, 2013. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13112015-130347/pt-br.php>>. Acesso em: 12 Fev. 2020.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. Cap. 1. p. 17-37.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 4. p. 75-95.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Cidades**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.259-274, 2004. Quadrimestral.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. Cap. 1. p. 17-37.

WAICHMAN. Andrea Viviana, Et al. Relatório de Impacto ambiental – RIMA. PROSAMIM/SEINF/CONCREMAT. Manaus. 2004. 140p.

DOCUMENTOS

AMAZONAS, Annaes da Assembleia Legislativa do. (1874). Manáos: **Typographia do Amazonas, 1874**. Acervo Biblioteca Pública do Amazonas.

BRASIL. Constituição 1988, Constituição da República Federativa do Brasil: **texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Lei Nº 11.124 nº 1, de 16 de junho de 2005. **Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social**. 1. ed. Brasília, BRASÍLIA: Casa Civil, 16 jun. 2005. v. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm>. Acesso em: 27 Jan. 2020.

Código de Posturas do Município Manaus. 1838. **Manaus 1838**. Acervo: Biblioteca Mario Ypiranga Monteiro.

Código de Posturas do Município Manaus. 1893. **Lei N. 23 de 06 de Maio de 1893**. Manaus. 1893. Acervo: Biblioteca Mario Ypiranga Monteiro.

Código de Posturas do Município Manaus. 1910. **Lei N.639 de 13 de Setembro de 1910**. Manaus. 1910. Acervo: Biblioteca Mario Ypiranga Monteiro.

Código de Posturas do Município Manaus. 1938. **Ato. N. 44 de 29 de Julho de 1938**. Manaus. Imprensa Publica 1939. Acervo: Biblioteca Mario Ypiranga Monteiro.

Código de Posturas do Município Manaus. 1967. **Lei N. 988 de 17 de Novembro de 1967**. Manaus. Gráfica Rex. 1967. Acervo: Biblioteca Mario Ypiranga Monteiro.

Collecção dos Decretos de Governo do Estado do Amazonas. **Colleção das leis de 1890**. Manaos. Impresso nas Officinas Typographicas do Amazonas. 1891.

Collecção dos Decretos do Governo do Estado do Amazonas. **Colleção das leis de 1892. Manáos**. Livraria e Typographia Falais Royal. 1891.

Colleção de Leis da Assembleia Provincial do Amazonas. **Tomo XX, de 1872**. Manáos: Typographia do Amazonas, 1872.